



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

SILVERLI MÁRCIA FERREIRA

**“MULHERES MIL” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO EMPODERAMENTO FEMININO**

Recife
2016

SILVERLI MÁRCIA FERREIRA

**“MULHERES MIL” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA
ANÁLISE DO EMPODERAMENTO FEMININO**

Dissertação apresentada, para obtenção de título de Mestre em Políticas Públicas, à Universidade Federal de Pernambuco, no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pelo Mestrado Profissional em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Batista Silva

Recife

2016

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB-4 1291

F383m Ferreira, Silverli Márcia.

“Mulheres mil” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino / Silverli Márcia Ferreira. – 2016.

119 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Batista da Silva.

Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2016.

Inclui referências e anexos.

1. Ciência política. 2. Política pública. 3. Mulheres. 4. Integração social. I. Silva, Mariana Batista da (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2016-91)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**“Mulheres Mil” Como Política de Inclusão Social: Uma Análise do
Empoderamento Feminino**

Silverli Márcia Ferreira

Aprovada em 12 de agosto de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Mariana Batista da Silva (Orientadora)

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)

Prof.ª. Dr.ª Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva (Examinadora Externa)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que providenciou-me fé e força para terminar esta pesquisa.

À minha mãe, Joaquina Moreira (*in memorian*), e ao meu pai, Beraldino Ferreira, que sempre me incentivaram a dar continuidade aos meus estudos e a alcançar os meus objetivos de vida. Aos meus irmãos, Silvinho, Silvinha e Silvany por me apoiarem sempre e por torcerem por mim. Agradeço ao meu esposo, Gilson Henrique, companheiro de todas as horas, à minha sogra, Maria Aparecida, que se dedica no cuidado do meu filho em minha ausência.

Várias pessoas foram importantes nesta conquista. Pelo começo, agradeço aos meus colegas José Vinícius Filho, Thiago Souza (*in memorian*) e Danilo Herbert por terem me estimulado a fazer o Mestrado, pelas orientações sobre a escolha do tema da pesquisa e processo seletivo.

Ao Professor Dr. Enivaldo Rocha, pelo empenho na realização do convênio UFPE/IFMT e pela excelente recepção e por ter deixado nossas aulas ainda mais proveitosa.

Ao Instituto Federal de Educação de Mato Grosso pelo apoio financeiro, à Gestora do Programa Mulheres Mil Elenice Santos, pela disponibilização de informações. Também neste quesito, agradeço ao Prof. Leandro, do Campus São Vicente, e a Anne Souza, do Campus Pontes e Lacerda. À direção do Campus Cuiabá - Bela Vista, Suzana Silva, também pelo apoio financeiro e ainda gentilmente disponibilizou informação do programa, em especial, Douglan, Francismeiry, Ronaldo e Antônio Barromeu.

A todos os professores que contribuíram para minha formação: Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva, Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho, Dr. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto, Dr. Marcelo Medeiros, Dr. Marcos Aurélio Guedes de Oliveira, Dr^a. Mariana Batista da Silva, Dr^a. Michelle Fernandes e Dr. Saulo Santos de Souza. Em especial, aos professores da Banca de Qualificação, Dr. Dalson Brito, Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo e Dr^a. Mariana Batista da Silva, por suas contribuições para que eu pudesse seguir adiante.

Aos colegas de turma do Mestrado: Alyne Maeda, Edson Nobre, Eliene Santos, Gracielle Valério, José Vinícius, Leniézia Fernandes e Nelson Suzuki, pela solidariedade e amizade compartilhadas ao longo desse percurso. Em especial, a Alyne, pela organização logística e Eliene, pelas dicas com o software NVivo.

Muito especialmente agradeço a todas as “Mulheres Mil”, participantes da pesquisa, que abriram suas portas e suas vidas para contarem suas histórias. E à Rillyene, por me acompanhar neste processo.

À minha amiga Natacha, pelo empenho com que sempre dedicou às minhas empreitadas, por ter me ajudado, ouvido as dúvidas, criticado, apoiado e amparado, fez-me crer que tudo iria dar certo.

À minha orientadora, Dra. Mariana Batista da Silva, sou-lhe muitíssimo grata pela orientação, pelo direcionamento e parceria em todas as etapas deste trabalho, fundamental para a sua conclusão.

E, por último, minha fonte de inspiração e motivação de sempre, meu filho Guilherme Ferreira, que sofreu junto comigo até chegar aqui, pelos momentos de reclamação diante do “abandono” dos dias separados pelas viagens e horas de estudo, privando sua atenção.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção das beneficiárias do Programa Mulheres Mil acerca do efeito do programa sobre empoderamento feminino. O estudo contextualiza a equidade de gênero e toma como base o conceito e as dimensões de empoderamento psicológica, econômica e legal/política/social. Propõe-se um desenho qualitativo e como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturada com 19 mulheres concluintes dos cursos do Programa Mulheres Mil nos Campus Cuiabá – Bela Vista e São Vicente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), nas cidades de Cuiabá e Jaciara no período compreendido entre 2011 a 2013. A fim de edificar a percepção de empoderamento utilizamos análise de conteúdo com auxílio do software NVivo. Os resultados indicam que na percepção das mulheres beneficiárias do programa, o Mulheres Mil não apresentou efeito sobre o empoderamento feminino. Este trabalho tem o potencial de: (1) contribuir com a teoria de forma a subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas e sobre empoderamento feminino; (2) fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão.

Palavras-Chave: Empoderamento Feminino. Políticas Públicas. Programa Mulheres Mil.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the perception of the beneficiaries of the Thousand Women Program of the effect of female empowerment on program. The study contextualizes gender equality and builds on the concept and dimensions of psychological empowerment, legal and economic / political / social. We propose a qualitative design and how data collection semi-structured interviews instrument with 19 graduating women of the Thousand Women Program courses in Campus Cuiabá - Bela Vista and São Vicente Federal Institute of Education, Science and Mato Grosso Technology (IFMT), in the cities of Cuiabá and Jaciara the period from 2011 to 2013. In order to build the perception of empowerment used content analysis using NVivo software. The results indicate that the perception of women beneficiaries of the program, the Thousand Women had no effect on female empowerment. This work has the potential to: (1) to contribute to the theory in order to support scientific research in relation to public policies and on women's empowerment; (2) provide subsidies to improve the program and contribute to the decision-making processes.

Keywords: Female Empowerment. Public Policy. Women Program Mil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Ranking Mundial de Igualdade de Gênero.....	16
Gráfico 2 – Proporção das pessoas entre 18 e 24 anos de idade que frequentam o Ensino Superior de Graduação, por sexo, nas grandes regiões – 2010.....	17
Gráfico 3 – Quantitativo de ocupantes de cargos e funções de confiança e gratificação por sexo dos IFES.....	18
Gráfico 4 – Percentual de cargos de liderança ocupados por mulheres - Os dez melhores e os dez piores países do mundo.....	19
Gráfico 5 – Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento.....	20
Gráfico 6 – População ocupada (pessoas).....	20
Gráfico 7 – Distribuição segundo a posição na ocupação do trabalho principal.....	21
Gráfico 8 – Quantidade de candidatos por sexo ao cargo de vereador em Cuiabá-MT.....	25
Gráfico 9 – Quantidade de candidatos por sexo cargo de vereador em Jaciara-MT..	25
Gráfico 10 - Distribuição do número de referências das dimensões codificadas nas entrevistas.....	72
Gráfico 11 – Hierarquia entre as dimensões e avaliação institucional.....	76
Gráfico 12 – Gráfico de Hierarquia entre as categorias na dimensão psicológica....	78
Gráfico 13 – Gráfico de Hierarquia entre as categorias na dimensão legal/política/social.....	84
Gráfico 14 – Gráfico de Hierarquia entre as categorias na dimensão econômica.....	91
Quadro 1 – Demonstrativo de mobilização de conceitos e características do empoderamento.....	35
Quadro 2 – Demonstração de dimensões e ações características.....	38
Quadro 3 – Resumo das estratégias de mensuração.....	44
Quadro 4 – Comparativo dos objetivos do Programa Mulheres Mil e Dimensões de empoderamento operacionalizados na pesquisa.....	47
Quadro 5 – Diferenciação de análise de conteúdo na literatura.....	60
Quadro 6 – Categorias de análise de conteúdo.....	63
Figura 1 – Desenho do processo de empoderamento.....	49

Figura 2 – Inter-relação e interdependência entre as dimensões do empoderamento utilizados na pesquisa.....	50
Figura 3 – Nuvem das palavras mais frequentes nas entrevistas.....	73
Figura 4 – Árvore das palavras mais frequentes encontradas nas entrevistas.....	74
Figura 5 – Análise de clusters das dimensões.....	75
Imagen 1 - Ilustração geográfica do IFMT.....	54
Imagen 2 - Localização geográfica do município de Cuiabá-MT.....	55
Imagen 3 - Localização geográfica do município de Jaciara-MT.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparaçao por gênero da média salarial em R\$.....	22
Tabela 2 – Composição da população.....	58
Tabela 3 – Perfil das entrevistadas.....	70
Tabela 4 – Distribuição do número de referências das dimensões codificadas na entrevista.....	72

LISTA DE SIGLAS

CD	Cargo de Direção
CNPM	Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
BSM	Brasil Sem Miséria
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FG	Função Gratificada
FEM	Fórum Econômico Mundial
FUC	Função Comissionada de Coordenação de Curso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Mato Grosso
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEI	Micro Empreendedor Individual
MT	Mato Grosso
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSM	<i>Propensity Score Matchinga</i>
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CONTEXTUALIZANDO O PODER ENTRE OS GÊNEROS E O PROGRAMA MULHERES MIL.....	15
1.1 Apresentando o problema: Desequilíbrio de poder.....	15
1.2 Mulheres Mil como política de inclusão social.....	26
2 APORTE TEÓRICOS DE POLÍTICAS PARA EMPODERAMENTO FEMININO.....	30
2.1 Políticas públicas para o empoderamento.....	30
2.2 Conceito de empoderamento, suas dimensões e níveis.....	32
2.3 Efeito de políticas públicas sobre empoderamento.....	40
3 METODOLOGIA.....	51
3.1 Objetivos da pesquisa e abordagem.....	52
3.2 O estudo de caso.....	53
3.3 O local e espaço do estudo de caso.....	54
3.4 Coleta de Dados e Sujetos da Pesquisa.....	58
3.5 Procedimentos de Análise dos Dados.....	60
3.6 A ferramenta de análise de dados – NVivo.....	66
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	68
CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção das beneficiárias quanto ao efeito do Programa Mulheres Mil¹ sobre o empoderamento feminino. Essa política pretende promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em situação de vulnerabilidade, criando ações que desenvolvam o potencial produtivo visando melhorar as condições de vida, família e comunidade. E tem por finalidade promover uma mudança social efetiva na vida das mulheres através do empoderamento, buscando o enfrentamento dos desequilíbrios de poder.

O empoderamento feminino trata-se de um movimento em direção à igualdade de gênero. O termo *empowerment*, de origem inglesa, vem sendo utilizado nas sociedades desenvolvidas desde a segunda metade do século XX, originário dos movimentos feminista, negro, dentre outros, na luta pelos direitos civis. Desde então, políticas públicas foram formuladas para a conscientização da necessidade de aumentar o poder das mulheres e viabilizar o seu empoderamento.

As mudanças na nova estrutura social, ao longo do tempo, incluíram as mulheres em espaços antes dominados pelo poder masculino. Porém, estudos e relatórios (BRASIL, 2014; RELATÓRIO, 2015) apontam que ainda existe desigualdade de gênero em matéria de desemprego, emprego, renda, participação na força de trabalho, segregação setorial e profissional, participação política, vulnerabilidade e violência doméstica. Ademais, ainda existem mulheres que não têm liberdade de escolha sobre suas vidas ou poder de decisão sobre si mesmas.

O Programa Mulheres Mil é uma política pública de gênero para mulheres a partir de 16 anos, principalmente àquelas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Implementado desde 2011, é executado em todo o país pelas unidades da Rede Federal de Educação Profissional.

Para esta pesquisa, optamos pelo estudo de caso que permite explorar com maior riqueza de detalhes o contexto que envolve essa política, extraíndo ao máximo informações das primeiras beneficiárias dos cursos ofertados pelo Programa Mulheres Mil, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), no período compreendido entre 2011 a 2013. O foco nesse período se dá devido ao maior período de experiência pós-intervenção.

Trata-se de um estudo exploratório, baseado em metodologia qualitativa, com uso de

¹ O Programa Mulheres Mil foi instituído pela Portaria do MEC n. 1.015, do dia 21 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de julho, seção 1, página 38.

² Pnad 2015, índice do rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas

técnicas de entrevista em profundidade e análise de conteúdo, realizadas com mulheres formadas nos cursos do Programa Mulheres Mil nas cidades de Cuiabá-MT e de Jaciara-MT. Espera-se que o programa tenha despertado o empoderamento dessas mulheres em diversos aspectos de suas vidas, no ciclo familiar e comunitário. As dimensões analisadas são psicológica, econômica e legal/política/social (MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002). O caráter complexo de cada dimensão exige uma abordagem que envolve os “como” e os “porquês” do processo de empoderamento que são melhores explicados na perspectiva qualitativa a partir do ponto de vista do sujeito, ou seja, da sua interpretação da realidade (CANADIAN, 1997 p. 12).

Para Cohen e Franco (2013, p. 73), o objeto de uma pesquisa avaliativa é: “comparar os efeitos de um programa com as metas que se propôs alcançar a fim de contribuir para a tomada de decisões subsequentes acerca do mesmo e para assim melhorar a programação futura”. Enquanto pesquisa avaliativa, sob a perspectiva qualitativa, examinamos se o que é percebido pelo público-alvo do projeto está em consonância com as ideias que embasaram sua criação.

Diante disso, analisou-se sob a perspectiva das próprias beneficiárias a relação entre o Programa Mulheres Mil e o empoderamento feminino. Esta abordagem dá ênfase nos processos e nos significados dos fatos, prestando-se a ouvir os sujeitos envolvidos em seu contexto. O que permite compreender, através dos relatos, como se sentem ou quais os aspectos de aumento de poder foram adquiridos a partir de suas participações na política.

Este estudo tem por finalidade auxiliar na elaboração e implementação de políticas públicas afirmativas em favor da diminuição da vulnerabilidade social no estado de Mato Grosso, direcionando as ações para atingir os objetivos propostos e aperfeiçoar o desempenho da gestão pública de forma eficiente e eficaz. Além de trazer subsídios importantes para o mais adequado entendimento do conceito de empoderamento.

Para melhor detalhamento, o trabalho está assim estruturado: o primeiro capítulo introduz o assunto apresentando os dados estatísticos brasileiros, regionais e dos locais da pesquisa, que refletem a diferença entre os gêneros feminino e masculino indicando a necessidade de políticas públicas para resolver tal problemática. Em seguida, apresenta uma das iniciativas do Poder Público Federal, o Programa Mulheres Mil, formulado com o objetivo de reduzir a pobreza e a vulnerabilidade das mulheres.

No segundo capítulo, dá-se a sustentação teórica da pesquisa, buscando na literatura os elementos que norteiam a discussão sobre as políticas públicas de gênero e de empoderamento, principais ações e efeitos, bem como, a argumentação em torno do conceito

de empoderamento, suas dimensões e níveis. No terceiro capítulo, expõe-se a metodologia escolhida e como essa foi desenvolvida para alcançar os objetivos da pesquisa. Descreve-se: o instrumento de coleta de dados utilizado, a entrevista; o campo de investigação e; a análise dos dados por meio do conteúdo, valendo-se do software NVivo.

No último capítulo, são analisados os relatos das mulheres através de categorias ligadas a cada dimensão de empoderamento que pauta para compreender suas percepções evidenciando que o Programa Mil não conseguiu despertar nelas o protagonismo necessário para empoderar. Segue a este último capítulo, a conclusão a respeito do estudo, as referências bibliográficas e anexos.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO O PODER ENTRE OS GÊNEROS E O PROGRAMA

MULHERES MIL

Este capítulo apresenta o problema investigado e está dividido em duas partes: a primeira contextualiza a temática da desigualdade de gênero com dados estatísticos nas áreas econômica, educação, violência doméstica e exercício do poder, a segunda traz uma exposição do Programa Mulheres Mil assim como uma breve explanação da sua metodologia.

1.1 Apresentando o problema: Desequilíbrio de poder

O desequilíbrio de poder nas relações tem sua origem no gênero. Enquanto o sexo envolve a caracterização genética e anatômica ligada a questões biológicas, o gênero está relacionado a uma determinação de papéis sociais e relacionamentos construídos pela sociedade para dois sexos. O que explica sua mudança ao longo do tempo e de culturas no mundo.

Pedro (2005) destaca bem um o conceito de gênero proposto por Joan Scott, como categoria de análise:

[...] tem duas partes e duas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder (SCOTT,1994, p. 13 apud PEDRO, 2005, p. 86).

A proposta de Scott é destacada, pois uma vez que os desequilíbrios de poder iniciam-se na esfera micro, na organização familiar, comprehende como proposta voltada para como é feita a construção social, a estratificação social de um sistema e onde se institucionaliza na estrutura todos os aspectos embutidos a reprodução cultural de nossas vidas: a família; tratando-o de forma inicial e completa o conceito de gênero (PEDRO, 2005).

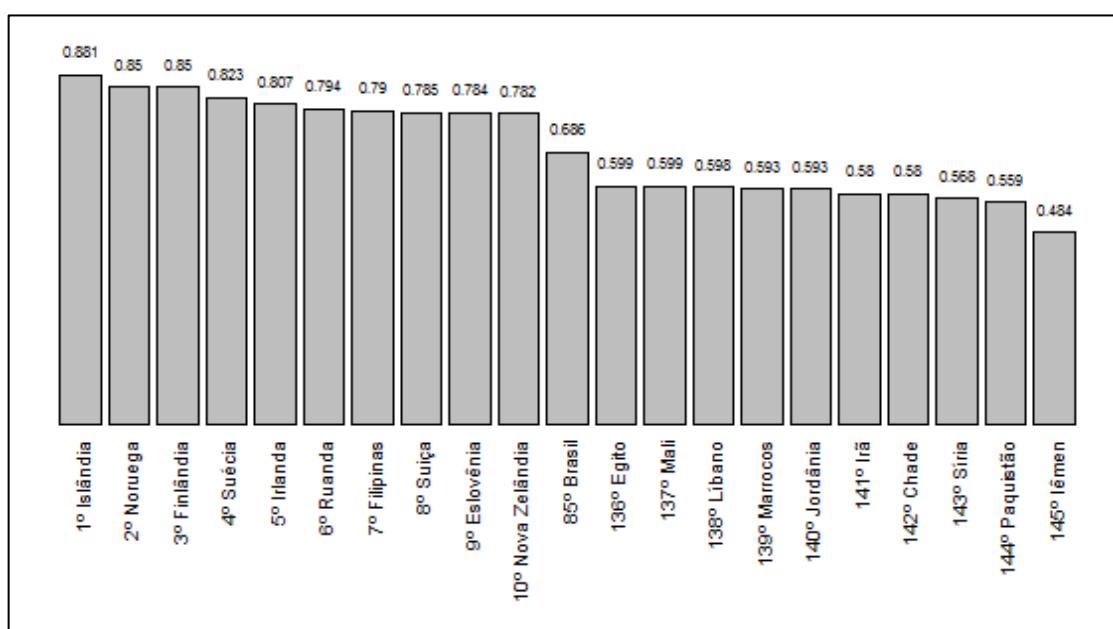
Ao pensar em gênero, em onde reside e se estrutura cultura de relação de poder, inevitavelmente pensamos também sobre o que define a igualdade de gênero. A igualdade de gênero, segundo ONU (2010), é a igualdade de todos os seres humanos, tanto mulheres como homens, sendo livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem as limitações impostas por estereótipos. Possuem direitos, responsabilidades e oportunidades, independente do fato de terem nascido com o sexo masculino ou feminino; o tratamento deve ser de forma justa, de acordo com as respectivas necessidades.

A proposta de Scott fornece uma forma bem visível e específica de como deve-se pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais; as mudanças que envolvem a categoria de gênero pauta-se na perspectiva que os sujeitos são construídos de suas experiências e vivências, e está imbricada com conceitos de identidade sexual, de papel sexual e no de relações entre os sexos, que opto aqui por essa definição de gênero, considerando-a como categoria de análise relacional que permite perceber as dinâmicas das relações sociais de gênero vividas pelas mulheres que participaram desta pesquisa.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao propor um índice de medida do empoderamento de gênero (MEG), que avalia a desigualdade sexual das nações propõe cinco dimensões de gênero: participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político, educação e saúde.

As estatísticas mostram que a desigualdade de gênero tem diminuído na última década. No entanto, essa diminuição tem sido lenta e irregular. Embora o Brasil tenha mantido a igualdade entre homens e mulheres nas áreas da saúde e da educação, perdeu posições nos índices que medem a participação feminina na economia e na política. No ranking mundial, quanto à igualdade de salários por gênero, o Brasil ocupa a 85^a posição, entre 145 países, se compararmos com o ano passado, o Brasil caiu 14 posições, pois naquele ano ocupava a 71^a colocação (FORUM, 2015). O gráfico abaixo mostra as posições dos dez países com maiores índices de igualdade de gênero e os dez últimos colocados no ranking considerando o índice geral.

Gráfico 1 - Ranking Mundial de Igualdade de Gênero

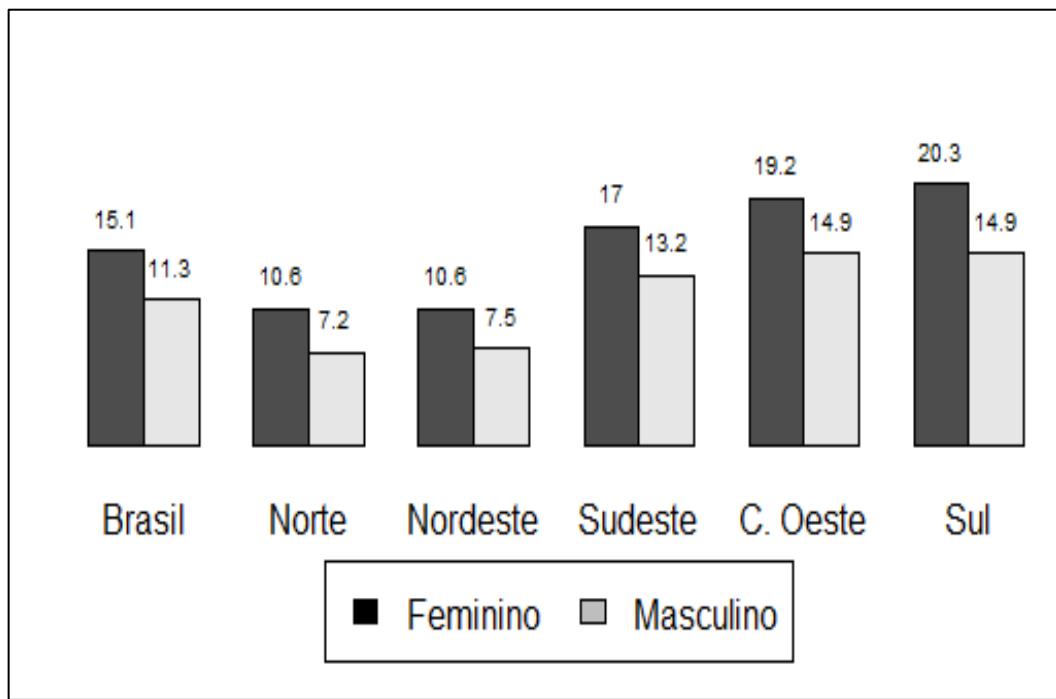


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Fórum (2015).

O Fórum Econômico Mundial faz a classificação global considerando quatro áreas-chave e conta com 14 indicadores das áreas de saúde, educação, economia e política. O índice varia de 0 (total desigualdade) a 1 (total igualdade). Quanto mais próximo de 1 melhor. O Brasil tem índice de 0,642 em participação e oportunidade econômica e 0,123 em capacitação política. Nas áreas de educação e saúde os índices são iguais a 1. As fontes da pesquisa são de organizações internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Saúde (OMS) e PNUD.

De acordo com os dados do IBGE (censo 2010), o número de mulheres é maior entre os universitários de 18 e 24 anos. Elas representam 57,1% do total de estudantes na faixa etária indicada e a maioria em todas as regiões do país conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - Proporção das pessoas entre 18 e 24 anos de idade que frequentam o Ensino Superior de Graduação, por sexo, nas grandes regiões – 2010

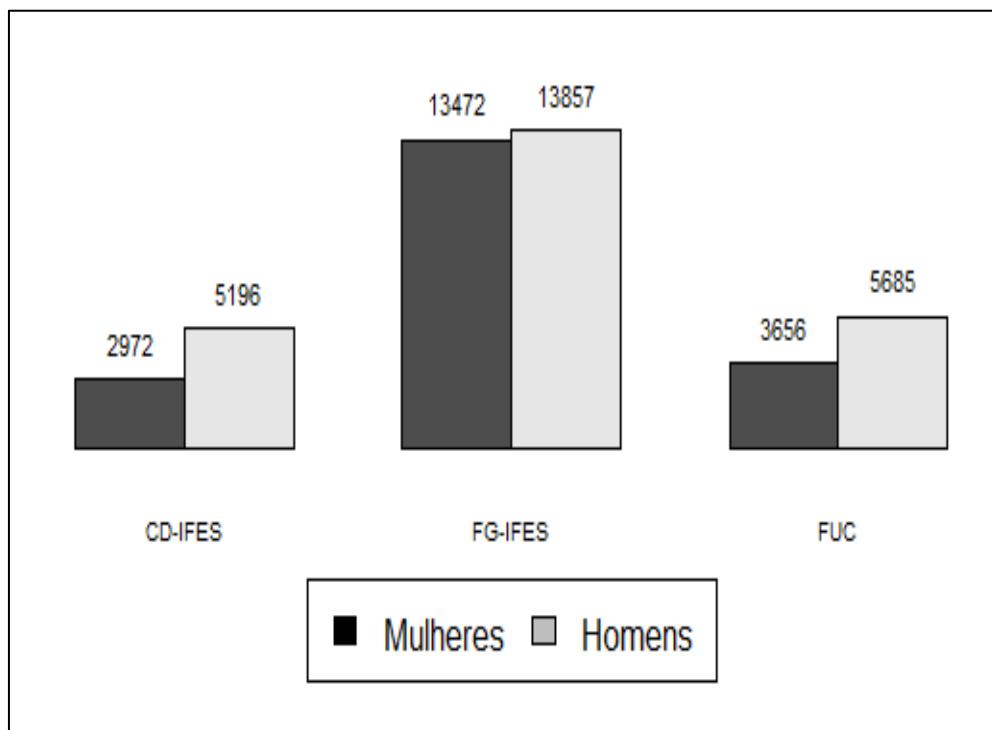


Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 2010 do IBGE (BRASIL, 2010).

Apesar de a escolaridade das mulheres ter superado a dos homens em todos os níveis escolares, elas ocupam uma pequena parte das funções de liderança. Isso tanto na área privada quanto no âmbito do setor público.

No gráfico abaixo tomamos o número de servidores ocupando cargos de confiança e gratificação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As Funções Gratificadas (FG) são formadas por 13.857 homens e 13.472 mulheres, ainda com desvantagens.

Gráfico 3 - Quantitativo de ocupantes de cargos e funções de confiança e gratificação por sexo dos IFES

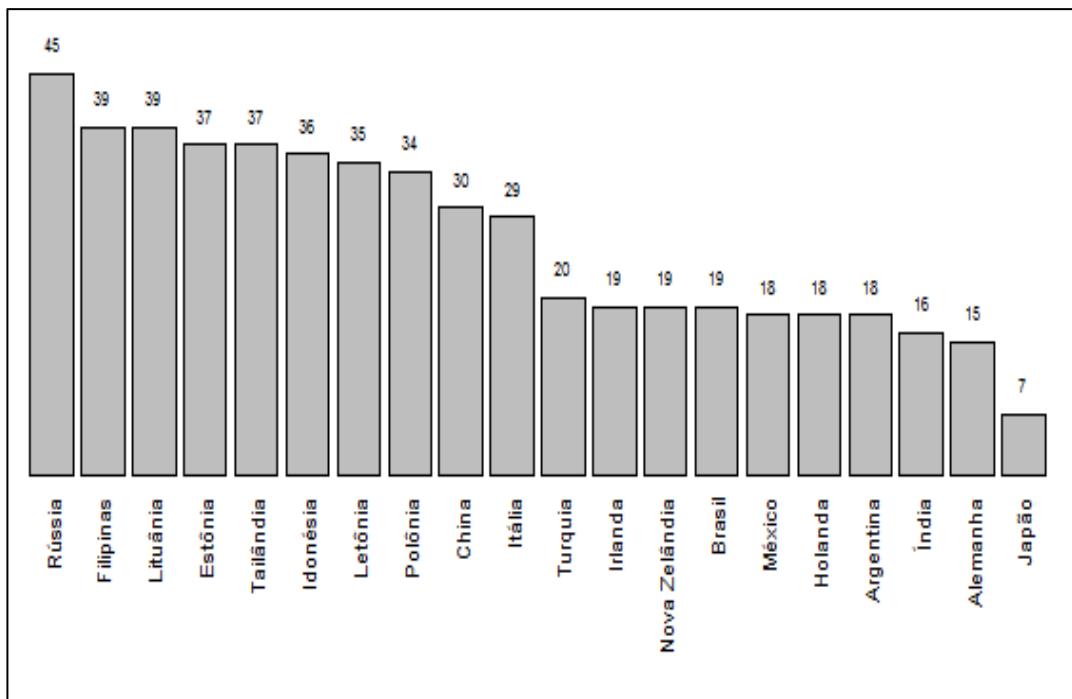


Fonte: Elaboração própria a partir do Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais (SGP, 2016)

Quanto mais alto e melhor remunerado é o cargo – como os Cargos de Direção (CD) e Função Comissionada de Coordenação de Curso (FUC) – menor é o número de ocupantes do sexo feminino como nas Funções Gratificadas.

Mundialmente, no setor privado, de acordo com a pesquisa *International Business Report* (WOMEN, 2016), as mulheres ocupam 24% dos cargos de liderança sênior. Esse índice voltou a crescer nos últimos doze meses alcançando sua melhor colocação após perder posição, em 2015, quando caiu para 22%. Outro dado importante da pesquisa é que 33% das empresas ainda não têm mulheres em funções de gerenciamento sênior. Porém, no Brasil, os índices são ainda mais baixos do que a média geral, apenas 19% dos cargos de alto escalão são ocupados por mulheres. O gráfico abaixo exibe o percentual de cargos de liderança ocupados por mulheres e apresenta um ranking dos dez países com maiores índices e dos dez países com menores percentuais de cargos. Tal pesquisa foi realizada em 36 países, pela empresa Grant Thornton.

Gráfico 4 - Percentual de cargos de liderança ocupados por mulheres - Os dez melhores e os dez piores países do mundo



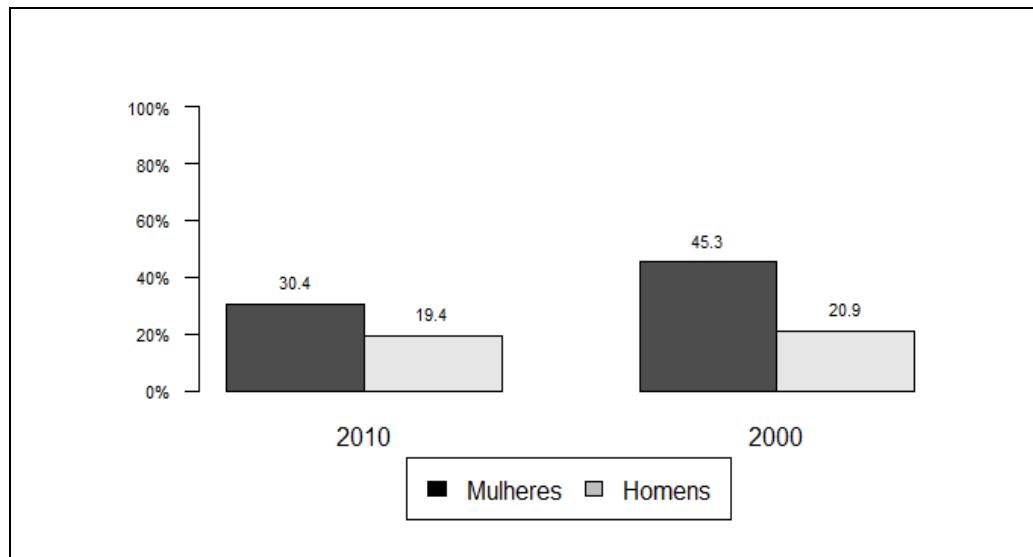
Fonte: Elaboração própria a partir de Grant Thornton (WOMEN, 2015).

A Rússia está no topo da lista entre os países analisados, 45% dos cargos de alto escalão nesse país estão sendo ocupados por mulheres, seguido pelas Filipinas, com 39%, local onde apenas 9% empresas não têm mulheres na alta administração. No extremo oposto, temos o Japão, que conta com apenas 7% das posições de liderança sendo ocupadas por mulheres e 73% das empresas não têm mulheres na gerência sênior (WOMEN, 2016).

Ao considerarmos que, “historicamente, foi reservado ao homem à função de prover a família e gerar vida pública e à mulher reservou-se o espaço doméstico” (ALVES; GUIMARÃES, 2009, p. 40), o reflexo desse retrato social dificulta a mulher a desenvolver habilidades de autonomia, autossustentabilidade, autodeterminação, capacidade financeira e de consumo, a inclusão no mercado de trabalho e outros.

Corroborando com essa afirmação, os dados do IBGE de 2010, no quesito Estatística de Gênero, demonstram esse perfil de desigualdade, como exemplo segue os gráficos 5 e 6, em que a proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento, apesar de ter havido redução de 45,3% para 30,4% em uma década, esse número ainda continua elevado. Assim como o número da população economicamente ativa, obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade, considerando ocupadas aquelas pessoas que não tinham trabalho remunerado, mas buscava colocação no mercado.

Gráfico 5 - Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade sem rendimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

O gráfico 6 mostra o número de mulheres e homens de todas as cores e raças e em todos os grupos de idade no período dos censos de 2000 e 2010.

Gráfico 6 - População Economicamente Ativa (pessoas)

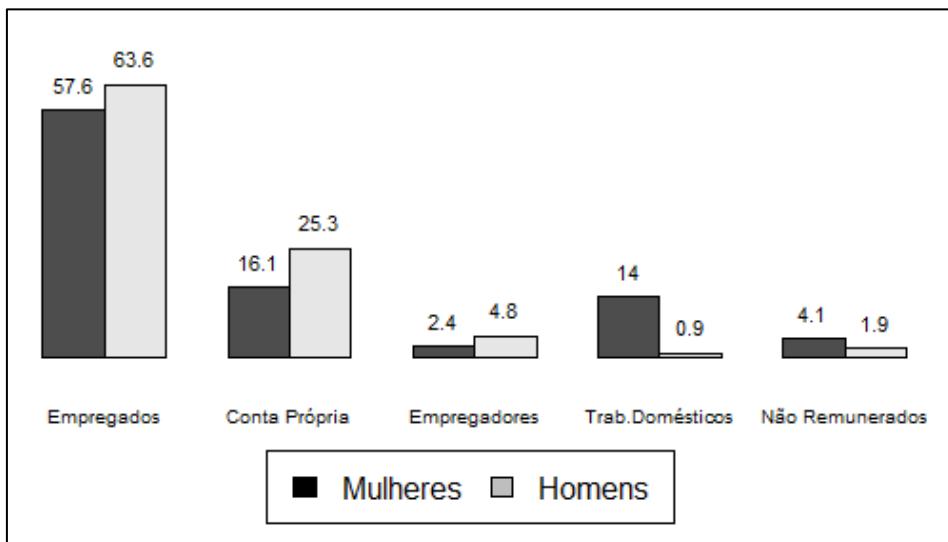


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

Embora a diferença tenha diminuído ao longo de dez anos, sendo que em 2000, cerca de 60% dos homens tinham ocupação, já em 2010 esse percentual caiu para 56%. Entretanto, ainda existem diferenças e, certamente, levará algumas décadas para a equidade. O tipo de

ocupação é outro fator de desigualdade, o gráfico 7 apresenta a porcentagem quanto à posição na ocupação do trabalho principal, de acordo com dados do IBGE.

Gráfico 7 - Distribuição segundo a posição na ocupação do trabalho principal



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014.

Segundo o IBGE, as desigualdades se reproduzem entre as trabalhadoras na mesma categoria ocupacional. Nesse sentido, as mulheres negras ou pardas são a maioria no trabalho doméstico e, na informalidade, apresenta uma proporção de “62,3% em relação às trabalhadoras brancas (36,5%), quando comparadas àquelas que desempenham a mesma função, mas possuem carteira de trabalho assinada” (BRASIL, 2014 p. 115).

Muitos direitos do trabalhador comum não eram estendidos ao trabalhador doméstico; categoria adquiriu em legislação específica, direitos que regulamenta o contrato de trabalho doméstico, que concede direitos do trabalhador comum ao trabalhador doméstico. A Lei foi considerada um grande avanço à categoria, no entanto, cabe ressaltar que os trabalhadores ainda não fazem jus ao adicional de periculosidade e insalubridade (BRASIL, 2013b).

Para o Brasil (2014), essas posições desfavoráveis somadas a ocupações precárias e de baixa qualificação resultam na desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)² do IBGE, no último trimestre 2015, elas receberam em média 76,99% da renda média dos homens, ou seja em média a renda da mulher é menor que 80% da renda do homem como mostra a Tabela 1.

² Pnad 2015, índice do rendimento médio nominal do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (Reais).

Tabela 1 - Comparação por gênero da média salarial em R\$

Brasil, Grande Região e Município Capital da UF	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	% de proporção dos salários de mulheres/homens
Brasil	2.064,00	1.589,00	76,99
Norte	1.477,00	1.305,00	88,35
Porto Velho – RO	1.889,00	1.516,00	80,25
Rio Branco – AC	1.835,00	1.606,00	87,52
Manaus – AM	2.124,00	1.720,00	80,98
Boa Vista – RR	2.033,00	1.795,00	88,29
Belém – PA	1.668,00	1.340,00	80,34
Macapá – AP	2.224,00	1.848,00	83,09
Palmas – TO	2.275,00	1.780,00	78,24
Nordeste	1.303,00	1.118,00	85,80
São Luís – MA	1.731,00	1.383,00	79,90
Teresina – PI	2.012,00	1.371,00	68,14
Fortaleza – CE	1.943,00	1.491,00	76,74
Natal – RN	2.384,00	1.637,00	68,67
João Pessoa – PB	2.334,00	1.776,00	76,09
Recife – PE	2.614,00	2.102,00	80,41
Maceió – AL	1.837,00	1.455,00	79,21
Aracaju – SE	2.619,00	1.977,00	75,49
Salvador – BA	2.119,00	1.636,00	77,21
Sudeste	2.473,00	1.809,00	73,15
Belo Horizonte – MG	3.081,00	2.286,00	74,20
Vitória – ES	4.395,00	3.058,00	69,58
Rio de Janeiro – RJ	3.000,00	2.239,00	74,63
São Paulo – SP	3.716,00	2.767,00	74,46
Sul	2.279,00	1.660,00	72,84
Curitiba – PR	3.264,00	2.321,00	71,11
Florianópolis – SC	3.232,00	2.511,00	77,69
Porto Alegre – RS	3.468,00	2.381,00	68,66
Centro-Oeste	2.358,00	1.777,00	75,36
Campo Grande – MS	2.278,00	1.682,00	73,84
Cuiabá – MT	2.544,00	1.974,00	77,59
Goiânia – GO	2.648,00	1.948,00	73,56
Brasília – DF	4.002,00	3.069,00	76,69

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIDRA IBGE – PNAD (2015)

Boa Vista, com 88,29%, é a capital com melhor igualdade de rendimentos entre homens e mulheres, já Cuiabá apresenta percentual pouco acima da média (77,59%) e

Teresina apresenta o pior índice (68,14%). Para Giuberti e Menezes-Filho (2005), as explicações para a diferença de rendimentos entre gêneros partem de fatores como “características médias destes dois grupos, como experiência, idade, educação e setor de trabalho”, como esses fatores não explicam tudo, “o restante é atribuído a um componente residual associado à discriminação (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005, p. 370)”.

Também não há equidade nos afazeres domésticos, apesar da participação dos homens nas tarefas de casa, as mulheres são as principais responsáveis pela sua execução. Segundo o Relatório anual socioeconômico da mulher (2014), da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), tanto as mulheres urbanas quanto as mulheres rurais apresentam, em média, jornadas semanais de trabalho de 55,9 horas, contra 51,8 horas dos homens. Quanto à execução das tarefas domésticas, as mulheres urbanas trabalham cerca de 20 horas semanais, já as rurais, 26, enquanto os homens urbanos e rurais apresentam índices praticamente iguais a 10 horas semanais (BRASIL, 2014d).

Para o Banco Mundial (IGUALDADE, 2012), o aumento de oportunidades econômicas e o controle sobre os recursos em favor das mulheres alargam também o poder de barganha em suas famílias, modificando os comportamentos, aumentando o poder de decisão no domicílio e até mesmo influenciando nas decisões da separação. O Banco Mundial alerta ainda para o fato de que, ao aumentar o poder das mulheres, também se pode aumentar a probabilidade de violência em curto prazo.

Esse é mais um problema enfrentado pelas mulheres, que se vêm sufocadas pelas relações de gênero, pela desigualdade de poder e pela dominação masculina. Segundo o Relatório Mundial Sobre a Prevenção de Violência (2014), umas das estratégias no combate à violência doméstica é mudar as normas sociais e culturais, pois são essas “normas que atribuem ao homem o direito de controlar a mulher, e que tornam as mulheres vulneráveis à violência praticada por homens, seja esta física, emocional ou sexual” (RELATÓRIO, 2015, p.75).

Os dados do Relatório Mundial Sobre a Prevenção de Violência (2014) revelam que no mundo uma em cada cinco meninas já foi vítima de abuso sexual; e uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física em algum momento de sua vida (RELATÓRIO, 2015, p. 14).

A Lei Federal nº 11.340/06 Maria da Penha estipula quatro tipos de violência doméstica e os dados do Balanço 2015 da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) revelam o porcentual para cada tipo de violência, sendo 50,16% referentes à violência física; seguida da violência psicológica, com 30,33%; violência sexual, 4,54%; violência

patrimonial, 2,10% e violência moral, com 7,25%. Nelas, o cônjuge é o principal agressor em 63,48% dos casos. O relatório mostra ainda que 58,86% das vítimas eram negras (BRASIL, 2014c, p. 3).

Os dados do Mapa da Violência 2015 que toma como referência o ano de 2013 aponta números estarrecedores e coloca a violência doméstica em evidência no Brasil. A taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, coloca o Brasil em quinto lugar na lista dos 83 países que mais matam. Entre os estados da federação, Roraima é o mais violento, com taxa de 15,3. Os que menos matam é Piauí e São Paulo, ambos com taxa de 2,9 (WAISELFISZ, 2015, p. 22).

O município de Cuiabá aparece na 12^a posição na lista, com taxas de 6,6, empatando com Aracaju e Natal. Ainda segundo o Mapa da Violência 2015, comparando ao período de 2006, ano do início da vigência da LMP até 2013 a Capital mato-grossense sofreu aumento de 82,5% no período de vigência da Lei Maria da Penha. Cinco estados registraram queda nas taxas: Rondônia (5,5%), Espírito Santo (10,8%), Pernambuco (22,2%), São Paulo (23,7%) e Rio de Janeiro (27,4%) (WAISELFISZ, 2015, p. 22).

O número de vítimas pode ser bem maior do que as estatísticas indicam, uma vez que muitas dessas mulheres que sofreram violência nunca denunciaram o caso. A questão cultural, a dependência emocional e/ou econômica, ou a fé de que o companheiro mude seu comportamento, são alguns dos motivos pelos quais as vítimas não conseguem se separar do agressor. Não obstante, em muitos casos, o ciclo de violência se torna recorrente, findando em sua morte.

A violência doméstica contra a mulher repercute em outros aspectos na vida da mulher, como nas relações sociais, na saúde (física e psicológica) e no bem-estar dos filhos (FONSECA; RIBEIRO; LEAL, 2012) e, para algumas delas, a saída é o suicídio por não suportarem o infortúnio e a desesperança de saírem dele, ou a reação violenta em situações de conflito e agressão (física e psicológica).

Cabe ressaltar que as mulheres também contribuem para a violência doméstica, “chegando até mesmo a desencadeá-la” (SAFFIOTI, 1994, p. 446). Como casos em que imperam o silêncio e o medo, bem como aqueles em que há passividade e sim reações de vingança, denúncia e outros. Para a autora, “socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem” (SAFFIOTI, 1994 p. 446), uma vez que esse é o detentor do poder, fruto do sistema patriarcal.

Outro espaço que carece de equidade é no poder político, em que a participação feminina também está em desvantagem. Nas últimas eleições vimos poucos avanços, embora as mulheres sejam a maioria entre o eleitorado – representando 52,134% nas eleições de 2014,

de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, eram 74.459.424 eleitoras contra 68.247.598 eleitores do sexo masculino (BRASIL, 2014) – não o são entre os que ocupam cargos políticos, tanto no poder executivo quanto no legislativo.

Visando reverter essa situação de desvantagem historicamente apresentada no sistema político brasileiro, é que foram promulgadas as Leis nº 9.100/95 e 9.504/97 que garantem, através de política de cotas, a participação feminina nas eleições. Cada partido ou coligação deve garantir às mulheres “candidaturas com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada sexo” (BRASIL, 1997).

Desde então, tem aumentado, timidamente, o número de mulheres que se candidataram e que foram eleitas em todo o país. No caso do Congresso Nacional, as mulheres avançaram pouco, em 2010 foram eleitas 45 mulheres enquanto que na última eleição esse número aumentou para 51, o que representa 9,9% dos 513 eleitos para a Câmara. E, no Senado Federal, nas eleições de 2014, foram eleitas apenas 5 mulheres entre os 27 novos senadores (BRASIL, 2014). Atualmente não há nenhuma representante do estado de Mato Grosso nesses cargos.

Também não há representantes do sexo feminino no executivo tanto no governo de Estado de Mato Grosso quanto nas cidades de Cuiabá e Jaciara, locais desta pesquisa. No Parlamento Estadual houve um regresso, em 2010 foram eleitas duas deputadas, enquanto que em 2014 foi apenas uma. Há apenas uma representante também na Câmara Municipal de Cuiabá entre os 25 vereadores na atual legislatura. Os gráficos abaixo mostram os resultados das eleições de 2012 para o cargo de vereador nas cidades de Cuiabá-MT e Jaciara-MT.

Gráfico 8 – Quantidade de candidatos por sexo ao cargo de vereador em Cuiabá-MT

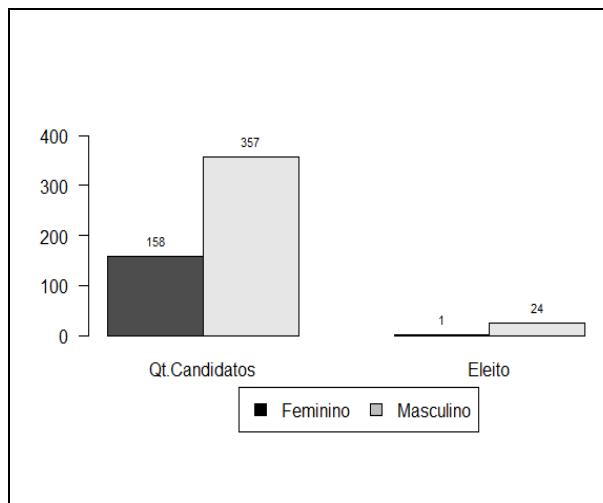
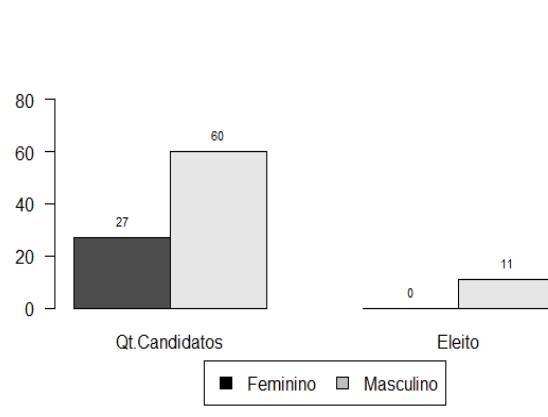


Gráfico 9 - Quantidade de candidatos por sexo ao cargo de vereador em Jaciara-MT



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE (2012).

Tamanha é a desproporção que não chega a um terço do total de candidatos nessas duas cidades. Contudo, é no legislativo municipal que está a maior participação feminina. Os 141 municípios do estado de Mato Grosso possuem 1.445 vereadores, desses, 530 são do sexo feminino (MATO GROSSO, 2012).

Embora necessária, as políticas de cotas ainda não são efetivas. De acordo com Grossi e Miguel, entre os obstáculos encontrados pelas mulheres “destacam a falta de apoio financeiro e de recursos materiais para as campanhas, colocando-as, também nesse momento, em situação de desvantagem em relação aos homens” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 191). As autoras também apontam que sua entrada na política se dá de duas formas: seguindo as tradições familiares que contam com a influência dos seus maridos ou pais e através de sua participação em movimentos sociais (grupos, centros comunitários, cooperativas, sindicatos etc.) (GROSSI; MIGUEL, 2001).

Longe de se esgotar os problemas vivenciados pelas mulheres, o que não é a nossa pretensão, na próxima seção iremos apresentar uma proposta do poder público na tentativa de mudar o cenário de desigualdade apresentado.

1.2 Mulheres Mil como política de inclusão social

Dentro do rol de políticas públicas implantadas para resolver ou amenizar tais problemáticas em relação à mulher, destacamos uma que se torna alvo do presente estudo, o Programa Mulheres Mil cujo objetivo é a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Os eixos norteadores da política são a Educação, a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável. Buscando o desenvolvimento através da capacitação para empreender no “exercício da economia solidária, do empreendedorismo, do cooperativismo e do associativismo como oportunidades de geração de renda e de melhor desempenho no mundo produtivo” (BRASIL, 2014, p. 26).

O Programa compreende um processo de envolvimento da comunidade para somar valores de solidariedade na atividade produtiva a ações de consumo sustentável. Assim, Chanial e Laville definem a economia solidária como um “conjunto de atividades que contribuem para a democratização da economia a partir de engajamentos cidadãos” e complementam dizendo ser a inter-relação com as diversas esferas da vida social, econômica e psicológica, na preservação do meio ambiente e mudança nas “relações entre os sexos e idades” (CHANIAL; LAVILLE, 2006, p. 50, 52). Para Schwengber, as políticas públicas de economia solidária, constituídas como políticas de desenvolvimento são voltadas para o

público em situação de vulnerabilidade e requer ações conjuntas:

(...) demanda ações transversais que articlem instrumentos de várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade (SCHWENGBER, 2006, p. 294).

O Programa contempla uma metodologia desenvolvida pelos *Community Colleges Canadenses* em suas experiências, durante uma década, voltadas à promoção da equidade e às ações com populações desfavorecidas naquele país. Chamada de sistema de Acesso, Permanência e Êxito. O que compreende o acesso, é buscar junto à comunidade e ingressá-la de modo acolhedor e personalizado; na permanência, dar assistência através de bolsa permanência, material didático, uniforme, alimentação e transporte; e apoio por meio de uma equipe multidisciplinar, formada por servidores da instituição e/ou parceiros composta por pedagogo, assistente social, médicos e outros; e, para garantir o êxito dessas mulheres, a equipe deverá estabelecer termos de cooperação com as empresas, associações e entidades parceiras com especialidade nas áreas dos cursos ofertados para a inserção no mundo do trabalho. E ainda, identificar os níveis de escolaridade das mulheres matriculadas no Programa Mulheres Mil e incentivá-las a aumentar essa escolaridade, através dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, dentre outros, de acordo com a necessidade (BRASIL, 2014).

Em 2007, o Programa Mulheres Mil foi implantado como projeto-piloto em 13 estados da região norte e nordeste do país, através de uma parceria com o governo canadense, representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA/ACDI) e a Associação do *Colleges Comunitário do Canadá* (ACCC) e *Colleges* parceiros. A meta era qualificar 1.000 mulheres, o que originou o nome do projeto. Desde então, milhares de mulheres foram beneficiadas com cursos profissionalizantes em diversas áreas como: turismo e hospitalidade, gastronomia, artesanato, confecção e processamento de alimentos.

Em 2014, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) firmaram parceria para integrar o Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Constituiu-se uma das ações do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e também do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. E sua implementação ocorreu sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), e a sua execução ficou sob a responsabilidade dos Institutos Federais

de Educação, Ciência e Tecnologia e entidades do Sistema S.

O Instituto Federal de Educação de Mato Grosso iniciou sua participação no Programa Mulheres Mil em 2011, através dos Campi Bela Vista, Cáceres e Confresa e ampliou a sua participação em 2012, com os Campi Juína, São Vicente e Sorriso que também pactuaram suas propostas. Alcançando hoje quase todos os Campi da Instituição.

Em março de 2012, o Campus Bela vista deu início à execução das atividades propostas no intuito de formar 100 mulheres em duas turmas no Curso Básico de Qualificação Profissional em Produção de Biojóias. O curso teve duração de 3 (três) meses, com carga horária de 320 horas entre aulas práticas e teóricas. Propôs a ensinar as técnicas de artesanato para confecção de biojóias (fibras e sementes). O Campus São Vicente, por meio do Núcleo Avançado de Jaciara, ofertou 100 vagas no curso de Qualificação em Alimentos: Panificação; Processamento de Frutas e de Carne, atendendo, segundo os gestores, às necessidades das mulheres da região do Vale de São Lourenço identificadas no diagnóstico realizado previamente. Os Campi dispunham de equipamentos, pessoal e material de consumo necessário para desenvolver as competências e habilidades exigidas para formação das profissionais. Também contou com repasse de recurso orçamentário e parcerias.

O Programa Mulheres Mil propõe uma metodologia específica para criar condições de empoderamento às mulheres por ofertar temas para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, cooperativismo, empreendedorismo, responsabilidade ambiental e sustentabilidade, inclusão produtiva, mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania (BRASIL, 2014). Assim, o programa promove o desenvolvimento humano dessas mulheres, por meio de melhores condições de vida (social e econômica), isso “aumenta a possibilidade de elas contribuírem com a governança de suas comunidades, na medida em que se transformam em cidadãs, social e economicamente emancipadas” (BRASIL, 2011, p. 4).

Nessa perspectiva, a problemática se refere ao seguinte questionamento: Qual a percepção das beneficiárias do Programa Mulheres Mil acerca do efeito do programa sobre empoderamento feminino?

Esta pesquisa se justifica a partir de dois principais aspectos: (1) contribuir com a teoria no sentido de subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas sobre empoderamento feminino; (2) fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão, implementação e execução de novas políticas públicas sociais para o atendimento das políticas de gênero, de equidade e inclusão e social.

Uma avaliação dos efeitos das políticas públicas pode ser realizada através da

perspectiva quantitativa e/ou qualitativa. A perspectiva quantitativa de impacto enfatiza a abordagem experimental e os métodos estatísticos, enquanto que a perspectiva qualitativa se fundamenta em observações e percepções indutivas em relação à análise dos dados.

Sobre qual seria a melhor opção de avaliação, Patton (2002) afirma que não há uma receita ou fórmula para a escolha do método. O autor aponta questões norteadoras para a melhor opção, argumentando que algumas perguntas se prestam a respostas numéricas, como por exemplo: se o objetivo é saber qual o peso de uma pessoa, deve-se usar uma escala para atingi-lo. Mas, se o objetivo é saber qual o significado do peso para uma pessoa, como a afeta, como ela pensa e o que faz sobre isso, é preciso lhe fazer perguntas, saber mais sobre as suas experiências, e ouvir suas histórias. E ainda, para uma abrangente compreensão do peso, o que esse significado representa na vida das pessoas, os procedimentos metodológicos requerem tanto o seu número quanto as suas histórias. Tais apontamentos nos levam diretamente a considerar a vantagem do método qualitativo para nossa pesquisa, uma vez que esta apresenta especificidades da realidade investigada segundo a percepção do sujeito.

A análise aqui proposta foca na percepção das mulheres sobre o seu empoderamento; sendo esse analisado em três dimensões: psicológica, econômica, legal/política/social no plano micro: individual, familiar e comunitário (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002).

No capítulo seguinte serão apresentadas as bases teóricas que fundamentam esta pesquisa versando sobre política pública para mulheres e empoderamento feminino.

CAPÍTULO 2

APORTES TEÓRICOS DE POLÍTICAS PARA EMPODERAMENTO FEMININO

Este capítulo se dedica às políticas públicas de gênero voltadas para o empoderamento feminino. No primeiro capítulo foi contextualizada a problemática em relação à dinâmica do poder sobre o qual a mulher se encontra envolvida, os dados em relação à situação feminina e seus apontamentos quanto à necessidade de maiores avanços. Desta forma, propomo-nos a observar as ações de políticas públicas em favor da equidade de gênero, da inclusão social³ e do empoderamento feminino. Na seção seguinte, realizamos um breve relato de como a literatura tem conceituado empoderamento, quais suas dimensões e níveis; seguido dos resultados das ações e exemplificação de metodologias para mensurá-lo.

2.1 Políticas públicas para o empoderamento

A formulação e a implementação de políticas públicas de igualdade de gênero acolhem os preceitos da Constituição Federal Brasileira (CFB), promulgada em 1988, que garante tratamento igual perante a Lei, conforme reza o Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art. 5º, parágrafo 1º “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Embora a igualdade de gênero fosse proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), de acordo com Prá (2002, p.34) os debates sobre igualdade de gênero tiveram seu marco inicial nas conferências mundiais como na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Cedaw (1979), bem como no Programa de Ação do Cairo (1994), com 15 princípios, dos quais dois deles tratavam das questões femininas como igualdade e equidade de gênero, “capacitação e empoderamento”, violência, fecundidade e saúde, e atribuíram ao Estado a obrigação de tais garantias, ou seja, criaram novos direitos.

Outras conferências vieram reforçar essas pautas, como a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e os Oito Objetivos do Milênio (2000) que consistem em metas socioeconômicas que os países componentes da ONU se comprometeram a atingir até o ano

³ Como uma política de inclusão social, diferentemente de empoderamento, o conceito de inclusão social de mulheres se daria em termos de ações que aumenta a participação feminina “em todas as dimensões de convivência social, laboral, política, especialmente em setores estratégicos da sociedade, ocupados em sua maioria por homens (COSTA; MAZZARDO, 2014, p.14)”.

de 2015, entre as agendas estão a educação, meio ambiente, saúde e combate à pobreza.

Nesse sentido, as agências de desenvolvimento desempenham um papel importante no processo de políticas para as mulheres em todo o mundo. Em 2015, propôs a continuação da agenda e, dessa vez, são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que deverão ser atingidos até ano de 2030. Tais acordos servem como um marco para defesas em torno da importância da igualdade de gênero para o desenvolvimento humano, sendo um lembrete oportuno das políticas, ações e recursos necessários para alcançar a igualdade entre homens e mulheres em todo o mundo.

No Brasil as políticas públicas de gênero sofreram influência dos organismos internacionais com a visão neoliberal⁴ na formulação e no financiamento. Nesse sentido, Stromquist observa que “o poder de ação desses organismos na introdução de esforços voltados para o gênero está relacionado ao tamanho de suas contribuições e a outras formas de apoio político doado aos países receptores” (STROMQUIST, 1995, p. 38).

Em 2004, foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), as discussões contaram com a participação de 1787 delegadas, com representantes de todas as UFs brasileiras. Dessa Conferência surgiram propostas a partir dos seguintes eixos temáticos: 1. Enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e a terra; 2. Superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência, combate e políticas de segurança; 3. Promoção do bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: saúde, moradia, infra-estrutura, equipamentos sociais e recursos naturais; 4. Efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, sexuais e reprodutivos; 5. Desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento para a igualdade (CONFERÊNCIA, 2004).

Como resultado foi apresentado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o PNPM (BRASIL, 2008) aponta o dever do Estado em assegurar às mulheres:

O poder de decisão sobre suas vidas e corpos assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e país, e de romper com o legado histórico, com os ciclos e espaços de dependência, exploração e subordinação que constrangem suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social (BRASIL, 2008, p.32).

⁴ Sobre o tema observa-se um conjunto de medidas e recomendações integradas para diminuir as diferenças sociais, promovendo políticas de oferta através de investimento social, principalmente em projetos de educação e infraestrutura, que garantam “o mínimo do governo e máximo da iniciativa”, mas com equilíbrio entre o risco e a segurança em reformas fundamentais para o Estado de bem-estar; através de processos incrementais e que não provoque impactos que prejudiquem a estrutura do Estado. Essa perspectiva desenvolvimentista teve início com ações do governo norte-americano e das agências de financiamento externo como o FMI e o Banco Mundial, que condicionavam a cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral, com a adoção dessas recomendações e medidas mínimas. Sobre o tema ler: Romano e Antunes (2002), Robertson (2012) e Siqueira (2014).

O Programa Mulheres Mil é uma iniciativa que visa trabalhar o poder no plano pessoal, econômico, político e social, e incluir como política de gênero inter-relacionada diversas outras políticas como o combate a fome, a educação, o emprego, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária, a inclusão social, a saúde, o combate à violência, entre outras.

Contudo, essas políticas parecem não dar conta de resolver a questão da pobreza e do empoderamento das mulheres visto que suas causas são estruturais e atendem aos interesses de grupos dominantes.

Para alguns estudiosos (BATLIWALA, 1994; MALHOTRA; SCHULE; BOENDER, 2002) as políticas públicas para as mulheres devem ser voltadas para eliminar a estrutura patriarcal. E, analisando a PNPM, podemos observar algumas demandas sendo pautadas, como a violência doméstica, a produção de conhecimento para a igualdade de gênero, o reconhecimento das desigualdades e a participação de grupos associados à raça, etnia, geração e orientação sexual. Não obstante, ainda lutam por avanços quanto aos direitos reprodutivos e ao empoderamento feminino.

Visto que empoderamento é o objetivo das políticas públicas de gênero, faz-se necessário para identificar se as políticas são efetivas ou não ampliar discussões sobre seu conceito, forma de observação, mensuração e análise de forma sistemática. Na próxima seção empenharemos nos debates em torno do conceito de empoderamento e explicitaremos como este foi aplicado nas principais linhas de abordagens ao longo das últimas décadas.

2.2 Conceito de empoderamento, suas dimensões e níveis

Ainda hoje o empoderamento não é facilmente definido em termos de conceito e dimensões concretas. Tal complexidade é dada pelas influências de movimentos de direitos civis e movimentos feministas que foram surgindo ao longo do tempo. Assim, em 1960, era entendido como sinônimo de ação social, “nos anos 70, esse conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda, e, nos 80, pela psicologia comunitária. Já na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania” (BAQUERO, 2012, p. 176).

A partir de 1970, vieram as abordagens que tratavam o empoderamento no sentido de desenvolvimento, o conceito foi usado para descrever processo (capacitar um grupo ou indivíduo) e resultado (um grupo ou pessoa está habilitada) na promoção de uma agenda alternativa de desenvolvimento com políticas públicas e estratégias de intervenção de diversas

agências líderes em projetos de empoderamento das mulheres como governamentais e não governamentais, incluindo as Nações Unidas, o Banco Mundial, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Organização Pan-Americana da Saúde, a Organização Mundial de Saúde e a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CANADIAN, 1997).

Depois o conceito foi evoluindo em direção ao desenvolvimento participativo. Nessa linha, a participação em instituições se torna instrumento para o desenvolvimento econômico e social dos indivíduos e comunidades. Toma como referência os estudos de Putnam, Leonardi e Nanetti, (1996) que sem usar o termo empoderamento, mas através de seu conceito de capital social, asseveram que a região situada ao norte da Itália tem grau de desenvolvimento melhor em relação à região sul devido às instituições centenárias como associações cívicas.

Atualmente as abordagens trazem o conceito de empoderamento com ênfase no direito e na democracia. O foco é no indivíduo para que ele assuma a direção de sua vida e reivindique direitos na busca por democracia.

Ao tratar sobre empoderamento, Romano (2002) apresenta uma discussão histórica e conceitual sobre suas abordagens ao longo do tempo. Segundo o autor, é uma expressão oriunda dos movimentos sociais, associada a outros conceitos complexos como capital social e capacidades e tem oferecido o conceito de: reconhecimento e promoção do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais etc.). E, num segundo momento, a ênfase é dada ao indivíduo, visto como ator principal no processo de “mudança no controle de recursos, mas também em termos de uma maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência sobre a própria vida” (ROMANOS, 2002, p. 25).

Essa linha evolutiva de conceito *empowerment* envolve poder e mudança nas relações de poder em favor daqueles que anteriormente exerciam pouco poder sobre suas próprias vidas (SEN, 1997, p. 2). Romanos descreve, (2002, p. 14), a partir da visão foucautiana do poder, não só o poder sobre, mas diferencia o poder para, poder com e poder de dentro. Nas palavras do autor:

1. Poder sobre: recursos (físicos, humanos, financeiros) e ideias, crenças, valores e atitudes”;
2. Poder para: fazer uma coisa (um poder generativo que cria possibilidades e ações);
3. Poder com: (que envolve um sentido de que o todo é maior que as partes, especialmente quando um grupo enfrenta os problemas de maneira conjunta, por exemplo, homens e mulheres questionando as relações de gênero);
4. Poder de dentro: força espiritual que reside em cada um de nós, base da auto-aceitação e do auto-respeito, e que significa o respeito e a aceitação dos outros como iguais (ROMANOS, 2002, p. 14).

Em outra perspectiva, Gohn (2004, p. 23) afirma que o empoderamento tem sido traduzido em duas concepções: o “empoderamento em comunidades e grupos” que trata dos processos que geram a capacidade de desenvolvimento autossustentável, ainda sem articulações políticas mais amplas. Ou “poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal” – práticas assistencialistas. Entre os dois tipos de processos e seus resultados, os fatores de diferenciação são: “a natureza, o caráter e o sentido do projeto social da(s) instituição(s) que promove(m) o processo de intervenção social” (GOHN, 2004, p. 23).

Nesse sentido, Horochovski e Meirelles (2007) apontam duas perspectivas para o conceito de empoderamento: a perspectiva neoconservadora/neoliberal e a perspectiva gramsciana, freireana e habermasiana. Na primeira, “segundo seus críticos, como Perkins (1995 Apud HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007), (...) empoderamento significa o fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas”. Aqui uma sociedade mais independente de ações do Estado, sem políticas públicas. Na segunda perspectiva, a qual os autores estão alinhados, “concebe a sociedade civil como espaço público de transformação de pensamentos em ação, espaço de emancipação dos grupos dominados e excluídos” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007 p. 492).

Empoderamento feminino na perspectiva feminista implica na liberdade das mulheres da opressão patriarcal, da abolição da divisão do trabalho por sexo e na remoção da discriminação e remete ao conceito de poder com a conotação emancipatória.

Para Batliwala (1994), o processo de empoderamento feminino inicia com o reconhecimento da ideologia que legitima a dominação masculina e comprehende como esse sistema perpetua a opressão. A autora reconhece a participação das mulheres nesse sistema no qual têm sido levadas a participar de suas próprias opressões. E, para a mudança, vê a necessidade de agentes externos, que tragam acesso a um novo conjunto de ideias e informações que possam mudar a consciência e a autoimagem, assim como incentivar a ação. Empoderamento é conceituado como “um espiral, mudar a consciência, identificando áreas prioritárias para mudança, planejamento das estratégias de atuação para a mudança, e as atividades de análise e resultados” (BATLIWALA, 1994, p. 132).

Para Perkins e Zimmerman (1995, Apud HOROCHOVSKI, 2007), o processo de empoderamento é uma composição de três níveis: individual, organizacional e comunitário. Portanto, assim definem:

Os processos devem incluir: no nível *individual*, a participação nas organizações da

comunidade; no nível *organizacional*, as decisões coletivas e a divisão da liderança; e, no nível *comunitário*, ações coletivas para acessar recursos governamentais e comunitários (HOROCHOVSKI, 2007, p. 8).

Ainda para os autores, o processo em si não garante o empoderamento, mas sim, a participação nas ações e decisões, ou seja, empoderar é “ter poder de agenda” (HOROCHOVSKI, 2007, p. 8).

O quadro 1 demonstramos alguns conceitos sobre empoderamento propostos por diversos autores sobre empoderamento, e suas principais características no processo de empoderar.

Quadro 1 - Demonstrativo de mobilização de conceitos e características do empoderamento.

Descrição	Operacionalização	Autores
Empoderamento Individual ou intrapessoal	Percepção do indivíduo sobre a detenção de recursos que influenciam e controlam suas ações e a interação com o ambiente e demais pessoas.	Zimmerman (1990) Spreitzer (1995) Perkins e Zimmerman (1995)
Empoderamento organizacional	Mecanismos gerados por instituições, públicas ou privadas, de compartilhamento do poder decisório e da liderança, favorecendo decisões coletivas e horizontais (desenvolvimento de redes).	Perkins e Zimmerman (1995)
Empoderamento comunitário	Processo participativo pelo qual o sujeito de uma comunidade, constrói estratégias e ações para atingir um objetivo coletivo e consensual (coalizões organizacionais).	Perkins e Zimmerman (1995)
Empoderamento reativo	Capacidade adquirida para reagir a ameaças ou a estímulos externos.	Rich et al. (1995)
Empoderamento proativo	Capacidade de buscar uma ação escolhida ou desejada.	
Recurso de empoderamento por poderes identitários	Recursos responsáveis pelo aumento da autoestima dos sujeitos e do seu auto reconhecimento (autoestima, autoconfiança, pró-atividade, sentimento de pertença e outros).	Friedmann (1996) e Antunes (2002)
Empoderamento por poderes econômicos	Relaciona-se ao nível de sustentabilidade material conquistada: presença de padrões de trabalho, renda e consumo.	
Empoderamento por poderes sociais	Relaciona-se à verbalização das posições e anseios presentes na voz do sujeito em narrativas, em que ele é ouvido e legitimado e há coesão do grupo. Demanda da adesão dos sujeitos às instituições e mecanismos associativos com a consequência de ampliar o associativismo e a participação cívica na comunidade.	
Empoderamento por poderes políticos	Traduz-se em ações de participação ativa, consciente e eficaz nas decisões que afetam os indivíduos e grupos envolvidos.	
Empoderamento formal	Vinculação com instituições formais, como governo e empresas, propicia mecanismos para que o público	Rich et al. (1995)

	interaja com elas e influencie suas decisões.	
Empoderamento instrumental	Capacidade real do indivíduo de participar e de influenciar um processo de tomada de decisão, determinada pela interação de diversos fatores como: conhecimento relevante, recursos materiais, habilidade de persuasão, entre outros, combinados com oportunidades formais e reputação legal para participar.	
Empoderamento substantivo	Capacidade de tomar decisões que resolvam problemas ou produzam os resultados desejados.	

Fonte: Elaboração própria com base nos autores Horochovski e Meirelles (2007); Kleba e Wedausen (2009)

Vários autores mobilizam de diversas formas e dimensões o conceito do empoderamento. Em ambos, o poder é observado sobre uma perspectiva de influência e modificação da vida do sujeito, seja ela sob aspectos individuais ou coletivos.

O quadro 1 exemplifica alguns tipos de conceito e descreve como os autores sugerem que é mobilizado pelo sujeito. O empoderamento individual ou intrapessoal foca em aspectos que envolvem a percepção do sujeito em aquisições de recurso, controle de ações e interação com as pessoas; o empoderamento organizacional por sua vez foca em mecanismos externos (instituições) que favorecem e incentivam decisões coletivas e partilha de poder. Muito similar ao empoderamento organizacional, o empoderamento comunitário foca em mecanismos externos (instituições), porém, que estimulam processos participativos em comunidades, desenvolvendo estratégias e ações para atingir objetivos coletivos e consensuais dessa comunidade.

O empoderamento reativo e proativo, são capacidades adquiridas antagônicas; o reativo adquiri capacidade de situações que exigem do sujeito reagir a ameaças ou a estímulos externos; o proativo, busca de forma autônoma uma ação escolhida e desejada, sem produção devido a necessidades.

A utilização de recursos de empoderamento por poderes identitários, ocorre pelos estímulos produzidos por recursos que influem sobre o auto-reconhecimento, melhorando percepções psicológicas do sujeito sobre si. O empoderamento por poderes econômicos corresponde ao nível de sustentabilidade material conquistada, que determinam o padrão de trabalho, renda e consumo do sujeito.

O empoderamento por poderes sociais desenvolve-se a partir da verbalização e identificação do sujeito que demonstram sua percepção de pertencer a um grupo, onde é ouvido e vinculação a grupos associativos. O empoderamento por poderes políticos está vinculado a ações de participação ativa, consciente e eficaz em processos decisórios que afetam a vida individual e coletiva do sujeito.

Na medida em que o empoderamento formal, instrumental e substantivo, se diferenciam, respectivamente, por vinculações com instituições formais como instrumentos de incentivo nas suas decisões; a capacidade de participar e influenciar um processo de tomada de decisão pela consciente utilização dos instrumentos que estão disponíveis para a utilização; e pela capacidade de tomar decisões para resolver problemas ou produzir os resultados desejados.

Em todos os casos, os conceitos são próximos, abordados sob várias perspectivas e inter-relacionados. Ambos importantes para o processo de aquisição de empoderamento, e que determinam de alguma forma uma fase que produz o empoderamento. Sendo assim, são de extrema relevância para a compreensão da complexidade do processo de empoderamento.

Os autores Malhotra, Schuler e Boender (2002, p. 6) definem o conceito do empoderamento alinhado ao de Kabeer (2001, Apud MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002): “A expansão da capacidade das pessoas para fazer escolhas estratégicas de vida num contexto em que esta capacidade foi previamente negado a elas”.

Os autores ponderam nesse conceito duas características importantes: “processo e agência”; sendo “processo” a progressão de um estado para o outro. E, a “agência” o protagonismo das próprias mulheres neste processo de mudança.

Eles ainda, versam sobre os níveis em que o empoderamento pode ser definido; o nível macro geralmente inclui sistemas políticos e econômicos, que abordam o empoderamento da mulher em esferas como o legislativo no país, participação econômica, oportunidade econômica, empoderamento político; enquanto o nível micro se inclui indivíduos, famílias, comunidades e instituições (MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

Apoiando-se nesta conceituação, dimensões e níveis, buscamos investigar o protagonismo e os resultados diante do contexto que lhe foi oportunizado com a participação no Programa Mulheres Mil. O empoderamento implica em fazer escolhas estratégicas num contexto anteriormente inviável, a fim de controlar recursos e as decisões que afetam os resultados importantes da vida.

O conceito de empoderamento pode estar relacionado a dimensões, elementos, domínios e outros termos dados pela literatura. Essas dimensões necessariamente não se movem juntas, conforme aponta Narayan (2005), duas pesquisas podem estudar o mesmo fenômeno e terminar com conclusões diferentes, dependendo das dimensões do empoderamento por elas consideradas. O conceito abordado e o contexto da região ou país onde são medidos os dados são relevantes para definir as dimensões de empoderamento.

Malhotra, Schuler e Boender (2002) desenvolveram uma síntese dos desenhos dos

principais autores que são potencialmente úteis em diversos níveis com o intuito de conceituar e medir empoderamento, assim ficou a divisão: econômica, sociocultural, familiar/interpessoal, legal, político e psicológico. Como exemplo, nos indicadores de dimensão econômica incluem controle das mulheres sobre a renda familiar, seu acesso ao emprego, crédito e mercados; na dimensão psicológica, os indicadores incluem autoestima e bem-estar psicológico, como apresentamos no quadro 2.

Quadro 2 - Demonstração de dimensões e ações características

Dimensão do empoderamento	Descrição da relação das ações com a dimensão
Econômica	Controle do rendimento e dos recursos da família pela mulher; Acesso ao emprego e crédito pela mulher.
Sociocultural	Visibilidade e acesso aos espaços sociais; Participação em grupos extrafamiliares e redes sociais; Mudança nas normas patriarcais; Liberdade de movimento.
Familiar/interpessoal	Tomada de decisão doméstica; Decisão sobre gravidez; Uso de métodos contraceptivos; A seleção de parceiros.
Legal/política	Conhecimento dos direitos; Exercício do direito de votar; Acesso aos serviços públicos.
Psicológica	Autoestima; Autoeficiência; Bem-estar psicológico; Potencial de mobilização; Denúncia de injustiças.

Fonte: Elaboração própria a partir de Malhotra, Schuler e Boender (2002)

O quadro 2 exemplifica as dimensões do empoderamento e suas características, foi adaptado da proposta de Malhotra, Schuler e Boender (2002); nas 5 dimensões propostas são apresentadas características ligadas que descrevem e norteiam sua verificação.

A dimensão econômica apresenta ações características ligadas ao controle do rendimento individual e dos recursos da família pela mulher, acesso a emprego e ao crédito; são ações ligadas a questões econômicas que envolvem seu cotidiano familiar, e outros tipos de poder ligados a instituições financeiras.

Em sociocultural as ações descrevem a visibilidade e acesso das mulheres em espaços sociais, participação em grupos extrafamiliares e de redes sociais, mudanças nas normas patriarcais, e liberdade de movimento (ir e vir).

Uma das dimensões mais importantes, a familiar/interpessoal esta ligada a ações que ocorrem como tomada de decisões domésticas, decisão sobre gravidez (se engravidar e

quando engravidar), uso de métodos contraceptivos, seleção de parceiros, e outros.

No que se aplica a dimensão legal/política, as ações estão relacionadas ao conhecimento e exercício de seus direitos, acesso aos serviços públicos e exercício de direitos políticos (votar, candidatar-se, participar de filiações partidárias, etc).

E, a dimensão psicológica está relacionada a questões internas com relação a sentimentos e sua percepção; tais como autoestima, autoimagem, autoeficiência, bem-estar psicológico, capacidade de se mobilizar para ações de interesse e necessidade, capacidade de denunciar questões que ferem seus direitos e integridade física, moral e psicológica.

Estudos contemporâneos demonstram preferência por utilizar essas dimensões, sendo a econômica a mais citada. Entretanto, Batliwala (1994) lembra que o empoderamento não é necessariamente resultado da força econômica, uma vez que as mulheres ricas também sofrem violência doméstica e estupro. Malhotra, Schuler e Boender (2002) corrobora com essa reflexão ao apontar na literatura trabalhos que mostram mulheres tendo acesso a recursos, no entanto, não exercendo o controle sobre esses recursos.

Para Stromquist (1995, p.14), empoderamento é um conceito sócio-político que inclui quatro componentes: Cognitivo, que é o entendimento das mulheres das causas da sua subordinação, já o psicológico inclui o desenvolvimento da autoestima e da confiança que vão atuar em níveis pessoais e sociais para melhorar a sua condição. Na econômica, a autora argumenta que, embora o acesso ao mercado de trabalho muitas vezes implique em “jornada dupla”, aumenta a independência financeira e, consequentemente, a independência em outros setores. E, finalmente, o político que inclui a capacidade de imaginar a própria situação e mobilizar a mudança social.

Ao tratar dos níveis de empoderamento, Stromquist (1995) destaca a importância de se ter poder dentro de si antes de exercer qualquer outro poder na sociedade. Portanto, define empoderamento como o processo de mudança na distribuição do poder, tanto nas relações interpessoais como nas instituições de toda a sociedade. E destaca que a “conscientização individual e a ação coletiva são fundamentais para alcançar o objetivo de transformação social” (STROMQUIST, 1995, p. 15).

Então, o empoderamento pode ser percebido como um passo inicial para a conquista da cidadania (LISBOA, 2008), que é “um status concebido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (MARSHALL, 1967, p. 76).

Ser considerado cidadão está relacionado a desempenho de papéis como direitos civis (liberdade individual, direito à propriedade e direito à justiça), direitos sociais (bem-estar econômico e segurança) e direitos políticos (participação no exercício do poder político)

(MARSHALL, 1967, p. 76, Apud LAVALLE).

Contudo, Mosedale (2005) evidencia que a literatura parece concordar com quatro aspectos sobre o empoderamento feminino. Em primeiro lugar, para empoderar é necessário ter uma situação anterior de falta de poder. Estamos tratando de mulheres e como um grupo, há o desequilíbrio de poder com relação aos homens. Em segundo lugar, empoderamento não pode ser concedido por um terceiro. As ações de políticas públicas não podem, portanto, empoderar mulheres, e sim criar condições favoráveis para o empoderamento. Em terceiro lugar, as definições de empoderamento geralmente incluem um sentido de tomada de decisões sobre assuntos que são importantes em suas vidas. Reflexão, análise e ação estão envolvidos neste processo que pode acontecer no nível individual ou coletivo. E finalmente o processo de empoderamento é contínuo, ao invés de um produto. Não chega numa fase final em um sentido absoluto. As mulheres são empoderadas ou desempoderadas em relação a outras, ou em relação a si mesmas no tempo pregresso (MOSEDALE, 2005).

Dito isso, a próxima seção aborda os efeitos das ações do poder público e de ONGs em prol do empoderamento feminino, assim como as principais metodologias para identificar se tais políticas são efetivas ou não.

2.3 Efeito de políticas públicas sobre empoderamento

A busca por emancipação é uma ação protagonista da mulher no curso de toda a história. Nessa luta, algumas aparecem como heroínas, enquanto muitas tiveram suas histórias ocultadas. No entanto, todas foram fundamentais para as mudanças no contexto contemporâneo, conforme apresentado no capítulo anterior, longe da igualdade entre os gêneros, porém representam um grande avanço quando se compara ao passado mais distante.

Nesse processo de mudança social, em que o sujeito mulher protagonizou lutas e reivindicações, o Estado e as organizações da sociedade civil como instituições, surgiram como importantes intervenientes no sentido de diminuir as desigualdades existentes, investindo recursos e concentrando as suas ações em direção aos grupos excluídos.

A literatura mostra que as políticas públicas têm trabalhado no sentido de reverter as estruturas sociais excluientes; entre os grupos excluídos, as mulheres vivenciam o desequilíbrio de poder com relação aos homens e, nesse sentido, a avaliação tem demonstrado resultados, embora com algumas limitações.

Romanos (2002) deixa claro que a existência por si só de instrumentos legais com o objetivo de promover o empoderamento não são suficientes, mas contribuem para que grupos

e pessoas tenham acesso aos recursos e possam desenvolver suas capacidades.

Ao analisar o Programa Mulheres Mil como instrumento de promoção do empoderamento, cujo foco é a comercialização da produção de forma competitiva pelas mulheres, Braga (2011) concluiu que o programa:

(...) não atinge plenamente seus objetivos, embora desenvolva junto a esse grupo de mulheres um processo de elevação de escolaridade, qualificação para o trabalho e diversificação da produção, mas ainda não permite que elas comercializem a sua produção de forma competitiva (BRAGA, 2011 p.62).

Para Guerra (2016) o Programa Mulheres Mil foi relevante para o capital social das alunas:

Ampliou o capital social das participantes e se mostrou relevante em suas vidas, especialmente nas questões acerca de empoderamento e relações pessoais. Para as relações familiares, o Programa teve influência relevante, e nos aspectos ligados a participação e cidadania, se mostrou pouco relevante (GUERRA 2016, p. 84).

Ao tratar de inclusão social, Castel (1991, Apud SILVA; LIMA; ALVES) argumenta sobre a necessidade de uma política pública capaz de erradicar a problemática de indivíduo que se encontra em situação vulnerável, impedido de usufruir plenamente de bens de consumo, trabalho, educação, lazer, saúde, convívio e participação na sociedade, em que essas políticas seriam econômicas e tentariam modificar a estrutura da produção, com ampla intervenção do Estado:

Nos processos de vulnerabilidade que arruínam os pobres deve ser buscada a origem das perturbações afetando o equilíbrio social. O primeiro elemento que denota o excluído é ser ele uma pessoa sem inserção no mundo do trabalho (CASTEL, 1991 Apud SILVA; LIMA; ALVES, [20--?]).

Landerdahl et al. (2013) ao avaliarem uma política pública cujo foco é a superação de desigualdades de gênero constatam resultados positivos: “as marcas deixadas dizem respeito a algumas transformações na sua vida e saúde, oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído” (LANDERDAHL et al., 2013, p. 311).

Visto que políticas públicas são formuladas com o objetivo de aumentar o empoderamento, ao estabelecer um processo de avaliação dessas políticas, torna-se necessário questionar como mensurá-lo.

Métodos e indicadores são construídos com esse objetivo. Assim como não há um consenso na literatura para o conceito de empoderamento, também não há um método padronizado e unificado para a sua avaliação ou medição. Segundo Malhotra, Schuler e Boender (2002) nem “o Banco Mundial, nem qualquer outra agência de desenvolvimento

desenvolveu um método rigoroso para mesurar e monitorar alterações nos níveis de empoderamento" (MATHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002 Nossa tradução do inglês).

Moser (2007) lembra que entre os desafios para medir empoderamento devem ser considerado que o processo de empoderamento tem "natureza não-linear" e pode ser lento, com reflexos em outras gerações (MOSER, 2007, p 9).

Apesar da dificuldade de consenso na literatura, admite-se que o empoderamento pode ser avaliado sob duas perspectivas: a quantitativa e a qualitativa. Em que a primeira envolveria quantidade ou quantificação, enquanto que o qualitativo se apoderaria de percepções e opiniões das pessoas (MOSER, 2007).

Em todo campo científico as duas perspectivas divergem nas formas de coleta de dados e análise. Em que a primeira perspectiva usa dados coletados de forma direta e indireta como censos, questionários, *surveys*, estudo experimental e análise através de métodos formais, como testes estatísticos (descritiva, inferencial e outras), teste de hipótese e outras. E a segunda também usa dados coletados de forma direta e indireta, mas difere nas técnicas que têm como fonte de dados as pessoas em grupo focal, entrevista, mapeamento social e outros. Tendo sua análise contada, classificada, dimensionada ou ainda quantificada.

As avaliações no campo das políticas públicas quanto aos executores podem ser classificadas em: externa, interna, mista e participativa (COTTA, 1998). A avaliação participativa é muito comum na literatura que avalia empoderamento, por considerar o protagonismo da comunidade onde os mesmos projetam as suas prioridades e seus desejos de mudança. Realizadas em duas etapas, na primeira os participantes são treinados e a partir dos indicadores criados por eles próprios fazem a coleta de dados, sejam por instrumentos como drama, história-reveladora, músicas, imagens (fotos e desenhos), conversas e debates a fim de gerar declarações que descrevam experiências feitas por pessoas da comunidade privilegiando suas percepções. Na segunda fase os dados gerados são compilados e analisados por pessoas de fora como equipe do projeto e financiadores (JUPP; ALI, 2010). Um exemplo de avaliação participativa é Avaliação Rural Participativa (PRA) que se tornou metodologia modelo servindo como base para várias abordagens de qualificação de impacto realizadas por organizações sociais na América Latina, África e Ásia (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

A abordagem quantitativa de avaliação de impacto requer modelo de pesquisa experimental ou quase-experimental, aplicado "ex-ante" e "ex-post" (COHEN; FRANCO, 1993) com a mesma amostra de forma a demonstrar a relação de causalidade, ou seja, comprovar que o impacto final ou parcial é resultado da política.

Um dos métodos utilizados na avaliação de impacto é o *Propensity Score Matching* (PSM) ou pareamento, que corrige os vieses da seleção amostral. Como exemplo, utilizando esse método, foi realizada uma abordagem de avaliação de impacto do Programa Bolsa Família. Entre outros indicadores foi analisado o “empoderamento da mulher: poder de barganha feminino em decisões domésticas” que demonstrou resultado positivo no grupo que recebeu a política, obtido através diferença entre o resultado dos grupos pareados (BRASIL, 2007).

CARE (2006) nos alerta sobre os desafios do modelo de mensuração de impacto, o fato da generalização do nível de poder das mulheres, considerando que toda mulher é igualmente afetada pela cultura dominante, etnias, raça, economia e política. Quando de fato não é, cada ser possui motivação e resiliência dotados de sua própria natureza e história, sendo que fatores que levam a resiliência para uma, pode ter efeito contrário à outra.

O contexto sociocultural e religioso onde os trabalhos são desenvolvidos deve ser considerado para determinar os indicadores para medir o empoderamento. Numa abordagem de empoderamento e fertilidade, em Bangladesh Rural, Schuler e Hashemi (1994, p. 74-5, Apud CANADIAN, 1997) desenvolveram oito indicadores de empoderamento atribuindo peso a cada dimensão composta por: mobilidade, segurança econômica, capacidade para fazer pequenas compras, capacidade de fazer compras maiores, envolvimento em grandes decisões, relativa liberdade de dominação e violência no seio da família, consciência política e jurídica, participação em protestos públicos e campanhas políticas. Uma mulher classificada como empoderada tinha que fazer uma pontuação positiva em no mínimo cinco dos oito indicadores.

Já outros indicadores são usados universalmente, como é o caso do índice de Medida de Empoderamento de Gênero (MEG) do PNUD que mede a desigualdade sexual das nações em áreas fundamentais da participação e da tomada de decisão econômica e política em cinco dimensões:

1. **Participação econômica:** sua presença no mercado de trabalho em termos quantitativos – é importante não só para reduzir os níveis desproporcionais de pobreza das mulheres, mas também como medida importante para aumentar a renda familiar e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo;
2. **Oportunidade econômica:** diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres e extrapola a mera presença feminina em sua condição de trabalhadora;
3. **Empoderamento político:** diz respeito não só à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, mas também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas;
4. **Avanço educacional:** é, sem dúvida, o pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação

de qualidade e conteúdo comparável à recebida por meninos e homens, as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política.

5. **Saúde e bem-estar:** são conceitos relacionados às diferenças substanciais entre mulheres e homens, considerando o acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde e facilidade reprodutiva, além de questões de segurança indispensáveis à integridade pessoal (FÓRUM, 2005, p. 7-13).

No entanto, para Narayan (2005) esses índices são inadequados para a medição de empoderamento feminino no nível micro. E conclui que a grande maioria desses estudos captura apenas uma parte do empoderamento e não mede efetivamente o suficiente para fornecer provas conclusivas se houve ou não empoderamento.

Os indicadores devem medir as variações em um determinado período e devem ser definidos e utilizados de acordo com as informações que se pretende medir. Iorio (2002, p. 34) observa que “é de particular importância que métodos de avaliação sejam construídos onde as respostas e o *feedback* sobre as preocupações das pessoas e das comunidades sejam avaliados”.

A forma de avaliar os métodos e os instrumentos para medir o impacto são diversos na tentativa de calibrar a metodologia de avaliação ao objetivo da pesquisa, esse esforço metodológico em produzir avaliações que contribuam e respondam sobre a política desenvolvida. Corroborando com a condição e a necessidade de alinhar os métodos de avaliação com os objetivos da pesquisa encontramos na literatura inúmeros exemplos os quais sintetizamos de forma ilustrativa no quadro 3.

Quadro 3 - Resumo das estratégias de mensuração

Autor	Local do estudo Amostra	Desenho e Critério de Avaliação	Resultados
Strachan e Peters (1997)	Sudão (Ocidental) – Comunidades (5 a 12 vilas)	Desenho qualitativo: Identificação dos problemas da comunidade pela comunidade; Responder aos problemas identificados; Estimulação à mudança da estrutura social da comunidade e seus processos democráticos; Associativismo entre as	Envolvimento gradativo dos indivíduos com a comunidade; Consciência e atuação na tomada de decisão e execução dos projetos da comunidade, especialmente das mulheres; Independência das comunidades no controle do projeto; Fortalecimento das estruturas democráticas das comunidades e redes desenvolvidas entre elas.

		comunidades e estabelecimento de redes de cooperação e prestação de conta com as comunidades.	
Rowlands (1997)	Mulheres de um programa de capacitação de promotores de saúde em Honduras	<p>Desenho qualitativo: Pessoal: desenvolver um sentido de autoestima e capacidade;</p> <p>Relacional: desenvolver a habilidade para negociar e influenciar na natureza das relações e decisões tomadas com relação a estas;</p> <p>Coletivo: há indivíduos que trabalham para gerar um impacto maior, como a formação de uma cooperativa ou o envolvimento com as estruturas políticas.</p>	<p>Empoderamento pessoal: autoestima e autoconfiança baseadas na aquisição de novas habilidades: diagnosticar condições médicas comuns e tratá-las, verificar o estado nutricional das crianças etc., e acesso a emprego.</p> <p>Empoderamento nas relações: destaque na mudança da relação com o marido e familiares; consciência da necessidade de melhoria na relação com os filhos;</p> <p>Empoderamento coletivo: autonomia no desenvolvimento de ações e estabelecimento de redes de cooperação com outras organizações.</p>
Whiteside (1999)	Três países com diferentes aspectos sobre a distribuição de terra e garantia da propriedade para os pobres: Brasil, Filipinas e Moçambique	<p>Desenho qualitativo: Garantia de acesso a terra pela população pobre;</p> <p>Provisão de meios para seu cultivo produtivo e de forma sustentável.</p>	<p>Refletem o contexto da reforma agrária, com constantes lutas contra as elites agrárias;</p> <p>Mudança legal;</p> <p>Aprovação de acesso a terra;</p> <p>E outras ações de forma de vida segura, produtiva e sustentável.</p>
MDS (2007)	Beneficiárias do programa bolsa família no Brasil – 3 amostras representativas	Desenho quantitativo: <i>Propensity Score Matching</i> (PSM) ou pareamento, que corrige os vieses da seleção amostral.	Empoderamento da mulher: poder de barganha feminino em decisões domésticas, que demonstrou resultado positivo no grupo que recebeu a política, obtido através da diferença entre os resultados dos grupos pareados.

Selvatty, Moreira e Baêta (2013)	Nove gestores do Women's Center	Desenho qualitativo: Percepção dos Gestores do Women's Center sobre o empoderamento das mulheres através de entrevista.	Constatou-se que o Women's Center proporciona melhoria na educação, na qualificação e na liderança de mulheres.
Campos et al. (2014)	Amostra de 363 adolescentes	Desenho quantitativo: Comparação de domínios (físicos, psicológicos, relações sociais e meio ambiente) através de um questionário WHOQoL-Bref e Medir Capital Social do Banco Mundial (QIMCS).	Baixo empoderamento (34,7%), moderado (44,4%) e 19,3% das adolescentes possuíam maior empoderamento.

Fonte: Elaboração própria a partir de Oakley e Clayton (2003), MDS (2007), Selvatty, Moreira e Baêta (2013) e Campos et al. (2014)

Os autores propuseram diversas formas de medir empoderamento levando em consideração abordagens teóricas para construção do desenho de pesquisa que estabeleceram. Isso demonstra como o desenho de pesquisa para medir empoderamento deve estar intimamente ligado ao conceito de empoderamento que o autor usa como base para investigação e compreensão do fenômeno social.

As estratégias de mensuração são estabelecidas conforme as características do objeto de investigação, mas também conforme o conceito em que se situa aquele fenômeno.

Malhotra, Schuler e Boender (2002, p. 6) definem o conceito do empoderamento alinhado ao de Kabeer (2001, Apud MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002): “A expansão da capacidade das pessoas para fazer escolhas estratégicas de vida num contexto em que esta capacidade foi previamente negado a elas”. Os autores consideram nesse conceito duas características importantes, “processo e agência”, sendo “processo” a progressão de um estado para o outro. E a “agência” o protagonismo das próprias mulheres neste processo de mudança.

Seguindo esta conceituação, buscamos investigar o protagonismo e os resultados diante do contexto que lhe foi oportunizado com a participação no Programa Mulheres Mil. Este conceito é importante para esta pesquisa empírica, pois abrange o processo e agência, em a agência implica tomar decisões, a fim de controlar a si mesma e prover e controlar recursos que afetam os pontos de desequilíbrios de poder nas relações e espaços antes estáveis, o processo é o estado de mudança que traz como o resultado o poder e inclusão social.

Tendo como objetivo determinar a percepção das mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil, quanto ao empoderamento feminino, decidimos que esta pesquisa para fins de análise será desenvolvida pela perspectiva qualitativa, por entendermos ser o melhor método para estratificar parte da realidade não quantificada.

Assim sendo, nosso foco de interesse impõe a escolha do método de investigação mais adequado considerando que:

A rigor qualquer Investigação social deveria contemplar uma característica básica do seu objeto: o aspecto qualitativo. Isto implica considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social ou classe com suas crenças, valores e significados. Implica também considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação (MINAYO, 1992 p. 22).

Neste sentido, esta abordagem propicia a percepção do sujeito mulher, público-alvo da política, que vivia em situação de vulnerabilidade social, considerando que tal situação as desempoderava, exigindo assim, intervenções externas com ações que viabilizem discussão do potencial da mulher para o exercício do poder em suas relações nos espaços domésticos e públicos; bem como, capacitação para inserção no mercado de trabalho e empreendedorismo; e ainda, inclusão social visando a garantia de direitos, de cidadania, direitos políticos e oportunidades para reverter as relações de poder segundo seus interesses.

Para tanto, consideramos as dimensões psicológica, econômica e legal/política/social a partir de Malhotra, Schuler e Boender (2002), adaptando essas dimensões aos objetivos do Programa Mulheres Mil (PROGRAMA, 2011), conforme demonstramos no quadro 4:

Quadro 4 – Comparativo dos objetivos do Programa Mulheres Mil e Dimensões de empoderamento operacionalizados na pesquisa

Dimensões de empoderamento	Objetivos do Programa Mulheres Mil
Psicológico	Melhorar as relações familiares e comunitárias. Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil.
Econômico	Reducir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país. Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas. Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.
Legal/Político/Social	Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos. Reducir os índices de violência doméstica. Contribuir para a redução do analfabetismo. Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Educação Profissional e Tecnológica para o alunado não tradicional.

	Contribuir para a disseminação e democratização da oferta permanente de Reconhecimento e Certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de Programa Nacional (2011) e Malhotra, Schuler e Boender (2002).

Considerando que a metodologia do curso desperte nelas o seu potencial produtivo e críticos, destacamos a perspectiva emancipatória adotada do conceito de empoderamento para fins de análise, pois busca identificar nelas aumento da percepção das estruturas vigentes para fazer agência e conquistar sua autonomia.

Para tanto a dimensão psicológica traz o ponto inicial do processo de empoderamento, no sentido de mudança a partir da conscientização da mulher da desigualdade nas suas relações familiares e na comunidade e busca por mudanças reflete no aumento dos sentimentos como autoestima, autoimagem, autoeficácia e motivação. Empoderar implica em fazer escolhas na tomada de decisão enquanto processo e agência na pró-atividade nas ações que resultam mudanças em prol de seus objetivos.

Na dimensão econômica considerando que prover e controlar seus próprios recursos para se sustentar e a seus filhos impacta na participação da mulher nas decisões familiares e em outras esferas o que faz desta dimensão importante para o processo de empoderamento. Embora a literatura relate ser uma equação problemática onde relatos das mulheres que mesmo tendo acesso a financiamento e não controla este recurso como já exposto.

A dimensão legal/política/social foi construída adaptando as dimensões propostas por Malhotra, Schuler e Boender (2002) e Stromquist (1995); analisa em nível micro o processo de tomada de conhecimento dos seus direitos adquiridos, a tomada de decisão que as levam a buscar serviços públicos de educação, saúde, justiça e segurança, que garantam melhores condições de vida.

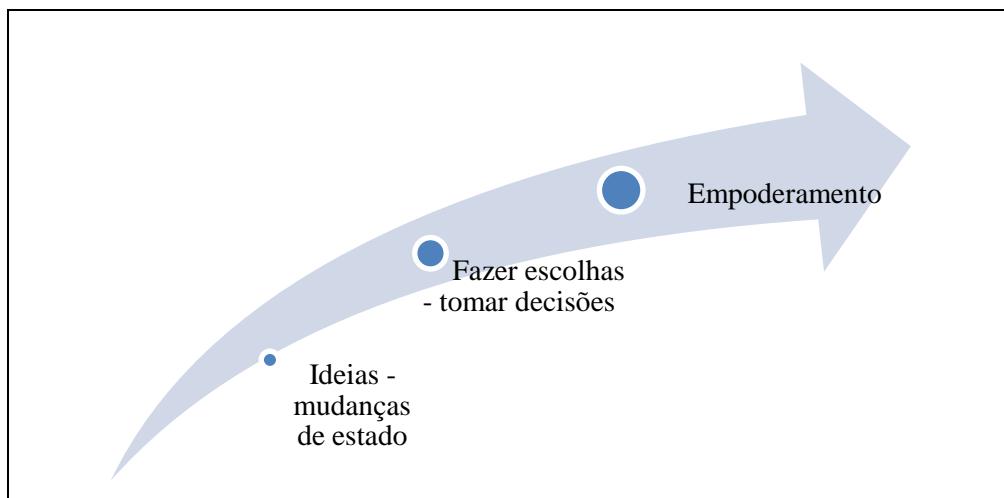
Observa ainda, a participação da mulher nos processos eleitorais, ainda que este seja um direito e obrigação já conquistado e instituído há décadas, a disposição de discutir sobre o tema é importante para que seu voto seja dado por consciência e não vontade alheia. Na Social implica na expansão da participação em grupos e instituições, o Programa é alinhado à economia solidária visa participação da mulher com outras mulheres em uma coletividade, o associativismo ou cooperativismo são espaços de debates sobre suas condições e juntas podem ganhar poder em outras dimensões, sejam estes econômicos, políticas ou influenciar decisões importantes na comunidade. Visto que as dimensões podem ou não afetar a outra no processo de empoderamento.

Empoderamento é um processo lento que pode ter início com pequenas coisas no dia a dia, a sua satisfação aumenta e assim como a autoestima, então se aprende a tomar decisões e

acostuma com a responsabilidade e suas consequências.

O curso proporciona conscientização das estruturas vigente vinda da pedagogia feminista⁵ e o conhecimento técnico na produção, as ideias manifesta sentimentos de autoeficácia capaz gerar motivação para tomar decisões que as levam a empoderar. A figura 1 abaixo ilustra o desenho do processo de empoderamento.

Figura 1 – Desenho do processo de empoderamento



Fonte: Elaboração própria a partir de Programa Nacional (2011) e Malhotra, Schuler e Boender (2002).

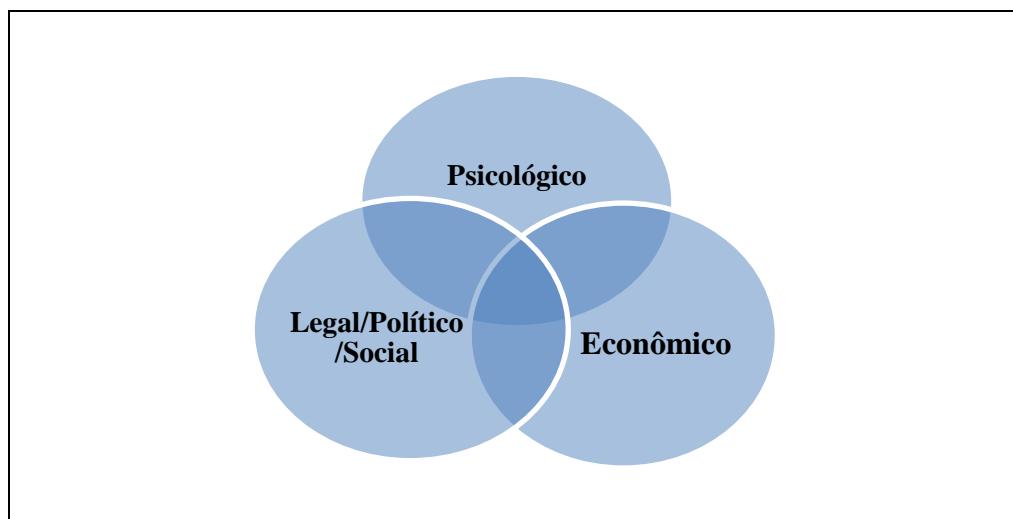
O poder se manifesta em diferentes dimensões sendo elas interconectadas sendo possível de interferência nas outras, embora pode não manifestar, ou não na mesma proporção cada pessoa é um ser único que desenvolve de acordo com sua história e contexto.

Assim, o empoderamento psicológico se manifesta nas escolhas estratégicas do cotidiano, de podendo ir e vir, organizar-se para discutir decisões familiares e pessoais, e traçar novos caminhos, seja eles econômicos ou não.

Então, consideramos as dimensões escolhidas diversos tipos individuais de empoderamento, que se inter-relacionam e são interdependentes no processo de empoderar. A figura 2 ilustra a inter-relação e interdependência entre as dimensões do empoderamento.

⁵ Entende-se como conjunto de princípios e práticas que objetivam conscientizar indivíduos, tanto homens quanto mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, ou seja, da construção social das diferenças/desigualdades entre os sexos; que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres. (SANDENBERG, [20??]).

Figura 2 – Inter-relação e interdependência entre as dimensões do empoderamento utilizados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria a partir de Programa Nacional (2011) e Malhotra, Schuler e Boender (2002).

Diante da proposta metodológica e do objetivo do Programa Mulheres Mil para o empoderamento das mulheres, concordamos com a literatura que ressalta que o empoderamento não pode ser fornecido nem tampouco realizado para pessoas ou grupos, mas se realiza em processos em que esses se empoderam a si mesmos. Ou seja, como processo que emergem de baixo para cima (GOHN, 2004). Quanto ao plano micro (individual, familiar e comunitário), aquiescemos ao pensamento de Gohn, que ressalta que “não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade” (GOHN, 2004, p. 24).

No capítulo 3, pautados nas teorias recrutadas dos capítulos 1 e 2, descreveremos a proposta desenvolvida do norte metodológico e analítico da pesquisa.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Este capítulo discute os principais elementos que envolvem a construção do desenho de pesquisa. Um bom desenho de pesquisa orienta-se pela busca da: (1) simplicidade da questão de pesquisa e justificativa do trabalho; (2) clareza na descrição dos métodos, técnicas e variáveis; (3) hipóteses bem formuladas e conectadas com o objetivo do trabalho; (4) busca por produção de inferências causais falsificáveis⁶; (5) demonstrar as limitações do desenho de pesquisa, e (6) propor ser replicável⁷ (KING; KEOHANE; VERBA, 1994; REZENDE, 2015).

A partir de tais premissas, a pesquisa optou por maior clareza nos procedimentos metodológicos em relação ao rigor científico, seguindo de forma sistemática os procedimentos metodológicos possíveis.

Ao enfatizar esse pressuposto no desenvolvimento da pesquisa, “ser passível de replicação”, pretende-se contribuir com a transparência dos dados e procedimentos metodológicos. Pois, o desenvolvimento da própria ciência, de uma rede de cooperação entre diversos pesquisadores e diversas áreas, permitindo um debate e produção transdisciplinar a respeito do que a ciência e suas várias áreas de conhecimento produzem.

Que segundo Rocha et al. (2014) contribui com vários papéis no meio científico:

Primeiramente, ele contribui para o aprimoramento da qualidade dos resultados de pesquisa e acúmulo do conhecimento científico (substantiva). Em segundo lugar, replicabilidade facilita que alunos de graduação e pós-graduação compreendam noções básicas de análise de dados (pedagógica). Por fim, o padrão de replicabilidade protege a comunidade científica não só contra erros honestos, como também de fraudes deliberadas (transparência) (ROCHA et al., 2014, p. 216).

Com base em todas as razões expostas e pautadas nos pressupostos de “padrão ouro”⁸ de uma produção científica, esta pesquisa apresenta todos os percalços metodológicos para o desenvolvimento do objetivo da pesquisa.

6 A produção de inferências causais em pesquisas qualitativas encontra dilemas, por operacionalizar a pesquisa com procedimentos diferentes, com objetivos diferentes e com número de casos reduzidos. A pesquisa qualitativa dá preferência à profundidade e especificidade das informações, a produção de inferência estaria relacionada às etapas metodológicas e o rigor científico. Para maior profundidade sobre ver: King; Keohane e Vebar (1994); Della Porta e Keating (2008) e Lewis e Ritchie (2003).

7 Uma pesquisa ao se propor ser replicável se compromete com a responsividade na produção científica e a transparência dos dados e procedimentos metodológicos desenvolvidos; o ato de publicar metodologias, resultados e conclusões contribuir para além de idéias, conceitos e teorias, contribuem para a essência da ciência e sua evolução. Para maior profundidade sobre ver: Figueiredo Filho et al. (2012) e Rocha et al. (2014).

8 Sobre o “padrão ouro” ler Janz (2015).

3.1 Objetivos da pesquisa e abordagem

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar a percepção das beneficiárias quanto ao empoderamento após participarem do Programa Mulheres Mil implementado no IFMT, no período de 2011 a 2013.

Os objetivos específicos são: analisar a percepção das mulheres quanto ao seu empoderamento em termos de poder de decisão e busca de seus objetivos; mapear o acesso ao mercado de trabalho; investigar a prática quanto aos objetivos do programa com relação ao associativismo e ao meio ambiente sustentável; identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres bem como a resiliência; averiguar a influência do programa no acesso aos serviços públicos de educação, saúde, jurídico, dentre outros que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida; identificar a elevação da escolaridade das mulheres; examinar o acesso à participação política e; analisar a adesão, permanência e conclusão das alunas nos cursos desenvolvidos.

Esta pesquisa, de acordo com Gil (2010, p. 27) consiste em uma pesquisa exploratória, pois “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Segundo Bauer e Gaskell (2004, p. 23) “a pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, e é considerada pesquisa hard. [...]. Em contraste, a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais, e é considerada pesquisa soft”.

Para Oakley e Clayton (2003, p. 32) os sistemas tradicionais de avaliação cuja preocupação com os “insumos e os produtos”, em geral usam metodologia quantitativa. “Na avaliação do desenvolvimento social, por outro lado, tais métodos não são suficientes, já que demanda enfoques amplos e capazes de explicar as mudanças qualitativas ocorridas”.

Para responder a nossa questão de pesquisa: Qual a percepção das beneficiárias do Programa Mulheres Mil acerca do efeito do programa sobre empoderamento feminino? O método empregado envolve uma abordagem que busque compreender as dinâmicas de empoderamento. Para tal, recrutamos uma abordagem qualitativa que permite analisar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, fenômenos que não podem ser reduzidos em dados quantitativos (MINAYO, 2002, p. 21-22).

Neste sentido, o processo de empoderamento é principalmente as dimensões

psicológicas do empoderamento são essencialmente de natureza qualitativa. Devendo ser julgados, como tendo ocorrido, pelas próprias mulheres sendo autoavaliado e validado por elas (SEN. 1993, Apud MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

3.2 O estudo de caso

As pesquisas sobre o empoderamento (BATLIWALA, 1994; PERKINS e ZIMMERMAN, 1995; FRIEDMANN, 1996; ANTUNES, 2002; IORIO, 2002; ROMANOS, 2002; MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002; GOHN, 2004; MOSER, 2007; BAQUERO, 2012; BAQUERO, 2012; CAMPOS et al. 2014) e sobre o Programa Mulheres Mil (BRAGA, 2011; SANTOS e FREITAS, 2014; LOPES, 2015; NASCIMENTO e DIAS, 2015; GUERRA, 2016) encontram-se divididas em estudos teóricos e empíricos, com predominância de estudos de caso.

O estudo de caso se tornou opção preferencial na literatura porque o método atende a duas demandas: (1) complexidade e problema do tema, e (2) possibilidade de investigação empírica.

Pautando-se no entendimento geral sobre metodologia proposto por Rezende (2015, p. 16): “a Metodologia, no sentido mais amplo, como sendo o estudo sistemático das regras que conferem sentido e validam a produção do conhecimento”, torna-se necessário discutir os limites e possibilidades da produção do conhecimento do desenho de pesquisa aqui proposto.

Segundo Quinn e Herron (2015), pesquisadores devem ser conscientes sobre questões que estão relacionadas com a opção de estudos de casos: como devemos enfrentar? Quais os critérios que ele deve usar para escolher o seu caso em análise? E quais procedimentos desenvolver para atingir os objetivos traçados para aquele caso específico? A clareza e opção por procedimentos escolhidos para o desenho de pesquisa com abordagem de estudo de caso tem efeito profundo sobre a qualidade final do resultado de pesquisa, seja ela uma pesquisa qualitativa ou quantitativa (QUINN; HERRON, 2015).

Abordagens qualitativas em estudos de casos contribuem para responder questões reais empiricamente tratáveis (ou operacionalizáveis) no campo científico, desenvolvendo novas possibilidades através de comparação de estudos, valores, técnicas, e crenças, que orientem uma nova e mais profunda ciência e conhecimento (REZENDE, 2015).

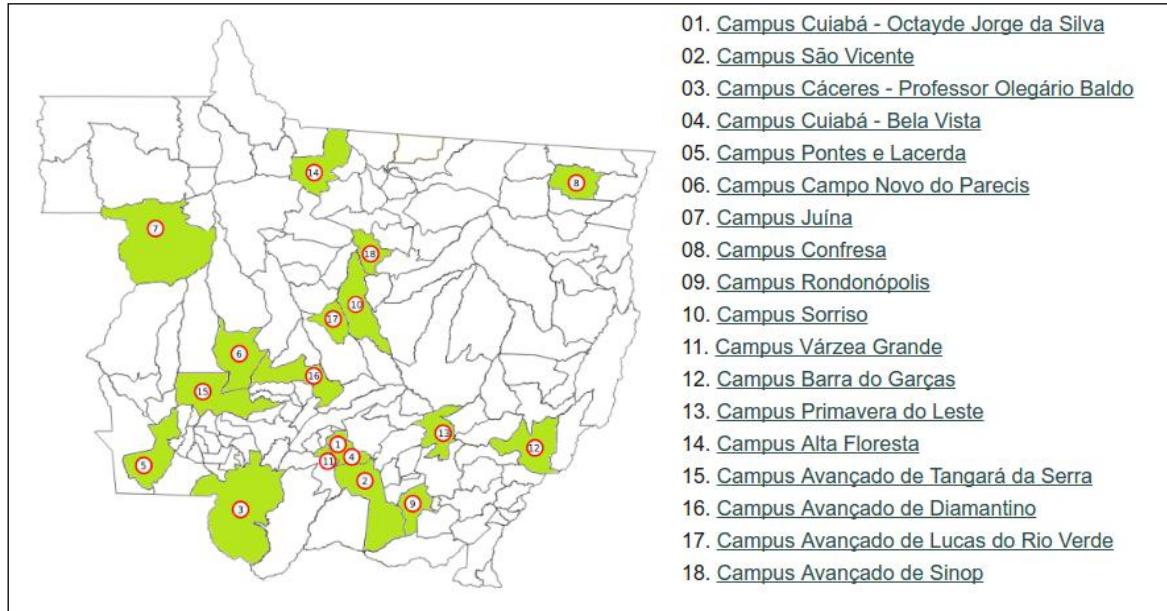
3.3 O local e espaço do estudo de caso

Assim, quanto aos meios, o tipo de pesquisa é o estudo de caso no IFMT, nos Campus: Cuiabá - Bela Vista e São Vicente.

O IFMT foi criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

Constitui-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, vinculada ao Ministério da Educação, com natureza jurídica de autarquia, autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008).

Imagen 1 - Ilustração geográfica do IFMT



Fonte: IFMT (2015)

Sua atuação geográfica engloba 14 campi em funcionamento (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande), e possui ainda três campi avançado, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde e Tangará da Serra.

Atualmente possuí aproximadamente 25 mil alunos, em mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), pós-graduação

(especializações e mestrados), técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Projeja), educação a distância (UAB e Profucionário), além de cursos de curta duração, como FIC (formação inicial e continuada), o Mulheres Mil e o PRONATEC.

O campus Cuiabá - Bela Vista, foi inaugurado em 13 de setembro de 2006 e teve o seu funcionamento autorizado pela Portaria Ministerial nº. 1.586, de 15 de setembro de 2006. Nesse período funcionava como uma extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT), que passou a ser denominado campus com a lei de criação dos institutos, e está localizado na cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

Imagen 2 - Localização geográfica do município de Cuiabá-MT



Fonte: IBGE (2015)

O município de Cuiabá tem população estimada, em 2015, de 580.489 pessoas, área territorial de 3.291,812 km², e desempenho econômico predominantemente na área de indústria e serviços.

A estrutura do campus Cuiabá - Bela Vista, bem como seu corpo docente estão preparados para atender aos seguintes cursos: técnicos integrados ao ensino médio (ensino médio + técnico) em química e em meio ambiente; técnico subsequente em química e alimentos; nível superior em bacharelado em engenharia de alimentos, tecnólogo em gestão ambiental e licenciatura em química (oferecido à distância em parceria com o programa do Governo Federal Universidade aberta do Brasil - UAB); pós-graduação em nível de mestrado tecnológico em ciência dos alimentos; e cursos de extensão, entre outro, o curso de produção de Biojóias do (Programa do Governo Federal Mulheres Mil).

Já o campus São Vicente foi instituído oficialmente pelo Decreto nº 5.409, inaugurado em 14 de abril de 1943, ainda sobre a perspectiva de Escola de Aprendizes e Artífices, sendo reconhecidamente a agricultura e suas vertentes a vocação regional de Mato Grosso bem como a realidade econômica produtiva que se apresentava, localizado na Serra de São Vicente em Santo Antônio do Rio Abaixo, atualmente Santo Antônio do Leverger.

Mediante a realidade e constante expansão dos serviços oferecidos ao longo do tempo, em 04 de setembro de 1979 a instituição passou a chamar-se “Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT”, nome que divide mérito com “Escola Agrícola”, o qual permanecer forte no imaginário e memória coletiva da sociedade mato-grossense que se remete e identifica com o sucesso e o prestígio conquistado pela instituição no período e decorrer de sua trajetória.

Em 16 de agosto de 2002, por decreto do Governo Federal, passou a ser uma autarquia institucional autônoma, o que na prática representa uma revolução irreversível na estrutura organizacional, administrativa e gestacional, permitindo que o agora CEFET CUIABÁ (Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá) passasse a oferecer cursos de todos os níveis e modalidades.

O CEFET CUIABÁ participou e contribuiu com as discussões e mesmo composição do quadro de gestores e servidores que promovem e implementam a atual e possivelmente a maior expansão e transformação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que eleva os CEFET's e toda a rede oriunda das percussoras “Escolas de Aprendizes e Artífices”, à IF's – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, equiparando estes institutos para atuarem como Universidades, preparando e qualificando profissionais de todos os níveis e modalidade.

A estrutura do campus São Vicente está dividida em três unidades localizadas em São Vicente, Núcleos Avançados de Jaciara e de Campo Verde, e corpo docente preparados para atender aos seguintes cursos: técnico subsequente em agropecuária; nível superior em bacharelado em agronomia e zootecnia, tecnólogo em análise e desenvolvimento de sistema e licenciatura em ciências da natureza; e cursos de extensão, entre outros, o curso de qualificação profissional em alimentos: panificação, processamento de frutas, leite e carnes (Programa do Governo Federal Mulheres Mil).

O curso de qualificação profissional em alimentos: panificação, processamento de frutas, leite e carnes (Programa do Governo Federal Mulheres Mil) foi realizado no núcleo avançado da cidade de Jaciara-MT.

Imagen 3 - Localização geográfica do município de Jaciara-MT



Fonte: IBGE (2015)

O município de Jaciara tem população estimada, em 2015, de 26.401 pessoas, área territorial de 1.676,970 km², e desempenho econômico predominantemente na área de agropecuária e serviços.

A opção pelos nos Campus: Cuiabá - Bela Vista e São Vicente (núcleo avançado Jaciara), justifica-se por razões históricas e pragmáticas: (1) por serem dois dos quatro pioneiros a pactuarem, ofertarem e finalizar os cursos do Programa Mulheres Mil em 2011 e 2013, e no período selecionado para a pesquisa, e, (2) porque somente tais campi disponibilizaram dados que viabilizaram a operacionalização da pesquisa.

Esse desenho de pesquisa reconhece as diferenças estruturais entre os municípios e campus selecionados e demonstrados nas descrições acima, porém, procuramos manter os padrões de científicidade estabelecidos por King, Keohane e Verba (1994) e destacados por Rezende (2015): “(a) centralidade da inferência causal; (b) a primazia dos métodos; (c) maior transparência na produção; e (d) incerteza do conhecimento produzido” (REZENDE, 2015, p. 20).

Ressaltamos que a inferência causal defendida em estudos quantitativos através da seleção de casos por amostragens aleatórias não é uma abordagem viável para número de caso pequeno, e que pesquisa qualitativa segue outra lógica de inferência causal, mantendo-se os outros padrões científicos (SEAWRIGHT; GERRING, 2008, p. 294).

Considerada a crítica da insuficiência da randomização, somado a justificativa de seleção puramente por razões pragmáticas, Seawright e Gerring (2008) argumentam que a seleção de casos intencional é forte, pois contribui para escolher os casos mais adequados, desde que atendam objetivos primordiais como a seleção de amostras aleatórias como (1) uma amostra representativa, e (2) variação útil sobre as dimensões de interesse teórico (SEAWRIGHT e GERRING, 2008, p. 295), o que torna viável a proposta de pesquisa.

3.4 Coleta de Dados e Sujeitos da Pesquisa

Como meios de investigação, este trabalho utiliza técnicas de pesquisa de estudo de campo, emprega como instrumentos de coleta de dados primários entrevistas semi-estruturadas com as beneficiárias do Programa Mulheres Mil. Com perguntas abertas direcionadas aos objetivos da pesquisa, oportunizando as entrevistadas para discorrerem sobre o tema proposto. Gaskell (2002, p. 68) argumenta que a finalidade da entrevista “qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar os espectros de opiniões” e representações sobre o assunto.

Para o estudo em questão, foram realizadas dezenove entrevistas individuais. Levado em consideração que o número de entrevistas deve ser pensado em consonância com os objetivos da pesquisa, os diferentes ambientes a serem considerados, e a possibilidade de esgotamento do tema, tonou-se necessário ultrapassar as doze entrevistas propostas inicialmente.

Para Duarte, Machado e Matos (2013) o pesquisador deve ser persistente e desconfiado, buscar explorar quantas vezes for necessário até “diminuir o retorno” e assim, entende-se que “o corpus foi saturado”. Gaskell (2002, p. 71) afirma, porém, que “o número máximo de entrevistas para cada pesquisador deve oscilar de 15 a 25 entrevistas individuais”.

Assim, todas as turmas tiveram representatividade de no mínimo três mulheres formadas nos Campi e período pesquisado como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Composição da população

Campus/ IFMT	Cursos ofertados em 2011- 2013	Número			
		Matrícula	Turmas	Formadas	Entrevistas (mulheres formadas)
Cuiabá - Bela Vista	Qualificação Profissional em Produção de Básico de Biojoias (2012-2013)	100	3	47	08
São Vicente (Jaciara-MT)	Qualificação Profissional em Alimentos: Panificação, Processamento de Frutas, Leite e Carnes (2012)	100	2	53	11
Total em números de matrículas e outros		200	5	100	19

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Pactuação 2011.

O procedimento de sorteio das mulheres participantes se deu da seguinte forma: (1) todos os nomes das concluintes foram recortados em tamanhos iguais, dobrados e separados

num copo identificado pela turma e cidade, no total de cinco; (2) foi retirar um nome de cada vez e marcar na relação o nome da provável participante, até o total de 4 e 5 nomes para cada turma de Cuiabá e de Jaciara, respectivamente.

Feito isso, o primeiro contato se deu via telefone por meio de um convite para participarem da pesquisa e, assim, agendar a entrevista. Em alguns casos, nos deparamos com situações de telefones inativos, indisponibilidade das sorteadas de participar por motivos diversos, por exemplo, duas se encontravam em viagem, outras já não moravam mais na cidade e ainda outras, não desejaram participar da pesquisa. Deste modo foi sorteado outro nome até completar o número almejado de participantes.

A coleta das informações ocorreu entre os meses de janeiro e maio do ano de 2016 e se deu a partir da realização de entrevistas semi-estruturadas, agendadas previamente, realizada face a face, em local escolhido pela participante que, em sua maioria, escolheram sua própria residência.

As entrevistas seguiram um roteiro apresentado sob a forma de tópicos (tópico-guia) “planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa” Gaskell (2002, p. 66). Segundo o autor, o tópico guia não é uma lista de perguntas, ele funciona como um “lembrete para o pesquisador”, que deve usá-lo com flexibilidade. O tópico guia desenvolvido foi composto por temas ligados ao conceito e contexto sobre empoderamento em suas dimensões, a fim de captar percepções do que ocorreu em suas vidas, nas suas famílias e na comunidade em que vivem. O tópico guia está disponível nos anexos.

As participantes responderam perguntas abertas, o que permitiu que falassem livremente sobre o tema. O roteiro se dividiu em quatro etapas de acordo com as dimensões de empoderamento e finalidade dos dados que pretendíamos obter em atenção aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia (anexos B e C) da participante após informação verbal sobre a proposta de pesquisa, assinatura de declaração de voluntária na pesquisa e termo de consentimento livre e esclarecido; por questão de ética a sua identificação será resguardada. Foram sendo identificada pela letra “P” de participante, seguida da letra inicial da cidade “C” para entrevistadas de Cuiabá e “J”, para as de Jaciara, utilizou-se também sequência numérica na ordem que foram realizadas as entrevistas ex.: PC1. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas integralmente a fim de que não houvesse perda dos depoimentos e integridade das falas conforme o pronunciado pelas participantes.

3.5 Procedimentos de Análise dos Dados

Entre as diferentes técnicas de organização e análise de dados qualitativos, um método muito utilizado é a análise de conteúdo. A qual pode receber uma definição diferente de acordo com a abordagem que se dá ao método, ao meio de expressão, a fonte e ao foco. Bauer (2015) inventariou várias definições ao longo do tempo na literatura que demonstram a evolução e agregação desses elementos na análise de conteúdo.

Quadro 5 – Diferenciação de análise de conteúdo na literatura

Definição	Autor
A semântica estatística do discurso político.	Kaplan (1943, p. 230)
A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação.	Berelson (1952, p. 18)
Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens.	Holsti (1969, p14)
Processamento da informação em que o conteúdo da comunicação é transformado, através da aplicação objetiva e sistemática de regras de categorização.	Paisley (1969)
Uma técnica de pesquisa para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto.	Krippendorff (1980, p. 21)
Uma metodologia de pesquisa que utiliza um conjunto de procedimentos para produzir inferências válidas de um texto. Essas inferências são sobre emissores, a própria mensagem, ou a audiência da mensagem.	Weber (1985, p. 9)

Fonte: Bauer (2015, p.192).

Em pesquisa social tudo o que é produzido pela sociedade e sujeito é passível de análise de conteúdo: sua fala, seus relatórios, suas normas, seus planos, seus discursos, enfim, seus textos; e a técnica de análise de conteúdo permite elucidar as questões que diferenciam esses conteúdos, formas, informações, etc. produzidos por diferentes atores (BAUER, 2015, p. 189).

Dois padrões basilares da produção científica não podem ser deixados de ser mencionados em estudos qualitativos que utiliza a análise de conteúdo como método: (1) a produção de inferência; e (2) sua validade.

Sendo o texto em análise o “meio de expressão”, a “fonte e o público” devem ser o “contexto e o foco” de inferência; assim o *corpus* do texto é a representação e expressão de uma comunidade ou sociedade que o escreve, os resultados derivados da análise de conteúdo, a variável dependente, a coisa a ser explicada; quando o foco está no público, o texto produz uma inferência sobre o que esses sujeitos estão fazendo de apelo, fornecendo informações que

são consideradas variáveis independentes sobre o efeito de um fenômeno sobre os sujeitos (BRAUER, 2015, p. 192).

A validade em análise de conteúdo deve ser atribuída não “quanto a leitura é verdadeira” do texto, mas nos aspectos de fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência⁹ com a teoria abordada pelo pesquisador, e os seus objetivos de pesquisa (BRAUER, 2015, p. 192).

É importante salientar que em uma análise de conteúdo existem diferentes técnicas de organização e análise, e estas estão intimamente atrelada a uma boa teoria e de um problema de pesquisa sólido, os quais orientaram a seleção e categorização dos materiais textuais (BRAUER, 2015).

Em uma pesquisa qualitativa, a técnica de análise de conteúdo é recomendada por Bardin (2011), uma vez que o autor direciona a análise para elucidação das motivações, valores, crenças, atitudes, compreensão e predisposição expressas nos sujeitos que originaram aquela fala, discurso, dispositivo legal, texto.

A fim de edificar a percepção de empoderamento utilizamos análise de conteúdo, a qual Bardin define sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN 1979, p. 42).

Segundo Bardin (1979 p. 95) as técnicas para organizar a análise seguem três etapas: “(1) pré-análise, (2) exploração do material e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Bardin (2011) ainda ressalta que a primeira etapa é a organização do trabalho de forma precisa, porém flexível; nessa fase são feitas escolhas que são interligadas, porém independentes, tais como: a escolha dos documentos a serem submetidas à análise, a formulação da hipótese e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentarão a interpretação final (BARDIN, 2011, p. 125).

Para realização dessas 3 fases, faz-se necessário observar os seguintes aspectos:

- 1º) Leitura de contato com os documentos, conhecendo o texto;
- 2º) Escolha dos materiais: construir o *corpus* que será analisado, sendo esse o material a ser submetido a análise (entrevistas). Nesta pesquisa, o *corpus* consistem nas entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Mulheres Mil (2011 e 2013), o qual utilizou o

9 Sobre a semântica da palavra congruência, tomaremos como significação a adequação, justeza da teoria ao fim proposto e destinado na pesquisa, seus objetivos, etc.

método de pesquisa-avaliativa, que implicou no uso de algumas escolhas, seleções e regras, tais como:

- * Regra da exaustividade: esgotar a totalidade da comunicação, não omitindo nenhum aspecto da comunicação do sujeito e nem dificuldade de acesso a ele;
- * Regra de representatividade: a amostra deve representar o universo da população;
- * Regra da homogeneidade: os documentos selecionados devem se referir ao mesmo tema, mesma técnica e mesmo critério;
- * Regra da pertinência: os documentos selecionados devem ser adequados ao objetivo da pesquisa que suscita a análise.

3º) A formulação da hipótese e dos objetivos: é a fase de construção de hipótese que é uma afirmação provisória na qual o pesquisador se propõe a verificar (confirmar ou não), que é uma suposição de origem intuitiva, que será testada a prova de dados seguros; como ela não possui caráter obrigatório, para esta pesquisa não foi desenvolvida nenhuma hipótese. O objetivo é a finalidade a que a pesquisadora se propôs. Vale destacar que Bardin (2011) afirma que um corpus de hipóteses não é obrigatório para a análise de conteúdo.

4º) Referenciação dos índices e a elaboração de indicadores: é a realizada a construção dos índices que podem ser desde uma palavra ou frase.

5º) Preparação do material: antes da realização da análise, o material deve ser editado ou codificado.

Após essas fases e subfases, o passo seguinte é a exploração do material, que consiste em uma fase de aplicação sistemática das decisões tomadas ao longo da pré-análise, sendo elas a codificação, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas, ações que podem ser realizadas manualmente ou com auxílio computacional (BARDIN, 2011, p. 131).

A codificação é o processo em que os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, de forma que permitam uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo.

A partir disso é necessário fazer o recorte, as escolhas das unidades de codificação, a numeração como sendo as escolhas das categorias. Para essas escolhas são definidas unidades de registros, que significa dizer que as unidades de significação serão codificadas, correspondendo ao segmento do conteúdo a ser considerado como unidade de base, visando à categorização das unidades de registro (tema, objeto, frase, palavra, documento) (BARDIN, 2011).

Outra definição a ser feita são as unidades de contexto, que servem de unidade de

compreensão para codificar a unidade de registro e correspondem ao segmento das dimensões da mensagem, que permite compreender o significado da unidade de registro. Resumidamente, podemos afirmar que a unidade de registro é o que se conta, e as regras de enumeração é como se conta. E por fim, a categorização é a operacionalização da classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, e reagrupamento, segundo o gênero, com os critérios previamente definidos; elas são classes, que reúnem um grupo de unidades de registro.

As categorias podem ser construídas previamente, ou criadas ao longo da análise, mas devem ser mutuamente exclusivas e ter apenas um critério de classificação.

O tratamento dos resultados e a interpretação são a realização das análises a partir da categorização construída. A opção por uma análise que utiliza uma estatística simples ou complexa permite estabelecer um panorama de resultados com base em tabulações ou diagramas, os quais condensam as informações fornecidas para a análise (BARDIN, 2011).

Em nossa proposta, estruturamos o quadro de categorias para análise de conteúdo a partir das dimensões e da descrição do que se compreendia das respostas dadas pelas entrevistadas, as categorias encontradas no material das entrevistas, o conceito que essas categorias apresentavam, as unidade de registro para classificá-las e as unidades de contexto onde são encontradas as falas das mulheres dos trechos de entrevista foram utilizados para a construção e a identificação desse esquema operacional de análise do conteúdo. O quadro abaixo apresenta a operacionalização das dimensões e suas categorias desenvolvidas na pesquisa.

Quadro 6 – Categorias de análise de conteúdo

Dimensão	Descrição	Categorias	Conceito norteador	Subcategorias
Econômica	O enquadramento de aspectos aplicáveis a questões econômicas destacadas pelas participantes.	Aquisição de bens	Indica a capacidade da participante em adquirir bens após a participação do curso com ganhos referentes à venda da produção.	Efeito Não teve efeito Neutra
		Controle de recursos econômicos	Indica o controle do dinheiro e dos gastos para atender suas necessidades e da família.	Sim Não
		Cooperativismo	Constitui a reunião de várias mulheres na criação de instituição para produção econômica.	Sim Não
		Empreendedorismo	Identifica oportunidades em iniciar negócio lucrativo (formal ou informal).	Sim Não

		Financiamentos e Créditos	Indicado pela captação de recurso de terceiros para financiar o custo de abertura do negócio e produção.	Aderiu Não aderiu
		Incremento de renda	Indica o efeito do curso no incremento da renda com a comercialização formal ou informal da produção.	Efeito Não efeito Indiferente
		Mercado de trabalho	Indicado pelo trabalho remunerado recebido pela participante.	Formal Informal Não trabalha
		Uso sustentável de recursos	Denota percepção de vivência aprendida no curso desse valor nas produções.	Usou Não usou
Legal/Política/Social	O enquadramento de aspectos aplicáveis a questões sobre direitos e relações sociais destacadas pelas participantes.	Acesso a serviços públicos (Educação, Saúde, Justiça e documentos)	Indicado pela manifestação de acesso à serviços de educação, saúde, justiça e solicitação de expedição de documentos pelas participantes.	Particular Público
		Conhecimento de direitos	Indicado pelo conhecimento de garantias e importância de direitos diversos pelas participantes.	Reconhece Não reconhece
		Exercício de votar	Indicado pela participação nas últimas eleições e escolha própria do seu representante pelas participantes.	Votou Não votou Justificado
		Disponibilidade para discutir política	Indicado pelo posicionamento das participantes em se posicionar sobre assuntos sobre política, eleições, outros assuntos relacionados.	Desinteresse Interesse
		Grupos e ciclos sociais	Indicado pela interação das participantes em grupos sociais.	Amigos Familiar Profissional Religioso
		Participação ou filiação em associações ou sindicatos	Indicado pela adesão a sindicato ou associações diversas, de caráter social e cultural e sem fins lucrativos pelas participantes.	Sim Não
Psicológica	O enquadramento de aspectos aplicáveis à personalidade do ser humano, comportamento motivado, emoções e sentimentos destacados pelas participantes.	Autoeficiência	Indica a percepção das participantes sobre a cognição e de ser agente de mudança.	Negativa Positiva Neutra
		Autoestima	Percepção das participantes que indica sentimento e autoavaliação de si após o curso.	Negativa Positiva Neutra
		Autoimagem	Percepção das participantes que indica a visão de si mesma e percepção de si após o curso.	Negativa Positiva Neutra
		Bem-estar	Denota percepção das participantes da satisfação das suas necessidades físicas, emocionais e materiais.	Sim Não Neutro

		Liberdade de escolha	Indica a percepção das participantes da liberdade de fazer escolhas e tomar decisões de forma que estas escolhas dê resultado para si.	Sim Não
		Motivação	Percepção das participantes que indica as motivações que a levaram a fazer o curso após conclusão.	Curiosidade Aprendizado Mercado de trabalho
Avaliação Institucional ¹⁰	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre a instituição de ensino que ofertou o curso do programa mulheres mil.	Coordenação e Gestão	Percepção das participantes que indica aspectos institucionais valorativos e de reconhecimento da coordenação de curso e gestão.	Positivo Negativo Neutro
		Discentes	Percepção das participantes de aspectos ligados ao relacionamento com outras alunas do programa mulheres mil.	Positivo Negativo Neutro
		Docente	Percepção das participantes que indica aspectos institucionais valorativos e de reconhecimento dos docentes dos cursos do programa.	Positivo Negativo Neutro
		Infraestrutura	Percepção das participantes de aspectos institucionais valorativos e de reconhecimento da estrutura disponível para a realização do curso do programa mulheres mil	Adequado Inadequado
		Técnicos Administrativos	Percepção das participantes de aspectos valorativos e de reconhecimento dos servidores diversos para apoio de atividades-meio durante a realização do curso do programa mulheres mil.	Positivo Negativo Neutro

Fonte: Elaboração própria a partir de Malhotra, Schuler e Boender (2002)

A construção das dimensões, descrições, categorias e conceitos pautaram-se principalmente na abordagem teórica proposta por Malhotra, Schuler e Boender (2002), e nos estudos teóricos e empíricos já desenvolvidos por outros autores (BATLIWALA, 1994; PERKINS e ZIMMERMAN, 1995; FRIEDMANN, 1996; ANTUNES, 2002; IORIO, 2002; ROMANO, 2002; MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002; GOHN, 2004; MOSER, 2007; BAQUERO, 2012; BRAGA, 2011; SANTOS e FREITAS, 2014; LOPES, 2015; NASCIMENTO e DIAS, 2015; GUERRA, 2016).

¹⁰ Para fins de esclarecimento, a avaliação institucional não faz parte das dimensões de empoderamento da proposta, mas, verificou-se junto as participantes sua percepção, e foi colocado no quadro de categorização para exemplificação de sua operacionalização no processo de análise de conteúdo.

As categorias foram proposta com base nos objetivos do Programa Mulheres Mil e a partir da leitura exaustiva das entrevistas para identificação dos tipos de unidades de registro encontrados. Os exemplos estão expostos para especificação das unidades de análise.

Na medida em que os temas foram apresentados nas entrevistas, eles foram sendo classificados de acordo com a proposta do quadro acima, que detalha o desenho de análise de conteúdo. Essas etapas foram realizadas com auxílio do software NVivo.

3.6 A ferramenta de análise de dados

Para a análise foi usado software NVivo da empresa QSR Internacional, versão Free Trial. Os tratamentos utilizados são: frequência, nuvem de palavras, árvore de palavras, e cluster.

Uma das estruturas básicas e principais do software NVivo são os nós, que podem ser representados de forma isolada ou uma árvore de nós. Os nós são locais para armazenamento de temas, ideias ou informações codificadas e pode assumir significados diferentes, dependendo do desenho metodológico utilizada na pesquisa:

(...) se for utilizada análise de conteúdo, os nós irão receber os códigos (fragmentos de textos) formando categorias de informação. Se essas categorias tiverem subcategorias, então será utilizada uma estrutura de árvore de nós. Existem ainda as estruturas chamadas Cases, que são nós que podem receber atributos (DEAN, SHARP, 2006; JOHNSTON, 2006 apud LAGE, 2011).

Dessa maneira, esta pesquisa investiga a percepção de empoderamento feminino das mulheres, cada participante terá um *case*, e a esse *case* será associado atributos como o perfil ou quaisquer outras características identificadas e podem ser necessárias no processo de análise.

Ao realizar as análises no software NVivo, optou-se por seguir procedimentos agrupados em 3 fases: estruturação dos dados no ambiente, codificação e análise dos dados e a preparação do relatório de pesquisa.

Na fase de estruturação dos dados no ambiente do software NVivo, seguiu-se os procedimentos nesta ordem: agrupamento das regras de cada em um nó; cadastramento no NVivo; carga dos documentos das respostas no NVivo; criação dos atributos para qualificação da amostra e associação dos atributos a cada participante (*case*).

Durante a codificação e análise de dados, procedeu-se agrupando todas as respostas de

cada padrão de codificação em um nó livre (que foram 4 no total¹¹); codificação das respostas de cada dimensão; criação das árvores de nós com as unidades de registros encontradas em cada grupo de respostas; análise dessas categorias e unidades de registros a partir dos atributos dos participantes; e geração das representações gráficas das categorias encontradas.

E, por último, ao preparar o resultado da pesquisa foram gerados relatórios e gráficos com informações relativas ao processo de análise dos dados para suportar a elaboração do relatório com os resultados da pesquisa, e extraiu-se (função específica do NVivo – *export*) dos modelos, tabelas e segmentos os textos que foram utilizados para ilustrar o relatório da pesquisa.

Os principais pontos expostos nas entrevistas serão relatados e analisados no próximo capítulo que trata da análise dos resultados, feitos através de leitura crítica de seus conteúdos e com o auxílio para tabulação e análise do software NVivo (frequência, nuvem de palavras, árvore de palavras e *cluster*).

¹¹ Ressaltamos que mencionamos 4 como unidade de categorização; foram 3 dimensões de empoderamento e 1 avaliação institucional.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Então, mudou bastante coisa né, mudou meu pensamento, mudou muito a forma de ver e encarar a vida. (...) Hoje eu estou mais confiante pra lutar por eles, né. Hoje, assim, vou atrás mesmo e não deixo passar não, enquanto eu não tenho uma resposta daquilo que eu quero, eu continuo indo atrás. (PC8)

Assim, financeiramente me beneficiou. (...) Ampliou, me fez perder muita vergonha, porque tive que conversar com as pessoas, pra oferecer, pra fazer minhas vendas, que minhas primeiras vendas foram no próprio Instituto, que passava e perguntava, e eu oferecia: Ah você quer comprar?! Eu vendo! Sem problemas. Aí tinha até coordenadores que eu nunca tinha conversado, com vergonha, comecei a falar. (PC7)

Estes extratos de empoderamento são provenientes dos relatos das mulheres egressas dos cursos do Programa Mulheres Mil, implantando pelo IFMT. Este estudo de caso investigou duas turmas de qualificação oferecidas pela instituição: o curso de Qualificação Profissional em Produção de Básico de Biojoias com carga horária de 320 horas/aulas e com duração de três meses, realizado pelo IFMT – Campus Cuiabá – Bela Vista, cujo público alvo são mulheres de diversas regiões da Capital e também de Várzea Grande; e duas turmas do curso de Qualificação Profissional em Alimentos: Panificação, Processamento de Frutas, Leite e Carnes, com carga horária de 200 horas/aulas, que foi realizado pelo IFMT – Campus São Vicente, cujo público alvo são mulheres da cidade de Jaciara-MT. Ambos tinham em sua grade curricular aulas práticas e teóricas compostas por: Português, Matemática Aplicada, Inglês, Informática, Direito da Mulher, Saúde e Meio Ambiente, Empreendedorismo, Relações Interpessoais, e Comportamento Sustentável, dentre outras atividades, como feiras para exposição dos produtos, passeios turísticos, dia da beleza e palestras. As primeiras turmas se formaram no segundo semestre de 2012 e a outra, no primeiro semestre do ano seguinte (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, 2013).

Sabe-se que o objetivo é avaliar a percepção das beneficiárias quanto ao empoderamento feminino, para tanto, desenvolveu-se um tópico guia a fim de abordar o conceito de empoderamento composto por três dimensões: econômica, legal/política/social e psicológica. Através das quais e ainda por meio da avaliação institucional, desdobram-se os objetivos específicos da pesquisa.

De forma geral, o que inicialmente podemos destacar é que, ao verificar a percepção das mulheres sobre o empoderamento, independente dos resultados, existe satisfação para com os cursos do Programa Mulheres Mil e uma grande importância deste em suas vidas,

conforme se observa nos extratos a seguir:

(...) até me valorizei mais, pelo conhecimento que eu tive lá. Hoje eu falo, eu sei fazer isso, eu vejo alguém fazendo alguma coisa e digo que eu também sei fazer, e faço, eu aprendi. Eu fui pra aprender e aprendi. A princípio foi para sair de uma depressão e depois virou algo interessante pra mim. (...) Eu queria que tivesse outros e outros, porque como eu tive esse conhecimento, tem muita gente que precisa ter, que precisa desse empurrão pra fazer, pra crescer, porque tem pessoas desse curso que sobrevive disso. (PC2)

Melhoraram, porque eu tive mais amigas. Quanto mais pessoas, mais amigas, pessoas de relacionamento a gente tiver é melhor, né. (PC3)
 (...) fiz amizades. (PJ3)

Oh! Melhorou, primeiro porque nós conseguimos fazer novos trabalhos, nós agregamos o que eu aprendi lá com o trabalho que desenvolvia com as minhas amigas, né. Então, conseguimos vender pra fora e exportar e tal. E depois disso, eu comecei... eu também sou professora voluntária de artes, então, o que eu apreendo, eu passo tudo pros meus alunos. (PC4)

Oh, pra mim valeu porque foi agregado mais um aprendizado pra mim, né. No dia em que eu precisar pra eu ter uma subsistência, eu sei por onde começar (...) (PC5). Olha, melhorou porque eu consegui ver que assim da natureza você pode fazer dinheiro, né. (...) Então melhorou, o conhecimento foi bom. (PC6)

(...) adquiri conhecimentos, então, isso é o mais importante, né? E, posso fazer biju, as bijuterias a qualquer hora que eu quiser né, aprendi as técnicas no curso, e isso a gente não esquece, então, isso é pra toda vida, né, se eu preciso de dinheiro, eu tenho uma opção, né. (PC8)

Sim. A partir do momento que a gente faz um curso tão bom quanto foi esse do IF, até os pensamentos, é... e condições de vida, tudo melhora! (PJ1)

Melhorou, porque a gente tem novos conhecimento e novas amizades, então melhorou bastante. (PJ2)

Eu achava era bom quando chegava a hora pra mim i Oh! Pra mim, eu gostava dimais, gostei dimais de i. (...) Não sei, acho que as pessoas lá, muita... ah boa pra entender a gente, né. (...) É, recebe a gente bem. (PJ10)

As percepções descritas anteriormente são de um grupo de mulheres participantes e concluintes dos cursos do Programa Mulheres Mil oferecidos pelo IFMT, que participaram desta pesquisa.

Cabe ressaltar que o público-alvo da política são mulheres em situação de vulnerabilidade social e aquelas inseridas no Programa Bolsa Família. Os dados descritos na tabela abaixo retratam a situação socioeconômica e demais informações das entrevistadas no momento da inscrição no curso. O perfil das entrevistadas está descrito na tabela 3:

Tabela 3 – Perfil das entrevistadas¹²

Entrevistada ¹³	Estado civil	Trabalha	Filhos	Grau de Escolaridade	Participa da Renda Familiar
PC1	Solteira	Sim	Não	Ensino Médio Incompleto	Sim
PC2	Solteira	Aposentada	Sim	Ensino Médio Completo	Sim
PC3	Divorciada	Sim	Sim	Ensino Médio Incompleto	Sim
PC4	Solteira	Sim	Sim	Ensino Superior Completo	Sim
PC5	Casada	Não	Sim	Ensino Médio Completo	Sim
PC6	Casada	Sim	Sim	Ensino Superior Incompleto	Sim
PC7	Não informado	Não informado	Não	Ensino Médio Incompleto	Não informado
PC8	Casada	Sim	Sim	Ensino Superior Completo	Sim
PJ1	Casada	Sim	Não	Não informado	Sim
PJ10	Casada	Não	Sim	Ensino Médio Completo	Não
PJ11	União Estável	Não	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Não
PJ2	Divorciada	Sim	Sim	Ensino Médio Completo	Sim
PJ3	União Estável	Não	Sim	Ensino Médio Incompleto	Não
PJ4	Casada	Não	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Não
PJ5	Casada	Não	Sim	Ensino Fundamental Completo	Não
PJ6	Solteira	Sim	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Sim
PJ7	União Estável	Sim	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Sim
PJ8	Casada	Sim	Sim	Ensino Médio Incompleto	Sim
PJ9	Casada	Não	Sim	Ensino Fundamental Incompleto	Não

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cadastrais.

O grupo de 19 mulheres era composto por 9 mulheres com o estado civil casada, 4 solteiras, 3 mulheres se declararam estar em união estável, 2 divorciadas e 1 não informou. Quanto ao grau de instrução, 5 mulheres declararam ter cursado o ensino fundamental incompleto, 1, o ensino fundamental completo, 5, o ensino médio incompleto, 4, o ensino médio completo, 2 completaram o ensino superior completo, porém 1 não conseguiu finalizar seus estudos no ensino superior e 1 preferiu não informar.

A respeito da participação na renda familiar, 10 mulheres declararam estar trabalhando, 7 disseram que não trabalham, 1 está aposentada e 1 não informou. Dentre essas, 12 contribuem para a renda familiar ou são as únicas provedoras da fonte de renda da família, 6 não contribuem e 1 não informou.

Das entrevistas, todas as oito do município de Cuiabá-MT e as entrevistadas PJ1, PJ3, PJ6 e PJ9 do município de Jaciara-MT não recebem qualquer benefício social do governo.

¹² Todas as entrevistadas do município de Cuiabá-MT e as entrevistadas PJ1, PJ3, PJ6 e PJ9, do município de Jaciara-MT, informaram não receber benefícios sociais do governo.

¹³ As entrevistadas estão diferenciadas pelas letras iniciais da cidade; PC representa as entrevistadas do município de Cuiabá-MT; PJ representa as entrevistadas do município de Jaciara-MT.

Constatamos que o público de Jaciara é o que mais se aproxima do público-alvo da pesquisa, pois está dentro do grupo que recebe benefício social do governo e, consequentemente, por receber acompanhamento dos CRAS, as mulheres são encaminhadas e sensibilizadas a participarem de capacitações que contribuam para aumento do seu grau de empoderamento.

Por isso, cabe destacar a percepção delas e a satisfação em ter participado do curso frente a tantos desafios. Dentre esses desafios, destacamos os pessoais, como a necessidade de se ingressar no mercado informal de trabalho como forma de prover ou auxiliar no sustento familiar, o que inviabilizaria a sua participação. Informação constatada no relatório gestor dos cursos realizados na cidade de Jaciara-MT, o qual justificou a incidência de taxa de evasão de 50% (alta), mesmo perante uma política com uma metodologia específica voltada para este público. Há desafios que superam o âmbito pessoal, como a logística enfrentada pelas mulheres para participar das aulas, mostrando resiliência para a sua conclusão:

Ah sim, tive sim problema. Por exemplo, no começo a gente não tinha dinheiro pra pagar ônibus pra ir, daí eu ia de a pé até lá. Começamos bem, depois fizemos uma reunião com os professores, aí eles conseguiram pra gente o vale transporte, a carteirinha de estudante, aí ficou mais fácil de se locomover. (PC2)

Ah, assim, pra enfrentar? Ah, porque da onde eu estava, eu tinha que pegar um ônibus, descer num lugar meio distante, no sol. Era longe e não tinha acesso de ônibus e também não tinha condições, né! Ah, assim... eu fui persistente de ir até o fim, mas teve muita gente de desistiu. Mas eu... este foi um dos obstáculos. (PC3)

O maior desafio era só o transporte, porque era longe, a gente tinha que pegar a BR, né. Nós passemos por transtorno de acidente, assim, não com a gente, mas na estrada, né. Então o maior desafio era deslocar da cidade até lá. (PJ2)

Dificuldade era essa BR, muito perigosa pra chegar daqui até São Vicente. (PJ5)

Sobre a percepção avaliativa das mulheres perante a instituição, elas reconhecem a infraestrutura do IFMT e os materiais utilizados para as aulas práticas durante o curso do Programa Mulheres Mil, e valorizam tanto a estrutura da Instituição, quanto os materiais que utilizaram, considerando-os adequados:

Olha, os materiais foram tudo dado por eles, pelo projeto, né. Então nós não tivemos, assim, dificuldade de comprar nada, as salas eram bem ventiladas, muito boa, ampla. Tinha água gelada, e a gente até ganhava uma gratificação de R\$ 80,00 mensal. (PC2)

Não! Os materiais foram ótimos! Tudo de primeira! (...) O laboratório foi bom, a gente lá, assim... uma fazia, esperava a outra, umas turmas assim, de duas ou três, porque não dá pra usar todas ao mesmo tempo. Mas foi bem conciliado tudo. (PC3)

Oh, foi bom, sabe. O material foi de acordo com a necessidade, eles tinham o material necessário, a quantia que a gente quisesse, dizer assim que estavam regrando material, isso não, não limitavam, a gente fazia o que quisesse pra fazer, que tivesse dentro da programação, o material tinha o suficiente, né. (PC5)

Posso dizer que foi tudo excelente, o campus, é... muito bem cuidado, os materiais, as salas de aulas, sobre o transporte foi tudo muito bom, não tenho nada a reclamar do curso. (PJ1)

Tinha uma professora pra cuidar das nossas crianças, e era melhor pra gente também, porque tinha alguém pra cuidar nossos filhos, nós ía pra lá, e eles cuidava de nossos filhos, ela arrumava alguém pra cuidar das crianças. (PJ11)

Ao analisarmos o conteúdo das entrevistas, entendemos que o processo de empoderamento está relacionado à possibilidade de aumento de poder em três dimensões: econômica, legal/política/social e psicológica. Por meio do software NVivo foi possível gerar a distribuição do número de referências das dimensões codificadas nas entrevistas, apresentadas na tabela 4.

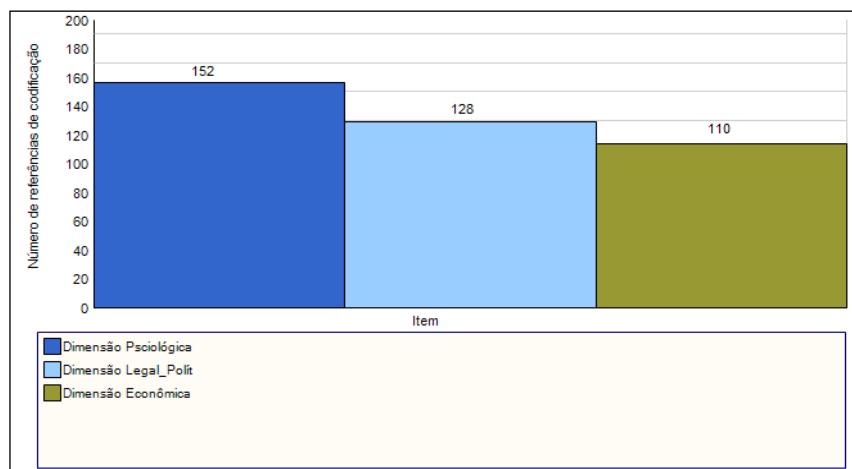
Tabela 4 – Distribuição do número de referências das dimensões codificadas na entrevista

Dimensão	Número
Econômica	110
Legal/Política/Social	128
Psicológica	152

Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software NVivo*.

As entrevistas apresentaram 110 referências que estão ligadas à dimensão econômica, 128 referências relacionadas à dimensão legal/política/social e 152 referências de dimensão psicológica. O gráfico 10 ilustra a distribuição da incidência das dimensões nas categorias identificadas nas falas.

Gráfico 10 - Distribuição do número de referências das dimensões codificadas nas entrevistas

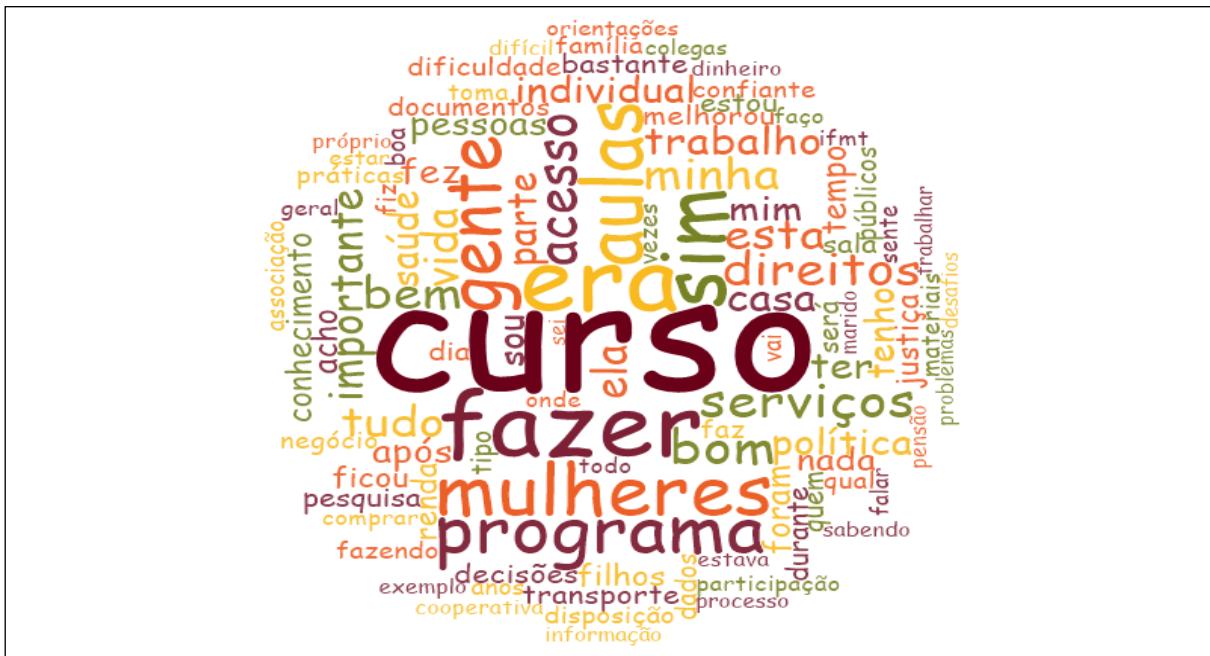


Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software NVivo*.

Diferentemente do que poderíamos assumir, esse resultado demonstra que a percepção das mulheres é complexa e não se restringe apenas a uma dimensão, ou tão pouco faz referência a um único posicionamento frente ao aspecto tratado. Os resultados demonstram a predominância de determinadas dimensões que compõem o conceito de empoderamento nas falas das entrevistadas, as quais se posicionaram conforme a compreensão e a percepção que têm sobre o tema durante a entrevista que foi guiada pelo roteiro.

Outro recurso do software NVivo é a “nuvem de palavra”, que é uma imagem que reflete um conjunto de palavras que são ditas durante as entrevistas. Quanto mais vezes a palavra aparece no texto, maior é o seu tamanho, assim, como a associação entre elas é determinada pela proximidade que determinados termos têm uns dos outros, ou seja, apresenta uma maior frequência e associação. Optou-se por utilizar esse tipo de técnica para facilitar a visualização da distribuição dos dados coletados somente nas falas das mulheres e agregá-las de acordo com a sua frequência. A figura 3 ilustra as palavras mais frequentes nas entrevistas e seu grau de associação, que são evidenciados pela proximidade entre as palavras.

Figura 3 – Nuvem das palavras mais frequentes nas entrevistas



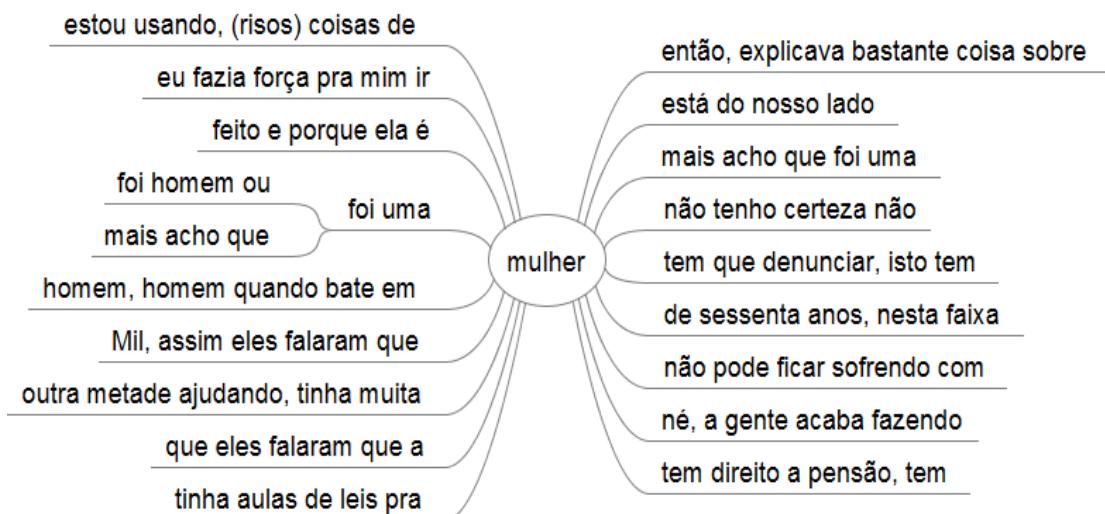
Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software* NVivo.

Dentre todas as palavras destacadas na “nuvem de palavras”, selecionamos aquelas em consonância com a temática abordada na pesquisa, excluindo determinadas palavras como artigos, preposições e outras a fim de se obter resultado sintético. As palavras selecionadas entre as mais recorrentes nas entrevistas são aquelas que aparecem no centro da imagem. A

palavra “curso”, por exemplo, possui 128 ocorrências e é seguida pela palavra “fazer”, “mulheres” e “programa”, com maior relevância. Tais palavras estão relacionadas ao Programa Mulheres Mil, enquanto que as palavras correlacionadas às dimensões aparecem em tamanhos menores e em ordem decrescente, não menos relevantes, pois são aspectos de um processo de empoderamento.

A partir desses dados, o contexto dessas palavras pode ser correlacionado às demais sentenças formando uma “árvore de palavras”, cuja estrutura está ligada à derivação de uma palavra-chave que o pesquisador selecionou a partir de critérios de interesse da pesquisa. Ou seja, a “árvore de palavras” é composta por elementos (raiz/nós) que são ligados a outros elementos (folhas/filhos). A figura 4 ilustra a correlação entre a palavra “mulher” e enfatiza aquelas palavras que servem de parâmetro na estruturação do conteúdo.

Figura 4 – Árvore das palavras mais frequentes encontradas nas entrevistas



Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do software NVivo.

A “árvore de palavras” demonstra a referência central: a palavra “mulher”, uma das mais frequentes e está ligada ao tema. Na palavra “mulher”, a significação social que as dimensões assumem em seu cotidiano é representada nas seguintes falas: “força”, “direito”, “leis”, “denunciar” e “sofrendo”. Esses comentários revelam ainda suas percepções quanto às políticas para mulheres e a singularidade de ser mulher. Vale ressaltar que as entrevistas não foram editadas e que houve outras referências a palavra mulher, no entanto o software NVivo não contabilizou aqui por ter sido pronunciada de outra forma.

A análise de *cluster* é uma técnica que permite explorar a visualização de padrões

semânticos e agrupamento de fontes ou nós que compartilham palavras/valores/atributos semelhantes encontrados em uma análise de conteúdo, ela evidencia a similaridade entre esses padrões, ou seja, quando as palavras aparecem juntas, elas são mais semelhantes do que as que aparecem separadas.

Segundo Metz (2006), bons resultados em *clusters* apresentam-se compactados, de forma que seus elementos mostram alta similaridade. Tal similaridade com os elementos de outros *clusters* será a menor possível. Isso é possível através da verificação das alturas dos arcos que agrupam os *clusters*, ou seja, quanto menor a altura, mais compactos eles serão.

Por outro lado, a existência de diferença expressiva entre a altura de um arco e os arcos formados anteriormente a ele é um indicador de que os *clusters* agrupados são totalmente distintos e que não apresentam o mesmo conceito, isso é comprehensivo no resultado encontrado uma vez que se trata de três dimensões distintas e diversos sujeitos com concepções e percepções de mundo diferentes.

A figura 5 representa uma análise de *cluster* das dimensões que compõem o conceito de empoderamento.

Figura 5 – Análise de clusters das dimensões



Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do software NVivo.

A entrevista seguiu um roteiro que abordava as dimensões do conceito de empoderamento e também abordou questões que estavam relacionadas à percepção de avaliação institucional das beneficiárias. Na figura 5 fica evidente a similaridade e a proximidade das palavras que estão relacionadas às dimensões de empoderamento, o que não é observável em palavras que compõem os aspectos de avaliação institucional, demonstrando a diferença ou distância entre os conceitos, valores e atributos dessas duas propostas de verificação.

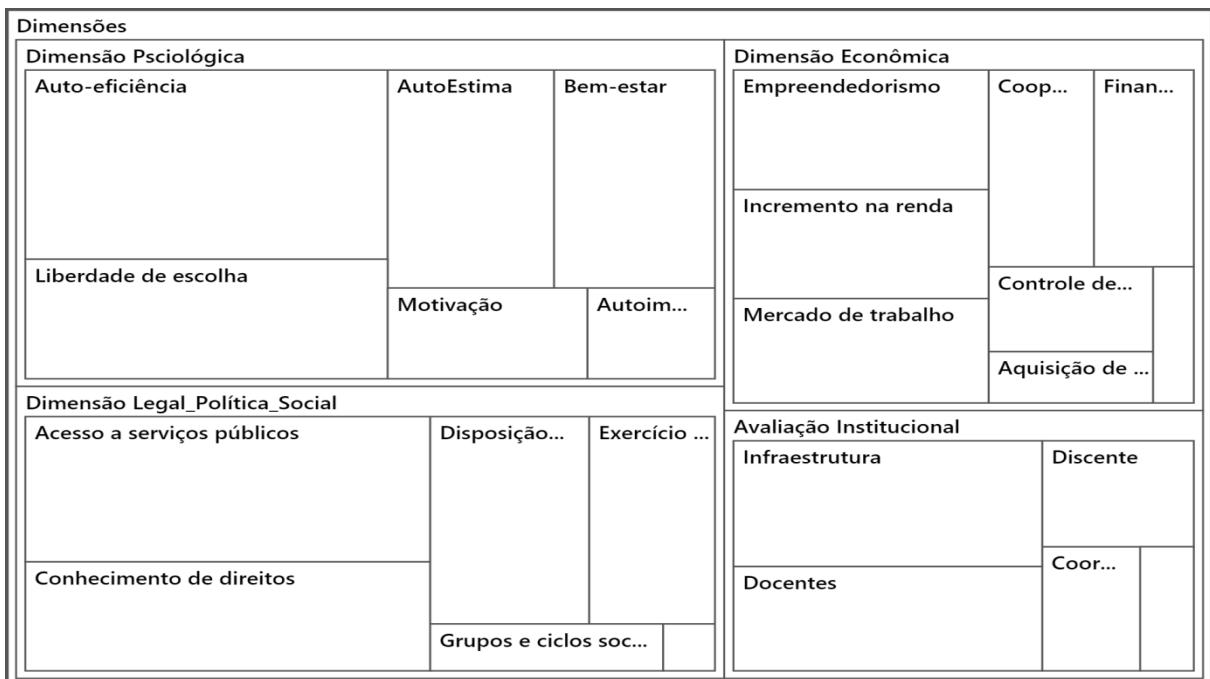
Em pesquisas empíricas, o esforço está em medir o empoderamento em múltiplos níveis, o qual precisa ocorrer ao longo de diversas dimensões, tal como: econômica,

sociocultural, familiar/interpessoal, legal, política e psicológica; porém alcançar o empoderamento nessas dimensões corresponde atingir metas amplas, pois dentro de cada dimensão há inúmeros subdomínios em que as mulheres podem ser habilitadas. (MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

Malhotra, Schuler e Boender (2002) inventariam uma série de estudos que demonstram que mulheres podem ser habilitadas em uma determinada área da vida, apesar de não ser em outras, ou seja, embora uma política faça uma intervenção promovendo empoderamento em uma dimensão particular, o mesmo resultado não necessariamente poderá ocorrer em outras dimensões.

Assim, propomos analisar a seguir cada dimensão de empoderamento recorrendo à análise categorial segundo Bardin (2004). Na avaliação institucional e em cada dimensão foram codificadas várias categorias relativas aos temas trabalhados no curso e representam uma oportunidade de aumento de poder nas relações e espaços, que por sua vez se desdobram em subcategorias codificadas pelo recorte de frases das falas das mulheres nas entrevistas e mostram suas diferentes opiniões relacionadas ou não aos resultados do programa como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Hierarquia entre as dimensões e avaliação institucional



Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software NVivo*.

Corroborando com a diferença entre os resultados obtidos em dimensões que compõem o empoderamento, nas entrevistas foi possível detectar que as dimensões

psicológica e legal/política/social foram as que mais ganharam destaque nas falas. Porém, sem evidências claras do efeito do programa sobre elas.

Um dos objetivos específicos da pesquisa era analisar a adesão, permanência e a conclusão das alunas nos cursos desenvolvidos. Por isso é pertinente destacar que a atuação da instituição como implementadora de qualquer política pode influenciar na permanência e na conclusão dos cursos pelas beneficiárias dependendo de como realiza suas funções. Assim sendo, questionamos: por ser um público diferenciado do habitual, a instituição conseguiu “acolher” ou incluí-las?

A avaliação institucional não era o objetivo da pesquisa, mas permitiu, a partir do conteúdo das entrevistas, compararmos com as justificativas apresentadas no relatório gestor sobre a adesão, permanência e a conclusão. No entanto, encontramos poucas críticas negativas sobre a instituição na percepção das mulheres, o que leva a crer que a instituição atendeu de forma satisfatória às expectativas dessas mulheres, porém, serão necessários outros estudos que explorem as beneficiárias que não concluíram o curso para compreender as razões de sua evasão e o impacto das ações da instituição nos resultados.

Críticas negativas:

Então, eh... o lugar em que távamos fazendo o curso era bom, o que faltou um pouco, foi assim, o material, o material pra gente trabalhar, por exemplo, muitas vezes a gente precisava de uma espécie de semente e não tinha, aí se ia comprar não achava, eh... às vezes comprava, mas vinha produto estragado, não dava pra a gente trabalhar. Apesar de tudo isso a gente conseguiu desenvolver um trabalho bem legal. (PC4)

Sim, muita paciência pra ensinar a gente. Tinha um assim, que acho que brigava em casa, não sei, ficava assim de cabeça quente, mas depois esquecia. (PJ11)

Foram poucas aulas práticas, pouco tempo, a gente teve bastante aula teórica, mas a gente poderia ter aproveitado mais na prática, porque tem coisa que você fazer só uma vez, você não pega aquela prática, em fazer pra tá produzindo, né, então poderia ter sido mais aulas práticas, mas teve bastante aproveitamento. A gente aprendeu bastante coisa, teve bastante conhecimento, né, novas amizades e tudo (...). É. E o que influenciou muito também no curso das Mulheres Mil foi a troca de direção. Foi num período que teve a troca de diretor, né, então, assim, teve mudanças, né, deixou coisas a desejar, porque um tava levando de um jeito e o outro entrou e levou de outro, né. (...) Então deu uma balanceada, né. (PJ2)

As críticas negativas não foram generalizadas, representam aspectos que podem ser melhorados na execução do projeto, podemos destacar as críticas nos seguintes âmbitos: quantidade de material, quantidade de aulas práticas e trato no lidar com as alunas. Mas, não deixam de reconhecer que mesmo com essas limitações, elas aproveitaram muito o aprendizado obtido no curso.

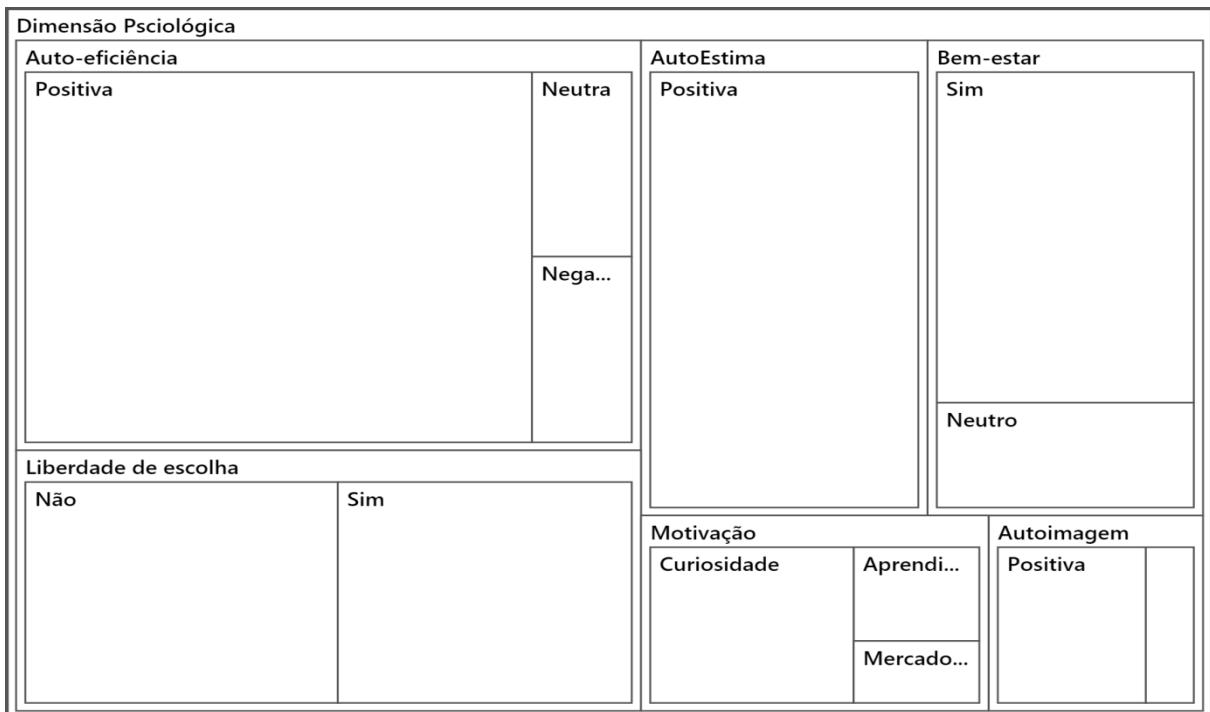
Dimensão Psicológica

Analisamos a dimensão pessoal no nível micro e individual dos aspectos que fazem parte do cotidiano das mulheres. O passo inicial para o empoderamento é despertar o senso crítico das mulheres em relação à discriminação de gênero. Enxergar e admitir a situação de desigualdade entre homens e mulheres no seu contexto, acreditar na mudança e deseja-la.

A percepção subjetiva e/ou a dimensão psicológica está conectada diretamente ao empoderamento psicológico. Segundo Malhotra, Schuler e Boender (2002), é decorrente da autoestima, do potencial de mobilização e da autoconfiança como manifestação. O processo de empoderamento exige que as mulheres devam melhorar a autopercepção de si, a autoestima e o autocontrole, acreditando na sua capacidade de mudar seu posicionamento, tomando decisões, e controlando a própria vida e fazendo valer os seus direitos.

O gráfico 12 apresenta a hierarquia da categorização das palavras na dimensão psicológica. Demonstra quais são as categorias mais evidenciadas nas entrevistas, ou seja, quanto maior o tamanho da sua representação gráfica, maior sua incidência.

Gráfico 12 – Gráfico de Hierarquia entre as categorias na dimensão psicológica



Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do software NVivo.

Ao analisar as seis categorias da dimensão psicológica, percebe-se que autoeficiência destaca-se pela ocorrência de uma maior discussão nas entrevistas, o que é sugerido pela

“largura” do fator frente às demais. Vale ressaltar que a autoimagem apresenta a menor ocorrência seguida da categoria motivação. Logo abaixo está descrevendo o contexto da análise de cada categoria codificada na dimensão psicológica.

Categoria – Autoeficiência: A consciência das mulheres como agentes de mudança e responsáveis pelo processo da autocapacitação/cognição é um importante processo pelo qual elas identificam e enfrentam seus desafios. Está diretamente ligada à capacidade do indivíduo lidar com problemas, superar obstáculos ou resistir às pressões de situações adversas. Perceber-se autoeficiente depende da interação com círculo social, familiar, cultural, entre outros.

A pesquisa demonstra que a realização e conclusão do curso foi um processo de autoeficiência das participantes, pois perceberam seus desafios, buscaram mudanças cognitivas e adaptaram-se às situações adversas levando à autossuperação:

(...) pelo conhecimento que eu tive lá. Hoje eu falo, eu sei fazer isso, eu vejo alguém fazendo alguma coisa e digo que eu também sei fazer, e faço, eu aprendi. (...) Ah sim, tive sim problema. Por exemplo, no começo a gente não tinha dinheiro pra pagar ônibus pra ir, daí eu ia de a pé até lá. Começamos bem, depois fizemos uma reunião com os professores, aí eles conseguiram pra gente o vale transporte, a carteirinha de estudante, aí ficou mais fácil de se locomover. (PC2)

Ah, assim, pra enfrentar? Ah, porque da onde eu estava, eu tinha que pegar um ônibus, descer num lugar meio distante, no sol. Era longe e não tinha acesso de ônibus e também não tinha condições, né! Ah, assim... eu fui persistente de ir até o fim, mas teve muita gente de desistiu. Mas eu... este foi um dos obstáculos. (PC3)

Oh, pra mim valeu porque foi agregado mais um aprendizado pra mim, né. No dia em que eu precisar pra eu ter uma subsistência, eu sei por onde começar, mas atualmente não tenho como renda ainda. (PC5)

O maior desafio era só o transporte, porque era longe, a gente tinha que pegar a BR, né. Nós passemos por transtorno de acidente, assim, não com a gente, mas na estrada, né. Então o maior desafio era deslocar da cidade até lá. (PJ2)

Ah, eu acho que sim, porque eu aprendi bastante, né. Aprendi a fazer yogurt, a gente fez pizza, a gente fez bolo recheado. Não fiz pão, porque no dia do pão minha menina ficou doente e não fui, né, e depois eu aprendi a fazer o pão. A gente aprendeu a fazer linguiça, bacon defumado, queijo. Nossa! O pessoal aprendeu a fazer muita coisa. Eu acabei faltando muito, porque minha nem sempre tava com febre aqui, uma dorzinha ali, eu acabei faltando muito. Mesmo assim, a gente aprendeu a fazer muita coisa. (PJ3)

Antes do programa eu mal sabia fazer um bolinho frito, não tinha muito conhecimento não, o Programa me ajudou bastante, hoje eu já sei fazer bastante coisa. (PJ4)

Nesta categoria, as mulheres relacionam claramente as vivências ocorridas durante o curso e o desejo de continuar e buscar. Elas se posicionam como sujeitas na ação, visando mudança de comportamento e busca por desenvolvimento cognitivo.

A interação da autoeficiência com outras categorias recrutadas na pesquisa favorecem

o empoderamento psicológico, o qual está relacionado com o aumento de poder pessoal, à autoconfiança, autoestima, autoimagem, dentre outros atributos fundamentais para um sentimento de poder.

Isso permite inferir que a adesão, permanência e conclusão dessas mulheres nos cursos desenvolvidos alcançou êxito, pois as mulheres se sentiram por diversas razões eficientes em seus processos internos de aquisição de capacidade e poder para lidar com situações adversas e promover mudanças pessoais.

No entanto, poucas demonstram essa mesma autoeficiência quanto aos objetivos atuais e quanto à perspectiva de vida para o futuro.

Categoria – Liberdade de escolha: A participação da mulher no processo de tomada de decisão é importante para alcançar o equilíbrio entre os gêneros no controle do poder e, sem que haja posição de dominância. Se ela não toma decisões, alguém tomará por ela, e esse modelo estereotipado de subordinação da mulher pode levá-la a ficar restrita a espaços domésticos.

Confirmando essa reflexão, Malhotra, Schuler e Boender (2002) afirmam que espaços familiares e intrafamiliares são espaços centrais de perda de poder das mulheres, os quais exigem esforços conscientes mais amplos da ação política nos níveis das famílias.

No gráfico de hierarquia está representado, quase que de forma equivalente, que algumas mulheres tomam decisões e outras não ao partilharem decisões diversas dos companheiros ou de outros familiares.

A pesquisa apontou que, apesar de apresentar relação com a categoria, algumas mulheres percebiam a liberdade de escolha:

Eu tomo decisões da minha vida sozinha (risos). (...) o Programa em si não mudou muito o que eu vivo hoje. (PC3)

Tomo minhas decisões sozinha, tenho filhos, tenho inclusive uma filha que mora comigo que é casada, tenho três netos, que moram aqui comigo também, moram lá no fundo. Mas eu sou dona do meu nariz (risos). Sou a matriarca da casa. (PC2)

Eu tomo sim, só decisões como comprar algo assim, alguma coisa de R\$ 100,00, R\$ 150, eu acho que é bom perguntar, mas, por exemplo, que curso que vou fazer, essas coisas do tipo eu não pergunto não, ou empresa se eu for trabalhar ou não. (PC7)

Já outras mulheres, de forma contraditória:

Eu pergunto pra ele, porque as veis ele não aceita, né, tem que perguntar, né. Tem que conversar. (...) Acho que ele não ia me apoiar não, ele não ia deixa. Culpa das crianças, mas assim, eu não faço querer de home, eu vô em frente, vou atrás dos meus sonhos. (PJ11)

O empoderamento psicológico está relacionado com o aumento de poder pessoal, no avanço pela conquista da emancipação. A nossa proposta de pesquisa visa identificar se o

curso contribuiu para esse avanço no processo pessoal. Contudo, o que se percebeu é que, na percepção das mulheres entrevistadas, apenas uma participante afirma claramente a influência do curso:

(...) Ah! Sim, tem! Porque eu me tornei mais confiante, assim... eu passo a enfrentá-lo mais, com mais coragem, a falar firme e forte com ele, então, eu acho que a ver com o programa mesmo, com o curso que eu participei, com o que eu aprendi lá. Até porque, né, esse foi o primeiro desafio que eu, nos, enfrentamos. Daí pra cá, ele aceita com mais facilidade as minhas decisões. (PC8)

Segundo os autores Malhotra, Schuler e Boender (2002), a capacidade de tomada de decisão está diretamente impactada pelo tamanho da influência que as pessoas têm sobre elas mesmas. O processo pelo qual elas se tornam capazes de se organizar para tomar as próprias decisões está vinculado à capacidade de aumentar a própria autoconfiança e sentir liberdade para fazer suas escolhas, eliminando sua própria subordinação:

O empoderamento incide quando a mulher deixa de ser tradicionalmente, dominada pelo homem, seja em suas opções de vida, seus bens ou em sua sexualidade, sobremaneira, podendo ser observada alteração quanto às decisões antes, unilaterais, não se constituindo mais como normas (MELO (2012) apud SELVATTY, MOREIRA e BAÊTA (2013), p. 232).

As mulheres devem ser capazes de definir seu autointeresse no processo de escolha e no direito de fazer escolhas para que uma transformação interna para a liberdade de escolhas incorra em mudanças.

Sendo assim, sob esse aspecto, as participantes demonstram poder de decisão e busca de seus objetivos, porém, esse poder é partilhado com terceiros, tal percepção é anterior à participação no curso.

Categoría – Autoestima: A autoestima é um componente importante para os aspectos relacionados ao ser humano, seu comportamento, motivação, emoções e sentimentos na dimensão psicológica.

Na literatura sobre empoderamento, Selvatt, Moreira e Baêta (2013) apontam a autoestima como um indicador padrão mobilizado para a dimensão psicológica. Focar na autoestima fortalece a mulher em outros aspectos, seus sentimentos por si e em função dos outros (MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

Sob esse aspecto, as participantes percebem os reflexos da autoestima proporcionados durante e depois do curso.

Ah senti, muito! Senti bastante, assim, até me valorizei mais (...) A princípio foi para sair de uma depressão e depois virou algo interessante pra mim. (PC2)

Saía animada, né, o cansaço era só pra chegar até lá e voltar pra casa, mas assim... eu sempre confiante que lá na frente eu iria ter um retorno que assim, ia dar tudo certo,

mais confiante em mim mesma, na vida, né. É assim que eu saía de lá. Olha, enfrentei vários problemas, assim, principalmente no meu negócio né, não é fácil mexer com vendas, mas eu me tornei mais segura, mais forte pra enfrentar os desafios do dia a dia. Assim. (PC8)

Sim, sim. Sinto mais confiante. (PJ1)

Ah, muito feliz (risos), cansada assim na BR, mas era ótimo! (PJ11)

De forma geral, direta ou indiretamente, todas manifestaram aspectos positivos relacionados à autoestima, atribuindo ao curso bons resultados sobre seus sentimentos e suas capacidades.

Categoria – Bem-estar: Como reflexo da satisfação das suas necessidades físicas, emocionais e materiais, o bem-estar é outro indicador mobilizado para a mensuração de empoderamento.

As participantes destacam que essa satisfação em relação às suas necessidades melhorou, e a grande maioria atribui essa melhora devido à participação no curso. Muitos benefícios estão atrelados: melhora na autoestima, na autoeficiência, ampliação dos grupos sociais, aquisição de novas aprendizagens e oportunidades, dentre outros, que possibilitaram uma mudança na percepção delas com relação à vida:

Melhoraram, porque eu tive mais amigas. Quanto mais pessoas, mais amigas, pessoas de relacionamento a gente tiver é melhor, né. Então... eu não sou uma pessoa que tem problema de relacionamento com ninguém, eu me relaciono muito bem com todas as pessoas. Então fiz mais amizades. Gostei muito. (PC3)

Eu acho assim que acrescentou conhecimento, né. Porque eu não fiz nada pra vender, mas assim, me abriu um leque de possibilidades de talvez no futuro (...). (PC6)

Sim. A partir do momento que a gente faz um curso tão bom quanto foi esse do IF, até os pensamentos, é... e condições de vida, tudo melhora! (PJ1)

Ah! Muita coisa que mudou, né, minha casa, meus filhos e o curso que noi aprendeu. (PJ11)

Melhorou, porque a gente tem novos conhecimento e novas amizades, então melhorou bastante. Eu sempre tive, assim, boas relações pessoais, né, no decorrer de toda vida, então, ajudou também, foi bom. (PJ2)

Melhorou, com certeza valeu bastante a pena. (PJ4)

Ah, não é nem tanto porque a gente gosta, mas também é porque a gente tem que correr atrás dos objetivos da gente, né. E ganhar um pouco melhor pra ajudar a minha família melhor, né. (PJ8)

Ah, pra mim tá bom! O que mudou? Ah, mudou muitas coisas, por exemplo, aprendi lá no curso bastante coisa. Passei para os meus filhos, dentro de casa, pra minha família, minha mãe e meu pai. (PJ9)

Dessa forma, nas falas apresentadas a participação no curso trouxe o conhecimento como legado, fator de bem-estar.

Categoria – Motivação: Dentro do processo de avaliação, fez-se necessário perceber quais eram as motivações que levaram essas mulheres a participarem do curso. Nem todas as mulheres em suas falas manifestaram expressamente suas motivações, mas as que fizeram menção destacaram: curiosidade, aprendizado e mercado de trabalho.

A importância de se saber reais as motivações auxilia na compreensão de outras características que envolvem indiretamente esse grupo de mulheres: livre iniciativa, desejo de mudança, necessidade de acesso ao trabalho, entre outros.

Antes do programa, eu já tinha terminado de fazer um curso de designer lá na UNIC e eu soube desse projeto e que eles iam dar este curso e que iam trabalhar com bijuterias. Aí fiquei sabendo e me interessei e fui fazer minha inscrição. Porque eu também sou artesã, né então este curso pra mim foi bom. (PC4)

Não, eu fui lá no CRAS. E lá eles falaram que tinha o Mulheres Mil, que era bom pra nós fazê, fazê queijo, fazê linguiça, iourgut, isso aí. (PJ11)

Ah, pra mim, eu fiz por fazer mesmo, né, eu tava parada, mas eu não continuei mexendo com isso. (PC1)

Fiquei sabendo através de uma conhecida né, que estudava lá no IFMT e que um dia fez um comentário sobre isso, e eu resolvi ir lá e acabei me inscrevendo. (PC8)

Assim, quando fiquei sabendo da existência do curso, eu estava desempregada, e eu trabalho na forma de contrato no governo do Estado, na época eu estava desempregada, ai fiz a inscrição, realizei o curso, logo em seguida consegui um contrato no governo, sempre trabalhei assim, né. Agora estou começando de novo a retornar ao mercado de trabalho E fiz o curso só que não usei pra minha renda própria, porque até o tempo meu é curto pra isso. (PC5)

Estudando lá eu fiquei muito motivada né pra realizar meus sonhos. Aí, na primeira oportunidade comecei a fazer o curso, né. Até porque, eu trabalhando no município, na educação, né eles exigem isso e eu já tinha o sonho de fazer a faculdade, né, então eu encarei. (PC8)

Contudo, o que se verificou durante as entrevistas foi pouco interesse em relação a alcançar objetivos futuros. Poucas mulheres demonstraram essa motivação.

Categoria – autoimagem: Esta compreende a uma das categorias pouco identificadas nas falas das participantes. Elas revelaram muito pouco de como se veem e se percebem.

Toda vida eu fui muito assim muito alegre, muito dada, converso com todo mundo, dou risada, adoro dar risada, adoro ser feliz, e sempre me fez eu ficar mais alegre e mais feliz. (PC2)

Então... eu não sou uma pessoa que tem problema de relacionamento com ninguém, eu me relaciono muito bem com todas as pessoas. Então fiz mais amizades. (PC3)

Mas lá, eu aprendi que em primeiro lugar eu tinha que pensar em mim, só assim posso ser uma boa mãe, uma boa esposa. (PC8)

Porque sou um pouco tímida (PC7)

O resultado da análise das categorias codificadas na dimensão psicológica destaca a importância de políticas de equidade, que buscam despertar o poder das mulheres. Cada ser carrega sua história que pode ou não determinar a influência de novos conhecimentos, no entanto, tais conhecimentos possibilitam condições de fazer escolhas.

Dimensão Legal/Político/Social

Analisamos a dimensão legal/política/social no nível micro e individual dos aspectos que fazem parte do cotidiano das mulheres, pretendemos verificar qual a percepção sobre questões relacionadas a direitos e as relações sociais.

O gráfico 13 ilustra a hierarquia entre as categorias mobilizadas. Assim como na dimensão psicológica, não é possível afirmar as participantes percebem a dimensão legal/política/social como resultado Programa Mulheres Mil.

Gráfico 13 – Hierarquia entre as categorias na dimensão legal/política/social.

Dimensão Legal_Política_Social			
Acesso a serviços públicos			
Saúde	Educação	Disposição a discutir po...	Exercício de votar
Justiça	Expedição de document...	Interesse	Sim
Conhecimento de direitos			
Reconhece	Não reconhece	Desinteresse	
			Não Justifi...
Grupos e ciclos sociais			
Religioso	Fami...	Partici...	Sim

Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do software NVivo.

O gráfico demonstra as seis categorias analisadas e quais são as mais evidenciadas nas entrevistas, ou seja, quanto maior o tamanho de sua representação gráfica, maior sua incidência. Observa-se que o “acesso a serviços públicos” teve uma frequência maior, corroborando com o Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão social que visa inserir as mulheres na sociedade através do conhecimento de seus direitos. Já a “participação ou filiação em sindicatos ou associações” é pouco evidenciada. O contexto da análise de cada categoria codificada na dimensão legal/política/social é descrito a seguir.

Categoria – Acesso a serviços públicos: Para dar condições de empoderamento o curso do Programa Mulheres Mil tem que dar conhecimento e oportunizar aumentar o seu grau de escolaridade nos acesso a educação (EJA, PROEJA ou cursos regulares) e se o programa oportunizou conhecimento sobre o acesso a esses serviços de saúde no planejamento familiar e outros; e na justiça garantindo o conhecimento dos direitos das mulheres sobre segurança, no combate a violência doméstica e pensão, reconhecimento da paternidade com emissão de documentos entre outros.

Analisamos o conhecimento e disposição de buscar pelos serviços de educação, saúde; justiça e documentos pessoais. A percepção das mulheres sobre a manifestação de acesso a serviços públicos como educação, saúde, justiça e expedição de documentos permite verificar o poder de buscar seus direitos e serviços.

A pesquisa demonstra que a participação no curso foi um processo de aprendizagem e significância dos conhecimentos adquiridos sobre os direitos a serviços de educação, saúde, justiça e expedição de documentos ligados à rotina de necessidades e dilemas enfrentados pelas participantes. Ainda que não configure uma situação pessoal, elas reconhecem as questões envolvidas na identidade de um grupo: mulheres.

(..) foi muito importante, né. Porque tem muita gente ali que precisava, né. Pra mim...como se diz, eu não tô usando, não é tão importante pra mim, né, mas pra muita gente ali (...) Foi, porque tem muitas colegas ali novinhas já com três filho, quatro filho, né. É muito importante sim. (PJ8)

Ao averiguar a influência do programa no acesso aos serviços públicos de educação, saúde, justiça, dentre outros que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, pode-se inferir que os serviços mais essenciais em seus discursos são educação e saúde, até porque estão atreladas à vida familiar e à rotina com os filhos.

A saúde é um fator que leva ao empoderamento, aumenta a sensação de bem-estar e autoestima, onde a mulher adota medidas e comportamento saudável como a procura por vacinação, exames preventivos para prevenção de doenças e planejamento familiar. Em seus depoimentos as mulheres revelam acesso a esse serviço na rede privada e pública:

Ah já fui na urgência, na dentista, tratamento, consulta de rotina. Faço agendamento e vou. Algumas eu participei... Eu não sei como esta minhas vacinas, a última que tomei não sei se foi de tétano, não lembro (PC1)

Vivo fazendo, fiz cirurgia bariátrica porque tinha centos e pouco quilos, fiz ano retrasado das varizes, este ano já fiz as duas vistas, e estou com uma marcada pra fazer, tratar este problema do pé. Dentista vou sempre, uma vez por ano dou uma ida ao dentista (PC2)

A educação é outro fator que leva ao empoderamento, pode oportunizar melhores condições de trabalho no setor formal ou a formalização, com melhor remuneração, participação e representação política no governo.

Sobre a inserção dessas mulheres na “educação”, esta pesquisa identificou que algumas delas já estavam cursando uma graduação, porém não relacionavam esse fato ao curso. Outras apresentavam certo atraso escolar alegando problemas como fechamento de turmas de supletivos, falta de faculdade na cidade de origem, recursos financeiros e tempo:

Sim, estou na UFMT, vou terminar este curso em 2017, eu faço outro, mas é na área de educação, libras na área de educação e se aparecer outro curso nessa área de artesanato eu faço. (PC4)

Tô fazendo outro curso, só que agora tô fazendo na área da alimentação, tô fazendo técnica de alimentação escolar que é a minha profissão. (PC5)

Agora estou querendo voltar de novo ao estudo. Eu até comecei a estudar no ano passado, mas por falta de aluno a sala fechou. A escola não voltou a funcionar. E agora estou esperando porque vou ganhar uma casa, né. Ai vai dar pra mim voltar a estudar (PJ3)

Ahhh eu tenho vontade de terminar (PJ9)

Ai meu Deus, se eu pudesse memo eu ia fazer (...) enfermagem (PJ11)

O serviço de “justiça” é um tema delicado, visto ser tratado como uma necessidade de grupo e de defesa de direitos das mulheres sobre questões como pensão, separação, filhos e outros. A questão sobre a violência não é referenciada sob esse aspecto, o que demonstra relutância em tocar nesse assunto ou discutir claramente como um recurso para proteção e punição de situações de vulnerabilidade física e de gênero:

Teve essas aulas de direto. Eu não usufrui, porque na época, graças a Deus, eu não precisava de nada, mas teve muitas colegas que precisou, inclusive a minha mãe. (PJ1)

(...) foi importante ter mais conhecimento, né. Porque tem coisa que a gente não sabe seu direito, né. Não sabe até onde vai o seu direito, né. (PJ8)

Com esse meu marido, falei pra ele se ele resolvesse ir por mal caminho, ele tinha o direito de pagar pensão pros filhos dele. E se ele não pagasse, ia resolver com a justiça. (PJ11)

Acesso à justiça e segurança, pode levar a tomada de decisão como divórcio, por exemplo. Ainda que a mulher não precisasse ou precisa usar de fato, somente o conhecimento

lhe dá mais poder de escolha e consciência na tomada de decisão.

Quanto à “expedição de documentação” foi menos presente nas falas, teve pouco reconhecimento e relatos de utilização ou consciência de quais são os direitos para fazer uso do serviço.

As participantes reconhecem o curso como agente promotor de conhecimentos sobre o acesso a serviço de públicos, embora já tivesse um conhecimento prévio que o Estado disponibiliza esses serviços a toda a população. Revelam que as aulas sobre o tema foi extremamente importante para esclarecer como acessa-los.

Categoria – Disposição a discutir política: A percepção das mulheres sobre política revela em partes a participação dessas mulheres na política em espaços micro públicos e sua compreensão de mundo político (CARMO, 2010).

A disposição manifestada por elas em discutir política foi evidente, expressaram opiniões sobre a importância de se discutir política, elas perceberam a atual situação política e quais os aspectos que deveriam ser melhorados:

Não todos, uma parte sim, por exemplo, eu votei na Dilma, não me arrependi de votar nela, por tudo isso que tá acontecendo agora, eu não arrependi. Por quê? Nem da Dilma e do Lula, eu não tenho esse partido, mas eu votei no Lula porque eu quis experimentar o PT, sabe? Eu achei que foi maravilho o governo do PT, o de Lula. Porque, pobre não tinha carro, hoje, pobre tem carro, pobre não comia carne todo dia e hoje o pobre come. É a mesma coisa da Dilma, pobre não tinha casa e hoje consegue do Minha Casa, Minha Vida, e ainda tem pessoas que convivem só com aquela bolsa do Bolsa Família. Ai eu ouvi falar: ‘ah, mas as pessoas estão se vendendo pra o Bolsa Família’, ela não está se vendendo! É uma ajuda, no qual é pouquinho, mas ajuda, e que nunca um outro governo tem. Ai eu já ouvi falar também que este projeto não foi desenvolvido de Lula governo, tá, mas foi desenvolvido neste governo, então, eu respeito este governo. E eu acho que ela não merece sair ainda, porque neste governo ta aparecendo todas as roubalheiras, todos os podres no qual os outros, era colarinho branco, fechava a boca e não aparecia. (PC2)

Na verdade, eu considero dessa forma, eu acho assim que cada governante que entrasse no estado, no município ou no país, eles sempre vai ter o mesmo comportamento de qualquer um que já esteve lá, entendeu? Então, eu não tô contente, mas também não dá pra falar pra você que estou descontente, pra mim todos vão agir da mesma forma. (PC5)

Ah, fiquei até agradecida que não votei, porque ficou uma rixa pessoal, uma pessoa tinha rixa um pelo outro pela eleição. Fiquei feliz por não ter votado em ninguém. Foi uma deceção a que ganhou, a Dilma, porque pra mim ela ia continuar o que o Lula fez. Eu considero o Lula como um bom presidente pro país. E não, ela virou a cara, cortou fundos de saúde, educação, segurança, já tinha feito aquela coisa da Copa do Mundo, que prejudicou tudo. Então, no final não ajudou, pra ser sincera, piorou. E não tem uma posição firme, porque os governos estaduais estão pagando muita coisa, no Mato Grosso do Sul estão fechando escolas e São Paulo. E no programa dela, ela prometeu mais educação, não acho, até à Universidade, ela cortou fundos, não tem reajuste para os professores, é complicado, até no segundo turno eu preferia ela, mas agora, sei lá. (PC7)

Pois é, eu não gosto muito não, assim, mas eu procuro me orientar sobre o assunto, né, quem são os candidatos, eu não sou partidária, mas voto por ideologias. Mas, o que desanima é a corrupção, quando, assim, está muito difícil encontrar um candidato, eu acho até impossível, encontrar um bom candidato. Eu já desconfio de todos, mesmo até daqueles que acabaram de entrar eu começo a desconfiar, a julgá-lo mesmo antes de entrar na política, eu já acho que se ele entrou é porque... vai acabar entrando mesmo pro mesmo... pra... Entende o que eu quero dizer? (risos) Acabando fazendo o mesmo. (PC8)

É muito importante, sim. Só que tem que saber quem você irá colocar lá, né, pra depois não chorar, né. Mas é importante! Hoje, a política reflete em tudo, né, é serviço, é família, é tudo, né. Oh! Gostar eu não gosto não, mas tem que ser discutido e com muita atenção, né. (PJ8)

Ah, eu acho que ela, pra mim ela tem que ficar lá, é mexer no que tá lá... é deixa ela lá, já. Porque a gente já conhece o que ela faz e quem entrar lá, será que vamos saber o que ele vai fazer? (...) Foi, eu gosto dela. (...) Porque ela tem feito e porque ela é mulér e nós também, né, ela está do nosso lado. (PJ9)

Porém, algumas se revelam desinteressadas ou relutantes em discutir os seus pontos de vista, preferências e expectativas:

Nada a declarar (risos). Todo mundo num tá contente, né! (PC3)

Ah, pra falar a verdade eu nem gosto muito de dar opinião, eu sei está dando muita confusão, né. Mas eu não digo que sim nem que não. Deixa imparcial. (PC6)

Ah, eu não sou muito fã de falar de política, não. (PJ11)

Ah, tá bom, não tenho nada contra ele não, também nem posso (risos) e eu não posso falar mal de quem paga meu salário, né. (PJ5)

Categoria – Exercício do voto: As mulheres manifestaram que exercem o direito de voto. Das 19 participantes, 17 votaram na última eleição, 1 justificou e 1 não votou. Porém, o exercício desse direito antecede a participação no curso.

Categoria – Reconhecimento de direitos: É a percepção dos conhecimentos de garantias e a importância de direitos pelas participantes. De maneira geral elas reconhecem seus direitos e a importância de buscá-los, porém, assim como em outras categorias, elas não atribuem diretamente a participação do curso a tais conhecimentos:

Olha, eu acredito que quem não procura os seus direitos, não é digno deles. Então, você ter um conhecimento dos seus direitos, se você é lesada nesse direito que você, você tem que correr atrás, enfrentar e procurar na prática, né, desenvolver. Hoje mesmo eu tava vendo na fila do banco, a gente só tem 15 minutos pra ficar no banco e tem pessoas que ficam 45 minutos. Marca o horário e vai pro PROCON e se não dar jeito, procura outra justiça pra fazer com que o banco pague ou sei lá, um gerente. É um direito seu! O direito do idoso também meu, de entrar no ônibus pela porta de trás ou com a carteirinha, é um direito meu, sabe? Então, eu vou atrás! (PC2)

Ampliou, ampliou bastante, porque eu mesma não tendo filho, não tinha muita ideia de como funcionava a pensão. Eu achava que pensão era da boa vontade, tipo, “vou

te dar R\$ 100,00 e fica feliz que te dei R\$ 100,00". E aí eu descobri que não, pensão é 30% do salário, se não me engano. Se não houver um acordo entre o casal é levado pro juiz, a pensão é por filho, é 30% do salário. Então quando sobe o salário, a pensão tem que subir, quando a pessoa troca de cargo, então eu soube várias coisas deste cargo. E até é bom pra conversar com outras mulheres e lá no curso tinha mesmo mulheres que fala: "o cara me dá R\$ 200,00 desde 2005", por exemplo, e não sabia que era porcentagem e achava que estava certo. Não sabe que o homem pode ser preso, por exemplo, se não pagar pensão. Questão de pai também, havia mulheres que falava que seu filho era filho de fulano, porém, fulano não queria saber, então foi pra orientação, pra fazer teste de DNA e tudo mais, acho que na vida delas teve bastante diferença. (PC7)

Fiquei mais ciente dos meus direitos, né, mas graças a Deus eu não precisei aplicar, né, mas eu procuro orientar outras pessoas, quando essas me pedem alguma opinião, eu oriento, eu falo o que eu aprendi lá. O que eu puder passar para as outras pessoas de bom que eu aprendi lá, eu passo. Então, aprendi muito com isso e ajudo outras pessoas sim. Então, eu acho que é muito importante pra todos nós ter consciência dos nossos direitos e de deveres também, é claro, então contribuiu com o fato de eu saber, né, e se acaso eu precisar, sei onde recorrer e como agir diante de uma determinada situação. É nisso que contribui muito pra mim, por ter conhecimento né, agora dos meus direitos, de como agir, caso eu precise.

Ah! Sim! Claro que eu sinto! É sempre muito difícil, pois sempre que precisamos, enfrentamos uma dificuldade enorme né, eu, assim, por exemplo, já... tenho uma filha com atraso mental e enfrento diariamente dificuldade na escola. Assim, onde a lei diz uma coisa, mas na prática é outra, agente tem que brigar muito por isso, pela inclusão que de fato não existe, e na saúde é a mesma coisa. Travei uma luta pra conseguir um médico pra ela, assim um neurologista, e tive até que entrar com processo na Defensoria Pública da Infância e Juventude e só assim consegui uma consulta, depois assim de quase quatro anos. Então, assim, não é fácil, é muito difícil quem já precisou saber dessa dificuldade, né.

Sim, foram quase quatro anos esperando pra ela conseguir um neurologista, né. Por ela ter um atraso mental e, assim, aparentemente ela ser normal, então sempre que levava ela no posto de saúde e eu voltava lá, eles diziam: "nossa, mais tem caso mais grave na frente dela". Então ela ia ficando, ficando, e aí uma pessoa conhecida falou que eu deveria procurar a Defensoria e de lá eu não tenho muito o que reclamar, porque eu fui e logo eles conseguiram, dentro de três meses eles agendaram a consulta pra ela. Mas é assim mesmo, é muito difícil quando se busca esses direitos que a gente sabe que tem, mas não são cumpridos assim tão facilmente.

Como eu disse lá na outra pergunta, né, eu já precisei e fui atrás, assim, eu não desisto assim tão facilmente não, né. Briguei por isso e consegui, né, graças a Deus! E, assim, eu sei que eu sou portadora desses direitos, mas sei também que tudo é lindo maravilhoso no papel, mas na hora em que precisamos é que descobrimos o quanto é difícil, porque a gente ouve falando na televisão, as pessoas falam: "não, mas a sua filha tem direito a uma sala especializada", mas na hora que você chega lá na escola, se você não tiver um laudo, ela não tem esse direito. Enquanto você não chega com esse laudo do médico, aí é que você descobre que não é fácil assim, é fácil falando, mas na hora de buscar os seus direitos é muito difícil mesmo e, assim, hoje eu estou mais confiantes pra lutar por eles, né. Hoje, assim, vou atrás mesmo e não deixo passar não, enquanto eu não tenho uma resposta daquilo que eu quero, eu continuo indo atrás. (PC8)

Não, quando o curso começou a falar que nós tem direito a pensão, tem direito a muita coisa. Nós tem direito, que nós muié não tem. (PJ11)

A gente tem bastante direto, né, como cidadão, né. Mas, assim, poucas pessoas conhecem, né, os direitos que a gente tem, mas que a gente tem bastante, a gente tem. E, lá, assim, foi passado bastante noções disso, né. E muitas pessoas, assim, muitas senhoras, muitas pessoas que não tinham estudo, assim, teve o conhecimento, a oportunidade de tá conhecendo os direitos que a gente tem. Não utilizei, porque não precisei. (PJ2)

Foi, foi muito bom, ele mesmo, o advogado, ele veio dar aulas pra gente falando sobre os diretos das mulheres, né, foi muito bom, às vezes, muitas não sabiam de nada, né. Até passou o telefone pra gente marcar, né, qualquer problema a gente tá ligando, né. Foi muito bom sim, ter orientado. (PJ6)

Categoria – Grupos e ciclos sociais: Essa categoria foi mobilizada por causa da relação com outras categorias, indica a interação com outros grupos sociais; também é um indicador muito usual de propostas de mensuração de empoderamento (MALHORTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

Os grupos destacados nas entrevistas foram: religioso, familiar e amigos, dentre eles, o que mais foi relatado foi o grupo religioso. Verifica-se pouca diversidade de participação de outros grupos sociais e relatos sobre grupos sociais.

Categoria – Participação ou filiação em sindicatos ou associações: Essa categoria demonstra a capacidade das mulheres em buscar estratégias para viabilizar atividades econômicas e sociais para a defesa de seus interesses. Ainda que o curso tenha trabalhado essa temática, não fomentou a união delas para o associativismo:

Sim, teve essa conversa que eu não sei dizer no que virou, acho que não deu em nada. Não sei bem a respeito disso. (PC8)

Ah sim, nós do grupo não, não penso em junta e abrir um negócio (...) Falou sim. (PC11)

Não, oh! A conversa teve, mas não foi bem assim, né, pra gente fazer associação. Só tava dando a ideia, mas não teve a associação. (PJ8)

Eu tenho a carteirinha do SIC de artesão, é que eventualmente eu faço algum trabalho e preciso ter a carteirinha. (PC4)

Não, dessa parte de biojoais, não. Mas assim, sou associada na empresa do meu esposo. (PC6)

Nos relatos, esta categoria foi mencionada, mas as entrevistadas afirmaram não participarem de sindicato ou associações por razões distintas.

O resultado da análise das categorias codificadas na dimensão legal/política/social destaca a importância de políticas de públicas que garante os direitos das mulheres, a igualdade de acesso é obtida por conhecimento dos direitos que garante a igualdade de oportunidades, essa segurança em contar com as instituições também possibilitam condições de fazer escolhas, e assim empoderar.

Dimensão Econômica

Analisamos a dimensão econômica no nível micro e individual do cotidiano das mulheres, pretende-se verificar aspectos aplicáveis a questões econômicas e mercado de trabalho acessado por essas mulheres.

Um dos indicadores mais utilizados em nível micro e macro, o aspecto econômico é relevante para o estudo, pois:

(...) é essencial para construir economias fortes, estabelecimento de sociedades estáveis e justas, atingir o desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos internacionais reconhecidos, melhor qualidade de vida para mulheres, homens, família e comunidades, e impulsionar operações e metas de negócios (ONU, 2016).

O gráfico 14 demonstra a representação hierárquica das categorias na dimensão econômica e a representação da percepção em cada categoria. Ele ordena quais as categorias que apresentam maior número de referência que contém nas falas durante a entrevista. “Empreendedorismo” foi a categoria mais evidenciada.

Gráfico 14 – Hierarquia entre as categorias na dimensão econômica



Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software NVivo*.

O gráfico ilustra a hierarquia entre as categorias que foram mobilizadas na dimensão econômica. O programa tem como objetivo despertar o espírito empreendedor nas mulheres, trabalhando a temática sustentabilidade e meio ambiente, os cursos são voltados para a

produção com recursos renováveis. Percebe-se que a categoria “uso sustentável” foi pouco referenciada, pois poucas mulheres ainda têm como fonte de renda as práticas trabalhadas no curso de biojoias ou de alimentos. Na sequência está descrito o contexto da análise de cada categoria codificada na dimensão econômica.

Categoria – Empreendedorismo: O empreendedorismo indica as oportunidades de se iniciar um negócio lucrativo. Evidência a capacidade e a iniciativa de buscar outras formas de aquisição de trabalho e ampliação de renda.

A pesquisa demonstra que o aprendizado adquirido na participação no curso não foi provedor de iniciativas empreendedoras, apenas quatro das 19 relataram ter iniciativa de empreender.

Depois do programa, quando eu terminei aquele curso lá, é que eu tenho um grupo de amigas e a gente que já trabalhávamos juntas, depois desse projeto, desse curso lá, nos fizemos um trabalho usado sementes, que no caso nós trabalhávamos com biojoias lá, e nós agregamos a semente, porque eu aprendi a manusear a semente, a trabalhar a semente. Este produto que nós fazíamos aqui, fizemos até exportação pra Holanda (...). (PC4)

No começo ficou na mesma, porque na época eu só pensava em comércio, assim de rua, de loja, e aquela coisa, um ponto na rua é difícil e eu preciso terminar os estudos, tô sem tempo, então, ficou na mesma. Tanto que eu acho que conclui o curso em 2013, no começo de 2013 e eu só fui mesmo mexer com a ideia de montar a loja virtual em 2015. Foi quando eu lembrei da internet, porque ficaria até mais fácil pra mim porque sou um pouco tímida (risos). Coloco as fotos face, falo no whatsapp, no facebook, depois é só colocar nos correios e dá tudo certo. (PC7)

Assim eu não faço todo dia, né, é mais para quando tem encomenda. (PJ8)

Não, após o curso não investi em nada (...). (PJ1)

Pra mim memo mexe? Não ainda não. (...) Ah! Eu tenho, mas pra mim é difícil com estas meninas. (PJ10)

Não, não comecei um negócio próprio. Faço só pra gente em casa mesmo. (PJ4)

Olha, assim sobre salgado, bolo, essas coisas de vez em quando eu já fazia, né. Só me aformidei mais, né. Foi melhor pra mim! Por encomenda, o povo encomenda, eu faço. Sim, dá uma renda sim. (PJ8)

Ah, assim, pra mim era muito longe, porque pra mim era difícil colocar em prática. (PJ9)

Em se tratando de empreendedorismo, notamos muitas dificuldades para empreender e, na percepção das mulheres, vários são os motivos, entre eles: insegurança, recursos financeiros, falta de escolaridade, tempo disponível já que cuidam de filhos e netos e ainda espaço e estrutura para produzir:

(...) Foram poucas aulas práticas, pouco tempo, (...) tem coisa que você fazer só uma vez, você não pega aquela prática, em fazer pra tá produzindo, né. (PJ2)

(...) A minha filha é doida pra abrir um negócio pra ela, com isso que ela aprendeu

lá... Só não abriu ainda porque a condição financeira anda devagar, né, mas ela tem vontade, aí se ela mexesse, aí eu entrar junto com ela. (PJ5)

Pra mim sem estudo não dava pra mexer com nada também, né. (PJ3)

Ah, porque é difícil, eu tenho três fio e tenho que trabaiá. (...) É, porque tem que investir pra comprar, né os ingredientes, tudo certinho. (PJ9)

Ah! Eu tenho, mas pra mim é difícil com estas meninas. (JP10)

Eu tinha vontade, mas assim, o que é o nosso, nosso lar, construindo o nosso lar. Morava na casa dos outro, mexe na casa dos outro não dá pra abrir uma lojinha de lanchinho, mas não dá. É o nosso sonho, né, do que a aprendeu lá fazê. (PJ11)

O tema desenvolvimento sustentável foi abordado no curso com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico, com a redução do uso de matérias-primas e o aumento da reutilização e da reciclagem. A respeito do tema, algumas entrevistadas o viram como um problema, enquanto outras, vislumbraram novas oportunidades:

Bem, eu fazia as peças e vendia pra amigos, né (...), pra parente, conhecidos, vizinhos. Assim, eu gostava de trabalhar com sementes, né, mas, às vezes eu não encontrava na cor que eu precisava ou aquela semente que eu precisava, né, aqui em Cuiabá. E também as mulheres gostam de novidades, daí acabei trabalhando mais com bijuterias mesmo. Aí, assim, tem mais opções e eu fazia atendendo a pedidos dos clientes né, que às vezes pedia ou trazia o modelo pra eu copiar. (PC8)

(...) tem outros trabalhos sementes, que eu desenvolvo com as crianças lá da escola, então quer dizer, pra mim foi muito bom. Eu comecei a ver estes materiais recicláveis, comecei a usar muito nas minhas aulas com as crianças, papel eu também reutilizo, é tudo material reciclado. (...) usei caixa de leite, então, quer dizer, o biojoias não aprende a trabalhar só com as sementes, com as joias, mas com outros materiais reciclados, que me abriu, assim, um leque de oportunidades. (PC4)

Categoria – Cooperativismo: O cooperativismo é um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, com foco na relação das pessoas e não no capital. Visa a reunião de várias mulheres para a criação de uma instituição para produção econômica, trocas sociais, prosperidade conjunta, necessidades de grupo, entre outras características.

A pesquisa demonstra que o cooperativismo não foi uma capacidade desenvolvida durante o curso, apenas um das 19 mulheres relatou ter iniciativa de empreender com outras empresas. Há relatos de que foram ministradas aulas sobre esse tema, contudo, o empreendedorismo e o cooperativismo não se desenvolveram como práticas:

Não. Porque igual eu falei pra você, não fiz pra ganhar dinheiro nesse sentido, mas sim, por exemplo, se um neto precisa de alguma coisa, eu sei fazer. Preciso ir numa festa e não tem presente, eu pah! Vou lá e construo alguma coisa e já levo. (PC2)

Sim, teve essa conversa que eu não sei dizer no que virou, acho que não deu em nada. Não sei bem a respeito disso. (PC8)

Assim, financeiramente me beneficiou, só que não teve um apoio no pós-curso, entende? Depois que terminou o curso foi cada um por si, até li na internet depois desses dias que teve um grupo do Mulheres Mil, de outro estado, que fizeram uma cooperativa, aí elas montaram uma loja delas onde elas vendiam, e aqui nem contato mais não tem uma com a outra. (PC7)

Nem procurei, falando nisso, na época até abriu um sindicato (...) eu acredito até que teve pessoas daqui que participaram e forma em frente. Só que depois do término do curso, eu não tive mais contato com ninguém, não procurei, a gente não ficou falando uma com a outra. (...) se eu não fosse aposentada, se eu não tivesse meu salário, seria uma fonte a fonte de renda pra eu ganhar a minha sobrevivência. (PC2)

(..) mas assim, eu tive meu grupo, o que eu aprendi, eu passei pro meu grupo, a gente começou a trabalhar juntas e ver trabalhos nesta área. (...) e, depois disso, também alguns produtos nós fizemos e mandamos para uma loja lá em São Paulo, que venderam por algum tempo o nosso trabalho. (PC4)

Diretamente atrelado com a capacidade de empreender, o cooperativismo, aspecto relevante para o compartilhamento de saberes e do cotidiano dessas mulheres, não foi expressamente empoderado na percepção das falas dessas mulheres, as quais não apresentam uma consciência clara do que seria e quais as suas contribuições para a mudança de vida e para a tomada de decisões.

Categoria – Acesso a financiamentos e créditos: A captação de recursos de terceiros para financiar os custos de um negócio ou da produção são importantes fomentadores do empreendedorismo e das iniciativas de produção e de incremento de renda.

Nas falas das participantes é perceptível a importância que a aquisição de crédito teria em subsidiar gastos com a produção inicial, mas elas veem com cautela essa aquisição.

Não, eu nunca quis trabalhar com essa coisa de financiamento, acho que não é legal (...). (PC4)

(...) ainda não tive acesso a financiamento, mas pretendo, já liguei pro BNDS, que não tem aqui em Cuiabá, e tô vendo, pra ser sincera, tenho medo de empréstimo, tô esperando tomar uma coragem. (PC7)

Eu sabia que os bancos disponibilizavam essas linhas, né, mas... tava numa época boa pra isso... mas, não aceitei por medo de endividar mesmo. Então, acabei não aceitando. (PC8)

Todas foram unâimes em afirmar que não contrairiam crédito para abertura de um empreendimento depois da participação do curso.

Categoria – Mercado de trabalho: A percepção das mulheres sobre o mercado de trabalho não está associada diretamente ao curso, o acesso ao mercado de trabalho, seja por meios formais ou informais, não se dá pela capacidade adquirida no curso.

A pesquisa demonstra que o aprendizado adquirido na participação do curso foi reconhecido, porém, não foi fator de acesso ao mercado de trabalho. E, há relatos de mulheres

que não acessaram o mercado de trabalho sequer em outras áreas.

Ahhh, eu trabalho vendendo meu Avon, minha Natura... só. E, trabalho na escola aqui, de serviços gerais. Só isso. (PC1)

Daí, fui aprovada e estou trabalhando na creche. (PC8)

Eu já trabalhava na prefeitura e ainda trabalho. (PJ5)

Olha a minha vontade sincera é de fazer um curso gastronomia (...) porque eu cozinho, eu gosto de cozinhar, eu faço e vendo salgado congelado, sabe? Então, a minha renda fora o meu salário, é esse daí. Venda de salgadinho congelado. (PC2)

Sou autônoma, aham. Nessa época, eu vendia Avon, Natura, é... Boticário. Hoje em dia eu continuo uma vendedora, só que de um produto só. (PC3)

Sim, sempre trabalhei e continuo trabalhando com vendas de roupas. Sou autônoma. (PJ1)

Eu trabalho só na feira. (PJ7)

Não, não procurei por causa do meu curso que tô fazendo, então assim, tem muita coisa que não dá pra a gente sair procurando um serviço melhor ainda, né? (PJ8)

Aposentei e ficava muito em casa. (PC2)

Não, eu não. Só o meu marido. (PJ10)

Muitos desafios são apontados como restritivos para o acesso da mulher ao mercado de trabalho, como conciliar a carreira e a família de forma mais intensa que os homens, além de lidar com as limitações invisíveis: a discriminação de gênero como barreira da maternidade e a guerra de gêneros (ONU, 2010):

É que quando eu levava a minha neta, mode quando ela não tinha aula, eu levava ela, quando é assim eu ía de boa, mas eu não faiava não, eu fazia força pra mim i. (...) Ah! Eu tenho, mas pra mim é difícil com estas meninas. (PJ10)

No começo ele não gostou muito não, e ficou questionando, né, o tempo todo. Mas assim, por causa da nossa filha, por não ter com quem deixa-la, já que tinha dias que minha sogra não ia poder ficar, então, ele ficou apreensivo, mas por isso mesmo, por causa da nossa filha. (PC8)

A categoria mercado de trabalho e a proposta do roteiro não previam extrair a percepção delas sobre outro desafio por elas enfrentado no mercado de trabalho abordado pela literatura, como a segregação ocupacional e as disparidades dos salários entre homens e mulheres (SILVA et al., 2015). As participantes apenas relataram em suas falas quais são suas formas de trabalho.

Categoria – Incremento da renda: O incremento da renda é a categoria que permite verificar o efeito da renda com a comercialização formal ou informal da produção.

A pesquisa demonstra que o aprendizado adquirido na participação no curso foi

reconhecido, porém, não foi fator de acesso ao mercado de trabalho. A maior parte das mulheres não evidenciou na entrevista que a renda aumentou por causa da participação do curso, as que tiveram incremento, tiveram por razões diversas, exceto uma:

A renda aumentou sim, vale a pena vender (...) (PC7)

Se melhorou? Ah, melhorou, assim, através do trabalho que eu faço, na escola, independente do curso. (PC1)

Não, eu não vendi, porque fiquei com dó de vender tudo o que eu fiz. (PC2)

Na época em que tava trabalhando, até que era uma boa graninha... mas, agora eu parei, como eu sou bolsista, então, eu vivo só fico com a bolsa mesmo lá da UFMT. (PC4)

Não, faço somente pra consumo mesmo, pra casa. (PJ1)

A vida financeira ficou na mesma, porque eu não continuei fazendo nada do que foi feito lá. (PJ2)

O incremento da renda representa uma maior possibilidade de valores para complementar a renda familiar, o aumento de oportunidades econômicas e o controle sobre os recursos em favor das mulheres alargam também o poder de barganha em suas famílias, modificando os comportamentos, aumentando o poder de decisão no domicílio e até mesmo influenciando nas decisões da separação (IGUALDADE, 2012).

Categoría – Controle de recursos: A capacidade de controle de recursos econômicos a nível micro revela o poder mínimo de se fazer escolhas estratégicas sobre questões básicas de necessidade e bem-estar pessoal e familiar.

As participantes que demonstraram alguma percepção sobre a dimensão, oscilam entre ter controle e não tê-lo, mas não evidenciam que o controle tivesse sido adquirido na participação do curso:

Eu tomo sim, só decisões como comprar algo assim, alguma coisa de R\$ 100,00, R\$ 150, eu acho que é bom perguntar, mas, por exemplo, que curso que vou fazer, essas coisas do tipo eu não pergunto não, ou empresa se eu for trabalhar ou não. (PC7)

O dinheiro dele e o meu é tudo misturado, né. É conta, é despesa de casa, é tudo junto, né. Não tem esse negócio tá dividindo salário. (PJ8)

Bom, eu e meu marido, assim, geralmente as coisas que a gente vai comprar pra casa, né, tipo móveis, essas coisas assim, nós discutimos e se vemos se tem a necessidade de comprar e aí acabamos decidindo juntos, né. Mas, assim, antes eu decidia sozinha, ia lá e comprava, depois sofria pra pagar as contas e ele reclamava muito, né: “que a opinião dele não servia de nada”. Então agora entramos num acordo e decidimos juntos. É assim, o acordo demora chegar, cê sabe homem como é, pensa mais no carro, e aí, se fosse alguma coisa pra comprar pro carro ele concorda na hora, né, mas pra casa, ele fica questionando: “se há necessidade mesmo”, “porque fazer agora”. Assim, mas eu espero uma oportunidade, no dia em que ele tá assim bem de boa, eu acabo convencendo ele. Mas, geralmente decidimos juntos mesmo. (PC8)

Vixe... que dinheiro memo, não da pra nem começa. Muito difícil né. Ganho. Me dá uns trocadim, a nora também dá uma ajuda, mas elas também ganham pouco, né. (PJ10)

(..) ele pergunta (...) Olha é difícil porque às vezes é pessoal da gente, muié, home não tem que sabê o que nós tamo fazendo. É pessoal. (...) Sim, constrangida. (PJ11)

Ah, por exemplo, assim, se eu quero comprar uma coisa que é pra casa, né, eu compro, não fico falando não. (PJ9)

Tomar decisões básicas sobre os recursos que envolvem a vida cotidiana como gastos familiares e gastos pessoais, demonstram qual o grau de subordinação ao qual essa mulher está submetida e se é atra principal na “mudança no controle de recursos, mas também em termos de uma maior autonomia e autoridade sobre as decisões que têm influência sobre a própria vida” (ROMANO, 2002, p. 25).

Categoria – Aquisição de bens: Refere-se à percepção da participante em adquirir bens após a participação do curso com ganhos referentes à venda da produção. Essa categoria está diretamente ligada à capacidade de tomada de decisão, controle de recursos econômicos, autonomia, autoridade sobre decisões que influenciam sua própria vida (ROMANO, 2002).

Houve pouca referência sobre essa categoria e em sua grande maioria, não houve efeito proveniente da participação do curso:

Hoje em dia eu posso comprar uma geladeira, ou outra coisa a mais. O curso não tem nada a ver... Eu não tenho renda do curso. (PC1)

Sim eu comprei, maquina fotográfica, computador. (PC4)

Com relação ao programa também não. (PC6)

Acho que pra mim ficou na mesma porque saí do meu emprego, então agora eu não tenho carteira assinada, nem nada, então na verdade eu mantive a vida ganho R\$ 800,00 líquido, então estou mantendo, eu acho que ganhei qualidade de vida na verdade. Achava meu outro serviço muito estressante, pra mim que estudo tem sempre que saí pra resolver alguma coisa extra de faculdade e estudo, fica ruim porque não dá faltar pra estudar. E na internet não, eu mexo na rede social, vejo meu e-mail, consulto as vendas e na hora vaga posso ir resolver alguma coisa da minha vida. Acho que isso ajuda pra quem tem filho. (PC7)

A literatura aponta que os recursos econômicos, sociais e políticos são essenciais para garantir que mulheres consigam o empoderamento, mas nem sempre são suficientes. Sem o empoderamento individual (pessoal e psicológico) para reconhecer e utilizar recursos em seus próprios interesses, os recursos não podem trazer capacitação (MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002).

Melo (2012 apud SELVATT, MOREIRA; BAÊTA, 2013), destacam que o empoderamento não é um processo com experiências iguais para todas as mulheres, em virtude de não existir uma fórmula ou projeto, ou ainda modelos prescritos que ensinem como

a mulher se empoderar, ou como fazer um aspecto específico ser mais empoderado. Tal argumentação nos levou a desenvolver a pesquisa com a ausência de hipótese, com uma visão neutra, sem influências das opiniões conhecidas anteriormente.

A análise foi inventariada na opção pelo conceito de empoderamento alinhado a Kabeer (2001, apud MALHOTRA, SCHULER e BOENDER, 2002): “A expansão da capacidade das pessoas para fazer escolhas estratégicas de vida num contexto em que esta capacidade foi previamente negado a elas”. Por compreender processo e agência, essa última implica em tomar decisões, a fim de controlar a si mesma e prover e controlar recursos que afetam as problemáticas de desequilíbrios de poder nas relações e espaços antes não ascendidos, enquanto o processo é o estado de mudança que traz como resultado o poder. Oportunizou-se investigar o protagonismo e os resultados classificados em efeito, efeito neutro e não efeito da política diante do contexto que lhe foi oportunizado com a participação no Programa Mulheres Mil.

Assim como o objetivo geral, os objetivos específicos da pesquisa foram atingidos, validando as técnicas usadas como software NVivo e a análise de conteúdo, ao criamos várias categorias para cada dimensão de empoderamento, viabilizou-se a análise da percepção das mulheres quanto ao seu empoderamento.

Em se tratando de objetivo específico, analisou-se a percepção das mulheres em termos de poder de decisão e busca de seus objetivos nas dimensões psicológica, econômica e legal/política/social. Na dimensão econômica, mapeamos o acesso ao mercado de trabalho e investigamos a prática quanto aos objetivos do programa com relação ao associativismo e ao meio ambiente sustentável. E ainda identificamos as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, bem como a resiliência quanto à frequência às aulas, e ainda a capacidade de empreender após o curso. Na dimensão legal/política/social, averiguamos a influência do programa no acesso aos serviços públicos de educação, saúde, jurídico, dentre outros que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida, como a elevação da escolaridade das mulheres, examinamos o acesso à participação política. E, na avaliação institucional, observamos a adesão, permanência e conclusão das alunas nos cursos desenvolvidos.

As limitações da pesquisa estão nos desafios de estabelecer uma relação entre abordagem teórica e desenho de pesquisa integrado, claro e adequado para inferências ou trabalhos comparativos, visto que, pesquisas sobre a temática empoderamento ou sobre o Programa Mulheres Mil adotam diversos arcabouços teóricos e metodologias para tentar obter respostas sobre o que a pesquisa se propõe. Ao longo da discussão, procuramos expor essa

dificuldade tanto quanto aos aspectos sobre o empoderamento, como também quanto às pesquisas que investigam o Programa Mulheres Mil.

A maioria dos estudos sobre o Programa Mulheres Mil apresenta limitações teóricas e operacionais (BRAGA, 2011; SANTOS e FREITAS, 2014; LOPES, 2015; NASCIMENTO e DIAS, 2015; GUERRA, 2016). Tais estudos são capazes de produzir resultados que evidenciam e identificam empiricamente as variáveis explicativas que impactam de forma relevante a avaliação da respectiva política pública nos diferentes contextos de sua implementação.

Como uma política pública recente, implementada sob o formato de cooperação entre Canadá e Brasil e universalizada para todas as unidades federativas em 2010, trabalhos empíricos ainda são incipientes e seus resultados inconclusivos.

Braga (2011) propôs investigar sobre a comercialização das pequenas produções das mulheres no setor de Santa Bárbara, em Palmas-TO, utilizou-se de questionário semiestruturado aplicado às participantes e etnografia participante. Abordou aspectos sobre comportamento, inclusão social e comercialização, descrevendo resultados que corroboraram para alguns de nossos achados, com efeitos sobre alguns aspectos, mas não em sua maioria.

A respeito das questões comportamentais, a autora encontrou resultados na percepção das mulheres de que a vida melhorou depois da participação do curso nas áreas pessoais e profissionais após terem voltado a estudar. Elas se sentiram mais confiantes, mais felizes, sabendo mais sobre seus direitos e sentiram-se mais capazes de trabalhar fora depois de participar da capacitação, porém, encontrou respostas que não identificam o curso como agente promotor de tais mudanças de percepção e comportamento.

Ao tratar sobre questões de inclusão social, encontrou evidências que descrevem como elas destinaram o dinheiro que ganharam e o que isso representou para elas e para os grupos sociais em que estão inseridas. Evidenciou-se ainda que o destino do dinheiro para a grande maioria é para o sustento da família, uma vez que se sentem melhor tratadas pelos familiares e amigos, porém, 48% continuaram trabalhando no mesmo local de trabalho e 49% não passou a ganhar mais depois de concluído o curso.

A respeito da comercialização, Braga (2011) confirma o que relata nossos achados sobre o pouco efeito sob a dimensão econômica, não encontrando confirmação na percepção de suas entrevistadas na alteração de seus ganhos financeiros e, na produção e comercialização do que foi aprendido no curso de forma empreendedora e autônoma. Ressaltando que a simples participação no curso não era condição suficiente para mudança nas questões econômicas e de comercialização da produção das entrevistadas.

As autoras Santos e Freitas (2014) optaram por abordar o Programa Mulheres Mil como ação para inclusão social da mulher, utilizaram entrevista não estruturada com diversos atores que estavam envolvidos no processo de implementação (gestor institucional, gestor local, diretor de campus, professores, alunas e servidores), diversificando a percepção dos entrevistados sobre aspectos de avaliação institucional. Com resultados descritivos que não compreendem o objetivo da pesquisa, mas que corroboraram com as questões que apontamos sobre a percepção que as entrevistadas demonstram sobre o tema. Lopes (2015), por sua vez, optou por pesquisar a percepção dos gestores e professores da inserção das mulheres no mundo do trabalho, focando ainda em uma visão institucional dos objetivos e resultados do Programa Mulheres Mil.

Nascimento e Dias (2015) são mais enfáticos ao afirmarem que o simples acesso à qualificação não garante a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que corrobora com outros autores e os resultados descritos em nossa pesquisa.

Na dissertação de mestrado de Guerra (2016) a atenção é para o Capital social das participantes do Programa Mulheres Mil. O autor adota uma concepção positiva de capital social, representado pelo potencial de criação de redes de apoio para a consecução de objetivos comuns para elevar a autoestima, a autonomia, o empoderamento e permitir o exercício da cidadania e direitos.

Seus resultados descrevem que o empoderamento apresentou mais relevância nas falas das entrevistadas que justificaram que aprender possibilitou o exercício do poder e que a consciência da distinção de gênero não pode ser barreira para exercício dos direitos e poderes, com isso, as mulheres afirmaram sentir a autoestima mais elevada e valorizada por seus grupos sociais, motivando-as a sonhar e ir atrás de seus direitos. Como nos trabalhos anteriores, Guerra (2016) aborda ainda problemas institucionais como a evasão e as suas possíveis causas.

Em todos os trabalhos encontramos afirmações e descrições das participantes da pesquisa de que a inserção profissional e mudança econômica não ocorrem, revelando-se uma constatação comum entre pesquisas que envolvem empoderamento e o Programa Mulheres Mil.

O resultado das pesquisas descrito apesar da contribuição em empregar esforços para contribuir com temáticas específicas demonstra a necessidade de alinhamento entre abordagens teóricas e desenho de pesquisa para elucidar questões diversificadas. Como agenda futura, sugere-se encontrar uma relação mais adequada e parcimoniosa para avaliação

de políticas públicas com o objetivo do Programa Mulheres Mil, de forma a colaborar com sua melhoria e o debate e produção acadêmica.

CONCLUSÃO

A presente investigação teve como objetivo avaliar a percepção das beneficiárias quanto ao empoderamento após participarem do Programa Mulheres Mil implementado no IFMT, no período de 2011 a 2013.

Como estratégica metodológica, o empoderamento foi abordado sobre três dimensões: psicológica, econômica e legal/política/social, que foram codificados em categorias. Em relação a essas categorias não é possível afirmar que o empoderamento foi culminado da participação no Programa Mulheres Mil na percepção das participantes, resposta esta que procurávamos responder no decorrer da pesquisa.

Em todo o processo de análise o que pretendíamos saber era: qual a percepção das beneficiárias quanto ao empoderamento? E, as percepções eram possíveis de detectar, principalmente nas relações familiares, porém, não foi possível vincular os resultados aos cursos do Programa Mulheres Mil.

Os dados da pesquisa corroboram para uma percepção positiva em determinados aspectos categorizados, mas tais dimensões apresentam resultados diferentes, pois cada mulher reage diferente quando é submetida a determinados estímulos, não existem procedimentos equivalentes para se obter resultados iguais em diferentes dimensões e nem receita de bolo para proposta de políticas com sucesso.

Os resultados das pesquisas sobre empoderamento e Programa Mulheres Mil contribuem para expansão do conhecimento, são esforços para tentar diminuir a fronteira entre abordagens teóricas e desenho de pesquisa, buscando possibilidades e inferências explicativas. Representa uma agenda de pesquisa importante e latente, que carece de mais pesquisas e debates acadêmicos para o mundo científico e para a melhoria de políticas públicas inclusivas e que buscam a igualdade de gênero.

Concluímos que o programa não atingiu seus objetivos de empoderar as mulheres nas diferentes dimensões, uma vez que, não conseguiu despertar uma visão crítica nas perspectivas pessoais e culturais, de forma a mudar as normas e regras de gênero, assim resulta um efeito neutro como política de inclusão social e equidade.

Vale ressaltar que esta pesquisa não esgota o tema e suas diversas dimensões, sendo passíveis de novas investigações, sugere-se como estudo futuro uma abordagem quantitativa e qualitativa com grupos de mulheres mais amplos e estratificados, a fim de explorar o empoderamento feminino.

REFERÊNCIAS

ALVES, Bruno Franco; GUIMARÃES, Marina Oliveira. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro: direitos, desigualdades e perspectivas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 14, 2009.

ANTUNES, Marta (orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722/17099>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Ribeiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, M.W; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som: um manual prático**. Tradução de: Pedrinho A. Guarreschi. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUER, Martin W. (2015). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som: um manual prático**. Tradução de: Pedrinho A. Guarreschi. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. “**Projeto Mulheres Mil e Gênero**”: Comercialização das pequenas produções das mulheres no Setor Santa Bárbara em Palmas – TO. 2011. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. Emenda constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano 150, n. 63, 3 abr. 2013e. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º out.1997. Seção1, p.21808.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO 2010: IBGE, 2010**. [S. l.]:

IBGE, [201-?]. Disponível em: <www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&tema=4717>. Acesso em: 05 jan. 16.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 16.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de recuperação automática – Sidra. Rendimento médio nominal, habitualmente e efetivamente recebido, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo**. [S. l.]: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Programa Mulheres Mil: educação, cidadania e desenvolvimento Sustentável. Brasília: MEC, 2011.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Dispõe sobre o Programa Mulheres Mil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jul. 2011. nº. 140. Seção 1, p. 38. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. _____. **Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável: Programa Nacional**. Brasília: MEC, [201?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8598-programa-mulheres-mil-110811-pdf&category_slug=agosto-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito**. Brasília, [20--?]. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso 10 Set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pronatec, Brasil sem Miséria, Mulheres Mil**. Brasília: MEC; Mds, 2014. (Cartilha)

_____. Ministério da Saúde. **Avaliação do Bolsa Alimentação: Primeira Fase**. Brasília: Secretaria de Atenção, Ministério da Saúde, 2004.

_____. Planalto Nacional. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 19 mar. 16.

BRASIL. Planalto Nacional. Lei n. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diários Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília DF, 30n dez. 2008, p. 1. Disponível em:

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.892-2008?OpenDocument>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Informações e Dados Estatísticos sobre as Eleições 2014**. Brasília: TRE, 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/informacoes_dados_estatisticos_eleicoes_2014_web.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. _____. **Estatísticas e Resultados da Eleição**. Brasília: TSE, 2010. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2010/estatisticas>. Acesso em: 01 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Segundo Plano Nacional de Políticas para as mulheres - SPM**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. Presidência da República e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Raseam – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2014c. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BATLIWALA, Srilatha. 1994. The Meaning of Women's Empowerment: New Concepts from Action. In: SEM, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (ed.). **Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1994.

CAMPOS, Ana Cristina Viana Campos; et al. Empoderamento e qualidade de vida de adolescentes trabalhadores assistidos por uma entidade filantrópica de apoio ao adolescente. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.1, p.238-250, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00238.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 16.

CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY - CIDA. 1997. **Guide to Gender- Sensitive Indicators**. Quebec - Canadá: CIDA. Disponível em: <[http://www.acdicida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUImages/Policy/\\$file/WID-GUID-E.pdf](http://www.acdicida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUImages/Policy/$file/WID-GUID-E.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 15.

CARMO, Erinaldo Ferreira do. **O espaço micropúblico**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CARE. **Global Research Framework for Care's Strategic Impact Inquiry on Women's Empowerment**. [S. l.]: CARE, 2006. Disponível em: <<http://www.care.org/sites/default/files/documents/SII%20Women%27s%20Empowerment%20Framework.pdf>>.

20Global%20Research%20Framework%20%28with%20annexes%29%202006.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CHANIAL, P.; LAVILLE, J. L. A economia social e solidária na França. In: FRANÇA FILHO, G. et al. **Ação pública e economia solidária:** uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

COHEN, E; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais.** 11. ed. Petrópolis - RN: Vozes, 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 1. 2004, Brasília. **Boletins da Conferencia nacional de políticas para mulheres.** Brasília: Secretaria especial de políticas para mulheres, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2004/ICNPM.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; MAZZARDO Luciane de Freitas. Políticas Públicas de Inclusão Social: Promovendo as bases da Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11, 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais do XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014. v. 1. p. 1-14. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11806/1525>>. Acesso em: 30 maio 16.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 2, ano 49, p. 103-124, Abr-Jun. 1997.

DUARTE, Ruth Gonçalves; MACHADO, Diego de Queiroz; MATOS, Fátima Regina Ney. Pesquisa qualitativa nas ciências sociais: uma discussão acerca de sua complexidade e perspectivas futuras. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 14, n. 104, p. 203-224, ago. 2013. ISSN 1984-8951. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/25411>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em ciência política. 2012. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, [S. l.], vol. 3, n. 1-2. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/politica/article/viewFile/29614/21569>>. Acesso em: 25 fev. 16.

FONSECA, D. H; RIBEIRO, C. G; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher:** realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>>. Acesso em: 24 fev. 16.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. Empoderamento de mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/empoderamento_mulher.pdf>. Acesso em: 25 jul. 15.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. The Global Gender Gap Report 2015. Geneva 2015. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf>>. Acesso: em 25 fev.16.

GASKELL, G. (2002). Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som**: um manual prático. Tradução de: Pedrinho A. Guarreschi. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES FILHO, Naércio (2005). Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, [S. l.], v. 9, n. 3, p.369-384. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502005000300002>. Acesso em: 19 mar. 2016.

GLOBAL Research Framework for Care's Strategic Impact Inquiry on Women's Empowerment. [S. l.: S. n.], 2006 Disponível em: <<http://www.care.org/sites/default/files/documents/SII%20Women%27s%20Empowerment%20Global%20Research%20Framework%20%28with%20annexes%29%202006.pdf>>. Acesso em: 06 maio 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio./ago. 2004.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010>. Acesso em: 15 fev. 16.

GUERRA, Suzana Curi. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o Capital Social das Participantes**. 136f. 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas de Educação Profissional) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19926/1/2016_SuzanaCuriGuerra.pdf>. Acesso em: 30 maio 16.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: **SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA**, 2., 2007, Florianópolis, **Anais...**Florianópolis: UFSC, 2007.

IGUALDADE de Gênero e Desenvolvimento: relatório sobre desenvolvimento mundial de 2012. Washington D.C.: Banco mundial, 2011. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

INSTITUTO DEFERAL DE ECUAÇÃO E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO. Campus São Vicente. **Mulheres Mil, Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável**. Cuiabá: IFMT, 2013. Relatório Gestor.

IORIO, Cecília. **Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos**. Texto elaborado para a ActionAid, [S. l: S. n.], 2002.

JUPP Dee; ALI Sohel Ibn. **Measuring Empowerment? Ask Them Quantifying qualitative outcomes from people's own analysis**. [S. l: S. n.], 2010. Disponível em: <<https://www.oecd.org/countries/bangladesh/46146440.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 16.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O. VERBA, Sidney. **Designing Social Inquiry: scientific inference in qualitative research**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KLEBA, Maria Elisabeth and WENDAUSEN, Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. *Saude soc.* [online]. 2009, vol.18, n.4, pp.733-743. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>>. Acesso em 25 abr. 2016.

LAGE, Maria Campos. Utilização do software NVivo em pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, v. 12, n..esp, p. 198226, 2011. ISSN 16762592. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/viewFile/2313/2132>>. Acesso em: 05 maio 16.

LANDERDAHL, Maria C; [et al]. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Esc Anna Nery**. [S. l.], n.17, p.306-12, 2013 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v17n2/v17n2a15.pdf>>. Acesso em: 20 set. 15.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença**. Lua Nova. 2003, n.59, pp.75-93. ISSN 1807-0175. <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n59/a04n59.pdf>>. Acesso 30 maio 16.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – Corpo, Violência e Poder. 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf>. Acesso em: 01 maio 16.

LOPES, Márcia Cecília Ramos. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Goiás (2011-2013): A Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho Sob o Olhar de Gestoras(es) e Professoras(es)** Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia: [S. n.], 2015. p. 88.

MALHOTRA, Anju; SCHULER, Sidney Ruth; BOENDER, Carol. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development**. Geneva: Switzerland: World Bank, 2002.

MATO GROSSO. Tribunal Regional Eleitoral. **Estatísticas de Candidaturas**. Cuiabá: TRE, 2012. Disponível em: <<http://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicos-anteriores/eleicoes-2012/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

METZ, Jean. **Interpretação de clusters gerados por algoritmos de clustering hierárquicos**. 2006. 152f. Dissertação. (Mestrado em ciência da computação e matemática computacional) - Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação – USP, 2006. P. 44. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-14092006.../master_jean_metz.pdf>. Acesso em: 25 maio 16.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOGHADAM, V. **The feminisation of poverty**: notes on concept and trend. *Womens's Studies Ocasional Paper 2*, Illinois. State University: [S. n.], 1997.

MOSEDALE, S. Policy arena. Assessing women's empowerment: Towards a conceptual framework. **Journal of International Development**, n. 17, 243-257, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/23992362_Policy_Arena_Assessing_Women's_Empowerment_Towards_a_Conceptual_Framework>. Acesso em: 01 abr. 16.

MOSER, Annalise. **Gender and Indicators**: Overview Report. [S. l.]: Bridge, 2007. Disponível em: <<http://www.bridge.ids.ac.uk/sites/bridge.ids.ac.uk/files/reports/IndicatorsORfinal.pdf>>. Acesso 20 fev 16.

NASCIMENTO, Sara Diniz; DIAS, Marly de Jesus Sá. O Programa Mulheres Mil e Sua Proposta de Inclusão e Permanência das Mulheres no Mundo do Trabalho em São Luís -MA. In: JORNNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, São Luís. **Anais da jornada internacional políticas públicas**. São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-programa-mulheres-mil-e-sua-proposta-de-inclusao-e-permanencia-das-mulheres-no-mundo-do-trabalho-em-sao-luisma.pdf>. Acesso em: 20 jun. 16.

NARAYAN, Deepa. **Measuring Empowerment**: Cross – Disciplinary Perspectives. Washington: The World Bank, 2005. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/7441/344100PAPER0Me101Official0use0only1.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 16.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento** (“empowerment”). tradução de: Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Polis, 2003.

OITO Objetivos para 2015: **Os objetivos de desenvolvimento do Milênio**. [S.l.]: Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2000. Disponível em <www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 17 dez. 2014.

ONU MULHERE. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [S. l.]: Onu Mulheres, [2010]. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 23 fev. 16.

_____. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [S. l.]: Onu Mulheres, [20--?]. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 23 fev. 16.

PATTON, Michael Quinn. Strategic themes in qualitative inquiry. In: _____. **Qualitative research and evaluation methods**. 3.ed. Thousands Oaks: Sage Publications, 2002. p. 12-18

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 1, Abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000100003>. Acesso em: 30 abr. 16.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p77-98, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PUND. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo. New York: pund, 2013. 204p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013-resumo.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 15.

PROGRAMA Nacional: Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. [Brasília]: MEC, 2011.

PUTNAM, R.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

QUINN, Kevin M; HERRON, Michael. **A Careful look at Modern Case Selection Methods**. [S. l.]: Selectedworks, 2015.

RELATÓRIO Mundial sobre a prevenção da violência 2014. São Paulo: Núcleo de estudos da violência da Universidade de São Paulo, 2015.

REZENDE, Flávio da Cunha. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. **Revista Política Hoje**, [S. l.], 2. Ed. – v. 24 - p. 13-45, [2015].

RITCHIE, Janes; LEWIS, Jane. **Qualidade Research Practice: A guide for social Science** Science Students. London: SAGE Publications, 2003.

ROCHA, E. C. da. et al. A importância da Replicabilidade na Ciência Política: o Caso do SIGOBR. **Revista Política Hoje**, [S. l.], v. 22, n. 2, p.213-229, 2014.

ROMANOS, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANOS, Jorge O.; ANTUNES, Marta (orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-21.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 2, n. 444, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16177/14728>>. Acesso em: 21 mar. 16.

SANTOS, Maura Aparecida de Paula; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. **O programa Mulheres Mil no Brasil, ações para inclusão social da mulher**. [Ponta Grossa PR: S. n], [2014].

SCHWENGBER, Ângela. Diretrizes para uma política de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SEAWRIGHT Jason; GERRING John. Case Selection Techniques in, Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, [Boston], v. 61, n. 2, p. 294-308, jun. 2008. Disponível em: <<http://blogs.bu.edu/jgerring/files/2013/06/CaseSelection.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 16.

SELVATTY, Joyce de Sousa; MOREIRA Nathalia Carvalho; BAÊTA Odemir Vieira. Empoderamento de Mulheres: Um Estudo No Women's Center da Universidade De Minnesota (EUA). **Revista NAU Social**, [S.l], v.3, n.5, p. 227-242 Nov 2012/Abr 2013 Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/viewFile/240/207>>. Acesso em: 25 abr. 16.

SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. [S.l.]: Pnud, 1997.

SILVA, Ademir Augusto da; LIMA, Lindinaldo Alves de; ALVES, Wagner Fabiano de Araújo. **GT 08: Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social**. [S.l: S.n], [20--?]. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8/GT8_DaSilvaA_DeLimaW.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SILVA, Darlene Oliveira da., et al. **Gênero e empoderamento: olhares sobre as políticas públicas para mulheres**. 2015. 122f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em gênero, desenvolvimento e políticas públicas) - Secretaria da Mulher de Pernambuco, e

Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE. 2015.

STROMQUIST, Nelly P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: Perspectivas comparativas, Tradução de Vera M. D. Renoldi. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 1, Jan/Abr 1996. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Politicas_publicas_Equidade_Genero%20\(texto%20complementar\).pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Politicas_publicas_Equidade_Genero%20(texto%20complementar).pdf)>. Acesso em: 26 dez. 15.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso, 2015. 111 p. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2016.

WOMEN in Business: Colocando promessas em prática, Grant Thornton International Business Report 2016. [S. l.]: Grant Thornton Na instinct for growth, 2016. Relatório.

ANEXOS

ANEXO A:
TÓPICO GUIA

Abertura da entrevista:

Apresentação: nome e objetivo da entrevista.

Seguirei um roteiro, no entanto o mais importante é o seu depoimento. Não tem resposta certa ou errada, o que é importante é o que a senhora pensa ou acha sobre o tema. Vamos falar um pouco do curso do PMM, da sua vida pessoal, trabalho e política.

A entrevista será gravada e seu nome será mantido em confidencial. Tens alguma dúvida?

- Para iniciar, investigar como era vida dela antes do curso:

- Explorar os temas:

Seções		Temas de Análise
Avaliação Institucional		Divulgação do curso; Interação e acolhimento; Materiais e estrutura física; Pessoal (técnicos e professores)
Dimensões de empoderamento	Pessoal	Bem-estar; Liberdade; Autoestima; Autoeficiência e perspectiva de vida.
	Econômica	Inserção no mercado de trabalho; Aumento da renda; Autonomia profissional; Cooperativismo; Uso sustentável dos recursos; Possibilidade de crescimento; Aquisição de bens; Controle dos recursos econômico e Cargo de chefia.
	Legal/ Política/ Social	Votar; Participação ou filiação em sindicato ou associação; Disposição de discutir política dentro e fora dos espaços institucionais; Reconhecer-se como portador de direitos; Acesso a serviços públicos: Educação, Saúde, Justiça e outros.

- Para finalizar, pedir para acrescentar algo sobre e sua vida e o curso.

Fechamento:

Muito obrigada pela tua participação. Os dados que foram fornecidos serão muito importantes para a minha pesquisa. Se necessitar de informação, estamos à sua disposição.

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO EMPODERAMENTO FEMININO

Pesquisadora Responsável: Silverli Márcia Ferreira

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal de Pernambuco / Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Mato Grosso.

Telefones para contato: ()

Nome da voluntária:

RG _____

Eu, Silverli Márcia Ferreira, responsável pela pesquisa “MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO EMPODERAMENTO FEMININO”, propomos-lhe fazer um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende analisar a percepção das beneficiárias sobre o seu empoderamento após a participação no Programa Mulheres Mil implementado no IFMT no período 2011 a 2013.

Acreditamos que essa pesquisa seja importante porque tem o potencial de: (1) contribuir com a teoria de forma a subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas e sobre o empoderamento feminino; (2) fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão. Para a sua realização serão utilizadas entrevistas semiestruturada com as alunas egressas do Programa Nacional Mulheres Mil de 2011 a 2013.

É preciso esclarecer que a **sua identidade** como voluntária participante da pesquisa será preservada. Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato com a pesquisadora.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, **não havendo identificação dos voluntários**, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

Autorização:

Eu, _____ (nome completo do voluntário), após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de

confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto, expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura da voluntária

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE
Silverli Márcia Ferreira

Testemunha

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO GRAVAÇÃO, USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____, RG _____,

Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Silverli Márcia Ferreira autora da pesquisa do projeto de pesquisa intitulado **“MULHERES MIL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO EMPODERAMENTO FEMININO”** a gravar áudio da entrevista que faz se necessária para colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desta entrevista e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cuiabá, ____ de 2016

Voluntária da Pesquisa

ANEXO D

FUNÇÕES E ROTINAS COMPUTACIONAIS NO NVIVO

Função	Rotina
Criar projeto	Arquivo > Novo > Novo Projeto > Título > Descrição (opcional) > Nome do local (para salvar) > ok
Importar documentos	Fontes > Internas > Documentos > Selecionar diretório de armazenamento > Selecionar o documento > ok > Descrição > ok
Criar nós (Categorias)	Nós > Clicar do lado direito em Nós com o botão direito > Novo nó > Título > Descrição (opcional) > Cor do nó (opcional) > ok
Aregar o texto aos nós (categorizar o texto)	Fontes > Selecionar o texto escolhido > Efetuar duplo clique > Nós > Aba da fonte > Selecionar o trecho a ser categorizado > Clicar e arrastar em cima do nó escolhido
Classificação das fontes	Classificação > Classificações de fontes > Lado direito da tela clicar com o botão direito > Nova classificação > Criar nova classificação > Nome > Descrição (opcional) > ok
Classificação dos casos	Classificação > Classificação dos casos > Lado direito da tela clicar com o botão direito > Nova classificação > Criar nova classificação > Nome > Descrição (opcional) > ok
Lançar classificação de fontes	Fontes > Internas > Lado direito da tela selecionar as fontes a serem classificadas > Clicar com o botão direito > Classificar (última opção na caixa de diálogo) > Marcar a opção de classificação
Lançar classificação de casos	Classificação > Classificações de caso > Selecionar do

	lado direito o caso > Clicar com o botão direito > Importar tabela (selecionar a planilha em xls construída com informações sobre as fontes) > Próximo > Tipo de classificação > Classificação de caso > Selecionar as três caixas de opções > Próximo > Especifique como os casos são representados neste arquivo > Selecionar a opção “Como nomes” > Próximo > Concluir
Frequência de palavras	Consulta > Frequência de palavras > Executar
Nuvem de palavras	Após consulta de frequência > Aba do lado direito Nuvem de palavras > Clicar > Arquivo > Escolher layout
Análise de cluster	Após consulta de frequência > Aba do lado direito Análise de cluster > Clicar > Arquivo > Escolher layout
Gráfico de hierarquia de nós	Nós > Selecionar categoria > Gráfico de hierarquia de nós
Editar gráfico hierarquia de nós	Clicar no gráfico > Gráfico de hierarquia > Selecionar opções de configuração de layout
Gráfico de hierarquia de atributos	Classificação > Selecionar atributo > Gráfico de hierarquia de combinação de atributos
Editar gráfico de hierarquia de atributos	Clicar no gráfico > Gráfico de hierarquia > Selecionar opção de configuração de layout
Árvore de palavras	Consulta > Consulta de pesquisa no texto > Digitar a palavra > Lado direito de tela > Árvore de palavras

Fonte: Elaboração própria a partir da utilização do *software NVivo*.